



Anais da Assembléia

N.º 10

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 007 SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1984.

(QUINTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacii, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM Nº 46/84

Curitiba, 30, de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Abatiá	13/10/83
Lunardelli	13/10/83
Rio Bom	13/10/83
São Pedro do Ivaí	29/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 47/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 29 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Barbosa Ferraz, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do Tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 48/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Bom Sucesso	29/11/83
Capitão Leônidas Marques	13/10/83
Cidade Gaúcha	29/11/83
Colorado	29/11/83
Doutor Camargo	29/11/83
Munhoz de Mello	29/11/83
Palotina	29/11/83
Querência do Norte	29/11/83
Salto do Lontra	29/11/83
Uniflor	29/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 49/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de São Miguel do Ivaí e Terra Nova.

objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 50/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 06 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Altônia, Cafeara, Campo Mourão, Centenário do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Douradina, Goio-erê, Icaraíma, Iporã, Itaúna do Sul, Jandaia do Sul, Janiópolis, Loandã, Maria Helena, Moreira Sales, Nossa Senhora das Graças, Paranavaí, Santa Fé, Santa Izabel do Ivaí, Tapira, Terra Boa e Terra Roxa, objetivando a execução de obras de controle da erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 51/84

Curitiba, 08 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas celebrados em 05 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e os Municípios de Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena, objetivando a execução de obras de controle sanitário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 52/84

Curitiba, 08 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Guaraci e Inajá, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Paraná

—Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 53/84

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Alto Paraná	08/12/83
Araruna	08/12/83
Guairacá	08/12/83
Iporã	08/12/83
Japira	08/12/83
Mamborê	08/12/83
Mariópolis	08/12/83
Nova Cantu	08/12/83
Paissandu	09/12/83
Paraíso do Norte	08/12/83
Presidente Castelo Branco	08/12/83
Rondon	08/12/83
Santa Amélia	08/12/83
São João	08/12/83
São Jorge do Ivaí	08/12/83
São Jorge do Oeste	08/12/83
Ubiratã	08/12/83
Xambrê	08/12/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 54/84

Curitiba, 08 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transporte e os Municípios de Carlópolis, Cerro Azul, Quinta do Sol, Salgado Filho, Telêmaco Borba e Uraí, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 55/84

Curitiba, 08 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de ALTO PIQUIRI, APUCARANA, ATALAIA, CAPANEMA, CÉU AZUL, FAXINAL, GUAPIRAMA, GUAPOREMA, IBAITI, INDIANÓPOLIS, JABOTI, JACAREZINHO, JAGUAPITÃ, JANDAIA DO SUL, JESUITAS, MARUMBI, MOREIRA SALLES, PALMITAL, PITANGA, PORTO RICO, RIBEIRÃO CLARO, SABÁUDIA, SANTA IZABEL DO IVAÍ, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, VERA CRUZ DO OESTE e VITORINO, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 56/84

Curitiba, 13 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 29 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná e os Municípios de BARBOSA FERRAZ, FAXINAL e JUSSARA, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Nordeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 57/84

Curitiba, 13 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 2.º Termo Aditivo, datado de 29 de dezembro de 1983, ao Convênio celebrado em 13 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de UMUARAMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 58/84

Curitiba, 13 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos, datados de 18 de novembro de 1983, aos Convênios celebrados em 13 de outubro do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de JAGUARIAÍVA, TERRA ROXA e TRÊS BARRAS DO PARANÁ, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas nos referidos municípios, com recursos do PROSAFRAS/1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 59/84

Curitiba, 13 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 03 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaíra, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 60/84

Curitiba, 13 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CAFEARA, CANTAGALO, FLORESTÓPOLIS, SANTO INÁCIO e SAPOPEMA, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora

submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 61/84

Curitiba, 13 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, em 08 de dezembro de 1983, com os Municípios de FLORESTÓPOLIS, IPIRANGA, JOAQUIM TÁVORA, LEÓPOLIS, MARILÂNDIA DO SUL, MARMELEIRO, PAULO FRONTIN, REBOUÇAS e SÃO JOÃO DO IVAIPORÃ, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 62/84

Curitiba, 20 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de LOANDA, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado.
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 63/84

Curitiba, 20 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de COLORADO, objetivando possibilitar condições para realização de trabalho de pesquisa sobre verminose de bovinos, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente

aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 64/84

Curitiba, 20 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de CLEVELÂNDIA, objetivando ação conjunta com vistas ao atendimento das necessidades técnicas e materiais dos produtores do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado.
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 65/84

Curitiba, 22 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante mencionados, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado.

Município	Data	Objetivo específico
Ponta Grossa	25/11/81	1ª Feira do Cavalo
Santo Antônio da Plantina	19/05/80	7ª Exposição Agropecuária e Industrial Norte Pioneiro
Salto do Lontra	09/04/81	II Feira de Reprodut. de Suínos e II Exp. de Indústria e Comércio.
Colorado	17/11/80	Festa do Peão Boiadeiro
São Tomé	20/11/81	Colaboração técnico-financeira para controle da erosão.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 66/84

Curitiba, 22 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de ARAUCÁRIA, objetivando a realização da 8ª Feira do Pêssego e do Ovo e da IV FAIAL — Feira Agroindustrial, com vistas a ensinar

a melhoria da produção e da produtividade agrícola da região.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 67/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder ao ex-funcionário público estadual JOÃO ROQUE DALLABONA, uma pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis é plenamente justa e oportuna, eis que virá ensejar condições de sobrevivência a um exemplar ex-servidor público que em razão de ter completado setenta anos de idade e de acordo com determinação de ordem legal, foi exonerado do cargo isolado de provimento em comissão que vinha ocupando por aproximadamente quatorze anos. Conforme disposições da legislação federal e estadual pertinentes e face conclusões obtidas através de pareceres e pronunciamentos emitidos em requerimento devidamente instruído, tal período de prestação de serviços na condição de servidor apenas comissionado não gera direito à aposentadoria, uma vez que esta constitui atributo de funcionário detentor de cargo efetivo.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

o ANTEPROJETO DE LEI.

Art. 1.º — Fica concedida a JOÃO ROQUE DALLABONA, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 68/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder ao ex-funcionário público estadual HERCULANO SCHIMALESKI, uma pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis é plenamente justa e oportuna, eis que virá ensejar condições de sobrevivência a um exemplar ex-servidor público que em razão de ter completado setenta anos de idade e de acordo com determinação de ordem legal, foi exonerado do cargo isolado de provimento em comissão que vinha ocupando por aproximadamente onze anos. Conforme disposições da legislação federal e estadual pertinentes e face conclusões obtidas através de pareceres e pronunciamentos emitidos em requerimento devidamente instruído, tal período de prestação de serviços na condição de servidor apenas comissionado não gera direito à

aposentadoria, uma vez que esta constitui atributo de funcionário detentor de cargo efetivo.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica concedida a HERCULANO SCHIMALESKI, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 69/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à "SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS", de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4, da Gleba 2, 2ª parte da Colônia São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 hectares.

A anexa cópia autêntica do Parecer n.º 252/83 (Protoc. n.º 6254/83-ITC) do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, contém o necessário detalhamento de que é revestida a medida ora submetida à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA

vinculado à Secretaria da Agricultura - Governo do PR.

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer n.º 252/83

Protocolo n.º 6254/83

Interessado: SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS

Assunto: DOAÇÃO DE LOTE RURAL

SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS, com sede na cidade de São Jerônimo da Serra, por seu Presidente, está requerendo por doação pura e simples, o lote n.º 4, da Gleba 2 - 2ª parte, Colônia São Jerônimo, com área de 64,20 hectares.

2. Referida Sociedade adquiriu, em 29 de setembro de 1979, por escritura pública de cessão de direitos sobre Terras Devolutas. Livro de Notas n.º 58, pág. 183, do Tabelião Edmundo Bragatto de São Jerônimo da Serra, os direitos que Antônio Paulo Gambaro e sua esposa Maria Ozélia Rocha Gambaro, detinham sobre o lote (fls. 4, protocolo n.º 7677/80 anexo).

3. A vistoria realizada pelo escritório regional demonstrou que a posse é exercida pela Sociedade, havendo no local duas casas e um paiol, todos de madeira, além de 47,20 hectares de pastagens.

4. Cabe ressaltar que a requerente é uma entidade civil, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 042/77 e Lei Estadual n.º 7247/75, tendo por finalidade prestar assistência médica social, reabilitar física, psíquica e econômica, quando possível, os doentes portadores de hanseníase e outras dermatoses

do interesse da Saúde Pública e seus familiares, devendo para cumprir seus objetivos:

- a) — dar aos portadores da doença, assistência médica e social gratuita;
- b) — educação higiênica geral;
- c) — educação profissional, para reintegrar na sociedade os recuperados da moléstia;
- d) — promover a conscientização do povo para aceitar a moléstia e seus portadores com humanidade, sem marginalização.

(Cf. Estatuto de fls. registrado sob o n.º 0.003, livro A-1, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de São Jerônimo da Serra).

5. Por outro lado, o imóvel aqui requerido por doação é bem patrimonial do Estado do Paraná, cuja alienação ou doação foi disciplinada pela Lei n.º 7548, de 10 de dezembro de 1981.

Entretanto, de acordo com essa lei, a doação não poderá compreender área superior a 25,00 hectares e só ocorrerá desde que os ocupantes satisfaçam as exigências contidas no art. 2.º, isto é, tenham tornado o imóvel produtivo com seu trabalho e o de sua família, nele mantendo moradia permanente por dois anos ininterruptos, o que impossibilita atender a requerente na sua pretensão de obter por doação a área de 64,20 hectares.

6. Diante do exposto e considerando a relevância dos serviços prestados pela Sociedade que dispensam qualquer comentário, restará como única alternativa a edição de lei específica, através da qual o Poder Executivo seria autorizado, em caráter excepcional, a dotar o lote 4 da Gleba 2 - 2.ª parte, da Colônia São Jerônimo, à Sociedade Filantrópica Humanitas. Para tanto, submetemos à apreciação o seguinte anteprojeto de lei:

"Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à "SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS", de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4 (quatro) da Gleba n.º 2 - 2.ª Parte da Colônia São Jerônimo, situado no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,20 hectares, com planta e memorial descritivo, constantes do respectivo processo de medição.

Parágrafo único. Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná a prática de todos os atos necessários à concretização da doação prevista nesta lei.

Art. 2.º — A donatária fica obrigada a preservar 25% (vinte e cinco por cento) da área total do imóvel em matas nativas, a ser designada pelo ITC.

Art. 3.º — O imóvel fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, retornando ao domínio do Estado do Paraná no caso de extinção da Sociedade.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

É o que submeto à apreciação.

PROJU, 14 de outubro de 1983.

(a) RUY CORREIA FEUERSCHUETTE
Advogado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à "SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS", de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4 (quatro) da Gleba 2 - 2.ª parte da Colônia São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,20 hectares, com planta e memorial descritivo constantes do respectivo processo de medição.

Parágrafo único. Incumbe ao Instituto de Terras e

Cartografia do Estado do Paraná a prática de todos os atos necessários à concretização da doação prevista nesta lei.

Art. 2.º — A donatária fica obrigada a preservar 25% (vinte e cinco por cento) da área total do imóvel em matas nativas, a ser designada pelo ITC.

Art. 3.º — O imóvel fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, retornando ao domínio do Estado do Paraná, no caso de extinção da Sociedade.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 70/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 25 de outubro de 1983, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 43/83, celebrado em 07 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de PIÊN, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — "PROSAFRAS/83".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.
MENSAGEM 71/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 25 de outubro de 1983, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 100/83, celebrado em 09 de maio de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MARIÁLVIA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — "PROSAFRAS/83".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA — Governador do Estado.
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 72/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

Município	N.º e data da celebração
ALTÔNIA	462/83 – 08/12/83
ASSAÍ	559/83 – 30/12/83
BOA ESPERANÇA	466/83 – 08/12/83
CLEVELÂNDIA	344/83-A – 08/12/83
ICARAÍMA	475/83 – 08/12/83
IRATI	391/83 – 09/12/83
ITAGUAGÉ	481/83 – 08/12/83
JAPURÁ	487/83 – 08/12/83
MARIA HELENA	491/83 – 08/12/83
MIRADOR	494/83 – 08/12/83
NOVA FÁTIMA	438/83 – 08/12/83
PAULA FREITAS	499/83 – 08/12/83
RONCADOR	509/83 – 08/12/83
SÃO JERÔNIMO DA SERRA	514/83 – 08/12/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 73/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de BARRA DO JACARÉ – N.º 459/83, PINHALÃO – N.º 543/83, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – N.º 549/83 e SÃO TOMÉ – N.º 456/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 74/84

Curitiba, 07 de março de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de Centros Sociais Rurais em distritos dos municípios signatários:

Município	N.º e data do Termo
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	77 – 27/09/83
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	78 – 27/09/83
ARAUCÁRIA	79 – 27/09/83
RIO NEGRO	80 – 27/09/83
LAPA	81 – 27/09/83
IMBITUVA	82 – 27/09/83
IMBITUVA	83 – 27/09/83
IRATI	84 – 27/09/83

Município	N.º e data do Termo
IRATI	85 – 27/09/83
CAMPINA GRANDE DO SUL	86 – 27/09/83
CAMPO LARGO	87 – 27/09/83
PIRAÍ DO SUL	88 – 27/09/83
REBOUÇAS	89 – 27/09/83
COLOMBO	90 – 27/09/83
QUATRO BARRAS	92 – 08/11/83.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 75/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes:

Município	N.º e data da celebração
FLORESTA	535/83 – 08/12/83
GUARAPUAVA	528/83 – 08/12/83
JARDIM OLINDA	541/83 – 08/12/83
MATELÂNDIA	423/83 – 09/12/83
PITANGA	273/83 – 08/07/83
SÃO JOÃO DO CAIUÁ	300/83 – 08/07/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 76/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

Município	N.º e data da celebração
BANDEIRANTES	465/83 – 08/12/83
CENTENÁRIO DO SUL	453/83 – 08/12/83
IRETAMA	480/83 – 08/12/83
IVAÍ	428/83 – 08/12/83
JARDIM ALEGRE	430/83 – 08/12/83
JATAIZINHO	431/83 – 08/12/83
LOBATO	353/83 – 13/10/83
MARILENA	435/83 – 08/12/83
NOVA AURORA	557/83 – 08/12/83
PARANAPOEMA	440/83 – 08/12/83
PRANCHITA	503/83 – 08/12/83
PRUDENTÓPOLIS	505/83 – 08/12/83

Município	N.º e data da celebração
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	519/83 – 08/12/83
SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	445/83 – 08/12/83
SERTANEJA	451/83 – 08/12/83
TERRA RICA	450/83 – 08/12/83
TUPÃSSI	449/83 – 08/12/83
VERÊ	448/83 – 08/12/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 77/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico:

Município	N.º e data da celebração
MAL. CÂNDIDO RONDON	344/83 – 09/12/83
SANTA HELENA	343/83 – 09/12/83
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	345/83 – 09/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à aprovação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 78/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de GUAÍRA – N.º 339/83, MAL. CÂNDIDO RONDON – N.º 338/83, SANTA HELENA – N.º 336/83, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – N.º 337/83 e SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – N.º 347/83, objetivando implantação de melhorias de infra-estrutura urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 79/84

Curitiba, 07 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL:

N.º do Convênio Município e Objetivo

340/83	GUAÍRA – Ampliação de unidade de ensino de 1.º grau - Sede Urbana "Grupo Escolar Costa e Silva"
341/83	GUAÍRA – Complementação das obras do Mercado Municipal;
342/83	GUAÍRA – Implantação de uma câmara frigorífica para congelar e estocar pescada, na Colônia Z-13, de pescadores; e,
351/83	FOZ DO IGUAÇU – Construção de anexo à Santa Casa para atendimento psiquiátrico.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 80/84

Curitiba, 14 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CAMBÉ – N.º 558/83 e PIRAÍ DO SUL – N.º 501/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 81/84

Curitiba, 14 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 547/83, celebrado em 30 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA – Governador do Estado
– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 82/84

Curitiba, 14 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

Município	N.º e data da celebração
MANDAGUARI	556/83 — 08/12/83
MANOEL RIBAS	434/83 — 08/12/83
DIAMANTE DO NORTE	560/83 — 30/12/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 83/84

Curitiba, 15 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador do Estado, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, se afaste do País no período de 1.º de abril a 10 de maio do corrente ano, com destino à Alemanha, para representar oficialmente o Estado do Paraná na "Feira de Hannover 84", onde estarão presentes diversas empresas paranaenses ligadas aos setores promovidos pelo evento.

Gostaria de ressaltar, por oportuno, que tal afastamento não implicará em quaisquer despesas para a Administração Pública.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 84/84

Curitiba, 15 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fazer constar, na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do art. 12, da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, quais sejam, Grupo Administrativo Setorial - GAS, Grupo Financeiro Setorial - GFS, Grupo de Planejamento Setorial - GPS e Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS. Visa, ainda, tal anteprojeto de lei, a criação de cargos isolados de provimento em comissão e a extinção de cargos de provimento efetivo, conforme especifica.

A proposição ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a Procuradoria Geral da Justiça, na condição de órgão hierarquicamente igual às Secretarias de Estado, ressen-te-se da objetivada reformulação estrutural.

Assim, com a criação de tais Grupos Setoriais e cargos em comissão, não há dúvida de que a Procuradoria

Geral da Justiça poderá desempenhar mais adequadamente suas atividades inerentes aos setores financeiro, orçamentário, administrativo, de recursos humanos e de planejamento.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A estrutura organizacional da Procuradoria Geral da Justiça passa a contar com as unidades administrativas administrativas de nível de ação instrumental de que trata o inciso IV, do art. 12, da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974.

Parágrafo único. As unidades administrativas aludidas neste artigo ficam subordinadas à Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça.

Art. 2.º — Ficam extintos, no Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, 1 (um) cargo de Técnico de Administração, padrão I, referência I, e 1 (um) cargo de Bibliotecário, padrão H, referência I.

Art. 3.º — Face o que dispõe o art. 1.º, ficam criados 4 (quatro) cargos em comissão de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1-C, e 4 (quatro) cargos em comissão de Assistente Técnico, símbolo 2-C.

Parágrafo único. Ficam ainda, criados, no Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, 2 (dois) cargos em comissão de Assistente, símbolo 3-C e 1 (um) cargo em comissão de Assistente, símbolo 9-c.

Art. 4.º — As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 85/84

Curitiba, 15 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de XAMBRE, as datas de n.ºs 18 e 19, da quadra 24, havidas pelo Estado por doação do referido município, conforme transcrição n.º 1549, Livro 3A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

As datas de terreno cuja autorização para alienação, constitui objeto do plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis, foram doadas ao Estado do Paraná, para que nelas fosse construído prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Ocorre que, tendo tal prédio sido construído em outra área, mais ampla e adequada, também doada pelo Município de Xambre, a doação em causa afigura-se plenamente justa e oportuna.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de XAMBRE, as datas de terreno n.ºs 18 e 19 da Quadra n.º 24, adquiridas pelo Estado do Paraná por doação do referido município, conforme

transcrição sob n.º 1549, Livro 3A, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 86/84

Curitiba, 15 de março de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de QUEDAS DO IGUAÇU os lotes n.ºs 05, 06 e 07, da Quadra n.º 97, com área total de 1.550,00 m2, situados à Rua Seringueira, na sede do referido município, havidos pelo Estado conforme matrícula n.º 8855, de 18 de março de 1982, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Os lotes de terreno cuja autorização para alienação constitui objeto do plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis, foram doados ao Estado do Paraná pelo próprio Município de Quedas do Iguaçu, para que neles fosse construído prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Ocorre que, tendo tal prédio sido construído em outra área, mais ampla e adequada, também doada pelo Município de Quedas do Iguaçu, a doação em causa afigura-se plenamente justa e oportuna.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de QUEDAS DO IGUAÇU os lotes 05, 06 e 07, da Quadra 97, com área total de 1.550,00 m2, situados à Rua Seringueira, com sede no referido município e objetos da matrícula n.º 8855, de 18 de março de 1982, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência para a Mensagem Governamental n.º 67/84, de 07 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 16/84, que objetiva instituir, também no Paraná, a verba de representação para os Srs. Presidentes das Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo trágico falecimento, no último dia 17, do Vereador por São Carlos do Ivaí, Sr. ANTÔNIO DOMICIANO.

O extinto, Líder da Bancada do PMDB na Câmara daquele município, é companheiro de grandes jornadas políticas, nas quais sempre se sobressaiu pelo seu dinamismo e dedicação, e deixa uma grande lacuna na vida política e social daquela região, que muito lamenta o desaparecimento prematuro de um de seus líderes mais promissores.

REQUER, outrossim, seja comunicado o inteiro teor do presente Requerimento à Câmara Municipal de São Carlos do Ivaí e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar, pelo passamento do Senhor ILDEFONSO MANNES, ocorrido na cidade de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI, OSVALDO ALENCAR
FURTADO e EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Faleceu hoje, na cidade de Paranavaí, o Senhor ILDEFONSO MANNES.

Pequeno industrial na cidade de Santa Izabel do Ivaí, onde explorava o ramo madeireiro, soube, mênre de suas virtudes cristãs e de sua credibilidade, merecer respeito e consideração pelos que com ele lidaram e tiveram a felicidade de com ele conviver.

Pioneiro na região, companheiro histórico de lutas partidárias, teve atuação política merecedora do respeito até de seus adversários políticos, também por ele respeitados.

Que, desta iniciativa, se dê ciência aos seus familiares, através das Câmaras de Vereadores de Santa Izabel do Ivaí e de Paranavaí.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Clevelândia, no mês passado, do fazendeiro e exemplar chefe de família, DEROSI CARNEIRO.

Solicita, outrossim, que se dê ciência dos termos do presente requerimento à família do homenageado.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. LAURO SCHEDER, ocorrido no dia 21 de março p.passado.

Renomado jornalista, o Dr. LAURO SCHEDER teve participação e atuação marcantes na vida paranaense. Foi Ministro do Tribunal de Contas, Chefe da Casa Civil e Presidente do Curitiba Futebol Clube e, pela sua crença espírita, prestou relevantes serviços aos mais necessitados.

Solicita, outrossim, que se dê ciência dos termos do presente requerimento à viúva, Sra. Tereza Sheder, aos genros, Dr. Altivo Ferreira e Dr. Orlando Gonçalves, bem como ao Coritiba Futebol Clube.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO-OLIVEIRA

Apoiamento:

Adhail Sprenger Passos e Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a inscrição nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do jovem HUMBERTO ALEXANDRE CALDART, cujo corpo foi encontrado no dia 20 corrente, amarrado a uma árvore, com sinais de violência que teriam causado sua morte.

Solicita, outrossim, que os pais do jovem HUMBERTO, - Ronaldo Alexandre Caldart e Lourdes Caldart - sejam cientificados dos termos desse requerimento, numa demonstração de repúdio desta Casa aos atos de violência que se têm verificado na região sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje nesta Capital do Sr. MÁRIO ALCÂNTARA.

O extinto pessoa de grandes qualidades religiosas e profissionais, deixa viúva Dona Eremita e três filhas.

Seu passamento deixa uma grande consternação na sociedade curitibana, visto que o extinto além de profissional do Direito, sempre esteve ligado a associação de bairros, bem como um grande cristão, buscando cotidianamente o bem coletivo.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata da Assembléia, voto de profundo pesar, pelo falecimento do nobre Vereador do PDS no Município de Borrazópolis Senhor ANTENOR MOREIRA BONFIM, ocorrido no último dia 19 do corrente.

REQUER ainda, seja dada ciência dessa decisão aos parentes e familiares do Senhor Antenor Moreira Bonfim.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata nos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 16 do corrente, na Cidade de Marumbi, do Sr. OSVALDO TRENTINI.

O extinto deixa consternado o município, pois era pessoa muito estimada por todos, tendo assumido a Delegacia

de Polícia por vários anos, e atualmente vinha desempenhando o papel de suplente de Delegado, destacando-se pelos relevantes serviços que prestou para o município e região. Deixa viúva a professora Antonieta Trentini, filhos e netos.

REQUER outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo drástico falecimento do jovem HUMBERTO ALEXANDRE CALDART, de Pato Branco.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa sejam notificados os familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de 20 do corrente, traz, à primeira página, um "Apelo ao Público" sobre o desaparecimento do jovem HUMBERTO ALEXANDRE CALDART, desde o dia 14 de março, portanto, há seis dias. O apelo levanta a suspeita de "assalto, latrocínio ou seqüestro" e vai assinado pela família Caldart.

Lamentavelmente, confirma-se, na tarde do mesmo dia, o prognóstico mais dramático: o jovem foi assassinado.

É uma perda irreparável. HUMBERTO ALEXANDRE pertencia à tradicional família de Pato Branco, tinha apenas 25 anos, o que significa dizer, todo um promissor futuro pela frente. De súbito, a violência atinge, não somente ele, mas toda sua família, seu grupo de amigos, sua comunidade, enfim; sua vida é ceifada, instalando um vazio infinito, e deixando no ar a pergunta sem resposta: POR QUÊ?

Quando já nos aproximamos do ano 2000, ainda assistimos barbarismos como este, e, o que é pior, ficamos nos perguntando como será o dia de amanhã, pois, apesar dos autênticos esforços da autoridade pública, o índice de criminalidade e violência aumenta, sempre e sempre, intranquilizando famílias e, às vezes, enlutando-as, como acontece, agora, com a família CALDART.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulação para com a IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA, que comemorará dia 25 p.p., os 13 anos de funcionamento da TELEPAZ, sistema que muito tem ajudado pessoas que necessitam de palavras de conforto.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à entidade supra.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulação ao empresário Carlos Nasser, Diretor da Corretora BANESTADO S/A, pelo destaque com que através de seu dinamismo empresarial frente àquela Financeira, acaba de classificá-la, conforme noticiário da imprensa estadual, em 1º lugar no "ranking" nacional como a mais bem sucedida

instituição nacional no setor.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Chefe do Poder Executivo, ao Secretário das Finanças e à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A. Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.
(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal evento é deveras alvissareiro ao setor financeiro paranaense, principalmente para o Banco do Estado, já que pela primeira vez uma instituição do Paraná galga sucesso em âmbito nacional.

Esse prestigiamento deveu-se à dinâmica que vem impondo junto à Corretora BANESTADO, pelo empresário Carlos Nasser, merecendo, portanto, que essa Casa do povo registre tal acontecimento e prestigie aqueles que com seu trabalho colocam o nome de nosso Estado em destaque nacional.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulação ao jornal "DIÁRIO POPULAR", brilhantemente dirigido pelo jornalista Abdo Aref Kudri, pela passagem de seu 21.º ano de fundação.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulação ao Jornal "Diário Popular" pelo 21.º aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.
(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O "Diário Popular" tem desempenhado importante e significativo papel na sociedade paranaense, conduzindo-se com firmeza e imparcialidade natural ao longo de sua existência.

Brilhantemente conduzido pelo jornalista Abdo Aref Kudri, esse renomado órgão de nossa comunicação presta inestimáveis serviços à coletividade, através da informação séria e segura, merecendo, portanto, as mais justas homenagens e manifestações de júbilo à sua direção e equipe de funcionários da parte desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, um voto de congratulação a toda laboriosa classe dos garçons, pela comemoração, no dia 20 de março, próximo passado, do dia que lhe é dedicado.

Esses profissionais anônimos que, com sua delicadeza e dedicação, em seu trabalho modesto e desapercibido, contribuem com a parcela para o bem-estar da coletividade, enriquecendo com a sua presença os nossos momentos de lazer.

É, pois, em sua homenagem que proponho hoje este voto de congratulações, representando-os na figura do Sr. Pedro Pakuszwick que, além de profissional exemplar, encarna, na execução humilde de seu trabalho, uma grande parcela deste sofrido povo brasileiro que merece todo nosso respeito e admiração.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.
(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do Centenário, do Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, em data de hoje.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Bernardi, DD. Prefeito Municipal e ao Senhor Levi R. S. Camargo, DD. Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.
(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de louvor ao Jornal "O Estado do Paraná", na pessoa de seus diretores: Dr. Paulo Cruz Pimentel e Dr. Luiz Guilherme Gomes Mussi, pela feliz iniciativa daquele órgão de imprensa em publicar, a partir do dia 18 próximo passado, o suplemento denominado "Jornal Imobiliário", que muitos benefícios, por certo, trará à população do Paraná e, muito especialmente, desta Capital.

Numa época de crise nacional, onde o Sistema Financeiro de Habitação, mercê de uma política irreal e desatualizada, vem se constituindo num dos principais fatores de reabilitação da espiral inflacionária e um peso insuportável para o equilíbrio do orçamento doméstico de todas as camadas da população brasileira, principalmente das de menor poder aquisitivo, uma iniciativa como esta, facilita ao usuário uma visão clara do mercado imobiliário, não apenas protege o locador ou comprador em potencial, como provoca um inevitável reaquecimento dos negócios, até então em retração face à desastrosa política do Banco Nacional de Habitação.

O lançamento do suplemento que motiva o presente requerimento, vem demonstrar, mais uma vez, o poder de uma imprensa livre e responsável, não apenas como formadora da opinião pública e como veículo de informação, mas, também, como um instrumento inestimável de prestação de serviços.

Nestas condições, uma vez aprovado o presente requerimento, solicito que dele se dê ciência àquele órgão de imprensa, na pessoa de seus diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de louvor às briosas Corporações da Polícia Militar do Estado do Paraná e Corpo de Bombeiros, pelo desempenho e assistência prestados durante a denominada "Operação Praias", executada no litoral paranaense.

REQUER outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência a Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança Pública, ao Comando da Polícia Militar do Estado e a o Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.
(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Já se tornou uma tradição o excelente desempenho das briosas Corporações da Polícia Militar do Estado e do Corpo de Bombeiros frente à denominada "Operação Praias", exercida durante o período de verão no litoral

paranaense. O bom desempenho e a excelente assistência prestada aos veranistas que vão em busca de lazer ao nosso litoral, estimulam a nossa população a manter a confiança nas respeitadas Corporações de tradição centenária, em favor da manutenção da ordem pública paranaense.

Justo, portanto, que este Poder, na qualidade de representante legítimo do povo do Paraná, registre o trabalho profícuo em seus Anais, estimulando assim, na continuidade da prestação de bons serviços a nossa população por aquelas Corporações, encarregadas da manutenção da ordem pública e segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela nomeação do Engenheiro HAMILTON VILELA MAGALHÃES, para o cargo de Diretor do Planejamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

REQUER outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência a Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes e à Direção do DNER.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal nomeação é deveras salutar para o Paraná, já que Hamilton Vilela Magalhães, ex-Deputado Federal e ex-Senador pelo nosso Estado, possui qualidades profissionais que o habilitam para tal cargo, tendo demonstrado sua capacidade quando dirigiu com grande eficiência o D.E.R. paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais Nelson Guimarães Vasconcellos e Tuguio Setogutte, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Cândido Garcia, Presidente da Associação Paranaense de Ensino e Cultura, em Umuarama - Paraná, contendo manifesto de repúdio contra o Diretor da Faculdade de Direito de Umuarama, Nabor Moraes Silva Neto pelo fato de ter convidado Nilton Barbosa para compor a mesa de honra da solenidade de colação de grau da Faculdade de Direito de Umuarama, a 16 de março de 1984, na condição de representante da classe política da Região de Umuarama. A inusitada atitude do diretor, eivada de má fé, arremessada contra os órgãos políticos locais e aos efetivos representantes do Povo de Umuarama que não outorgaram poderes de representação ao cidadão Nilton Barbosa, usando da solenidade para a prática de ato brincalhão e de mau gosto, condução direcionada para ferir a classe política local, eis que o cidadão convidado referido, além de não residir em Umuarama não fôra credenciado para representar quem quer que seja dos detentores de mandatos eletivos por Umuarama.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(aa) NELSON VASCONCELLOS e
TUGUIO SETOGUTTE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo

com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Erasmo Garanhão, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, sugerindo a construção de prédio para o funcionamento de agência de Rendas Estaduais no Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de município de grande porte no que tange à produção, resultando expressiva arrecadação de rendas ao Estado cabendo a este implantar sistema adequado com o crescimento e participação de contribuintes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, sugerindo a doação de um veículo tipo ambulância para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O município de Cruzeiro do Oeste conta com grande população rural carente de assistência médica, e essa população, sem recursos de até mesmo locomoção, dependem de atendimento médico no Posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, no sentido de que seja autorizada a realização de estudos objetivando analisar a viabilidade de se criar e instalar um posto do correio no Distrito de BOURBÔNIA, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz.

A comunidade do Distrito de BOURBÔNIA, tem que atualmente, se deslocar até o Distrito de CORUMBATAÍ DO SUL, distante 22 Km. Ademais, não obstante a distância, os moradores de BOURBÔNIA geralmente têm seus afazeres centralizados no Município de CAMPO MOURÃO (cidade polo da micro-região 12); por ser mais perto, ficando o Distrito de CORUMBATAÍ DO SUL fora desta rota.

Não apenas por apresentar verdadeiros transtornos, mas sim porque a localidade de BOURBÔNIA já dispõe de um crescimento merecedor de um atendimento condizente.

Espera-se por parte desta Pasta, um posicionamento que permita concretizar o que ora é reivindicado, atendendo à iniciativa do Senhor Luizinho Jagelski, Diretor da Escola Estadual Arnaldo Coneglian e que sem dúvida, está inserida nos propósitos dos demais integrantes daquele distrito.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após

ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando a destinação de materiais bem como o apoio às futuras realizações esportivas no Município de Bos Esperança.

Hoje, mais do que nunca, o incentivo às práticas desportivas é uma necessidade, não apenas dentro das escolas, mas para a população de um modo em geral, como forma de contribuir para a elevação da qualidade de vida dos municípios, no que se refere a esta área.

Além do mais, o Município de Boa-Esperança, através de sua Administração Municipal, tem enfrentado sérias dificuldades para propiciar à população, a prática esportiva.

Faz-se necessário, portanto, em razão dos motivos discorridos, que se estude medidas capazes de assegurar realizações de grande alcance esportivo, atendendo a iniciativa dos integrantes do setor jovem do P.M.D.B. e da comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, D.D. Secretário da Segurança Pública, solicitando a urgente construção de um prédio para abrigar a Delegacia de Polícia do Município de Pranchita, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal do referido município.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do Município de Santo Antônio do Sudoeste, o Município de Pranchita foi instalado em 01.02.83, contando atualmente com um contingente populacional de aproximadamente doze mil habitantes.

A construção de um prédio para abrigar a Delegacia de Polícia do Município é uma reivindicação da comunidade, considerada prioridade absoluta, eis que diz respeito à segurança e tranquilidade dos munícipes, razão porque acreditamos que o presente requerimento merecerá a pronta atenção da Secretaria competente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, objetivando a destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na conclusão e reparos gerais do Centro Social Urbano, localizado no Município de Campo Mourão.

Desde que foi entregue, aquele Centro, tem nos dias de hoje, suas instalações inacabadas ou faltando inúmeros móveis ou equipamentos, não podendo ser utilizado conforme objetivos estabelecidos previamente, quando de sua criação. Além disto, em razão do longo tempo que se passou, necessita o Centro Social Urbano de algumas reformas, tais como:

- recuperação do muro (parcialmente destruído em virtude de fortes chuvas);
- colocação de parte do alambrado (parcialmente destruído em virtude de fortes chuvas);
- construção de áreas para estacionamento;
- construção de calçamento circundando o prédio.

Outro problema apresentado é no tocante à manutenção do Centro, uma vez que foram raras as ocasiões que algum órgão federal carrear recursos de ordem financeira que possibilitassem sua aplicação em benefício de um grande número de pessoas que usufruem daquele local de lazer.

Em razão dos motivos ora discorridos, torna-se imprescindível que haja a tomada de medidas que resultem na eliminação de tais problemas, atendendo iniciativa do Senhor Cirineu Medeiros, Digníssimo Chefe do Centro Social do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, para que determine urgência no pagamento da indenização das desapropriações no Município de São João, pela construção da PR-281, que estão sendo solucionadas administrativamente.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores e Liderança Partidária de São João.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Erasmo Garanhão, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, sugerindo a construção de prédio para o funcionamento de agência de Rendas Estaduais no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de município de grande porte no que tange à produção, resultando expressiva arrecadação de rendas ao Estado, cabendo a este a implantação de sistema adequado com o crescimento e participação de contribuintes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, sugerindo a doação de um veículo modelo ambulância, para o Centro Social Urbano do Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Altônia conta com grande população rural carente de assistência médica, e essa população, sem recurso, depende até para sua locomoção do atendimento do Posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Felipe Haj Mussi, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de um prédio, no Município de Braganey, para a instalação da Delegacia de Polícia daquela cidade.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MARIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra que se reveste de importância vital para o cabal desempenho da atividade policial naquele município, colaborando em muito para a eficiência do combate à criminalidade, tão almejado por todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Sra. Professora Gilda Poli Rocha Lourdes, D.D. Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação do ensino de 2º grau, na Escola Estadual Wenceslau Braz, situada no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação pelo enorme número de alunos obrigados a se deslocarem quilômetros por estradas secundárias, sujeitos a todo tipo de intempéries, perdendo dias e dias de aulas em função de intransitabilidade da rodovia, em dias de chuva, prejudicando sensivelmente seu aprendizado.

Aguardamos favorável pronunciamento dessa Pasta, por tratar-se de uma justa reivindicação de pais e alunos daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Lineu Schwartz, D.D. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o urgente encasalhamento da estrada que interliga Braganey com seus Distritos de Somália e Porto Vera Cruz.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação faz-se necessária em vista do estado em que se encontra aquela rodovia, tornando impraticável o fluxo de veículos, principalmente aqueles responsáveis pelo escoamento da produção agrícola.

Tal situação é agravada ainda mais quando da ocorrência de chuvas na região, tornando a estrada simplesmente intransitável, acarretando graves prejuízos financeiros aos agricultores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Sra. Professora Gilda Poli Rocha Lourdes, D.D. Secretária de Estado da Educação, solicitando a concessão de um ônibus à FECIVEL - Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação se justifica pelo fato de que os alunos carentes, em grande número, destinam enormes somas para custeio do ensino, comprometendo seu único meio de transportes, que é o ônibus, hoje com tarifas igualmente elevadas.

Lembramos que a FECIVEL nada recebe do Estado, enquanto que as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, consomem cerca de 15% de todo o orçamento dessa Secretaria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Doutor Ary Veloso Queiroz, MD. Diretor-Presidente da COPEL, solicitando providências urgentes com vistas a solucionar o grave problema de interrupções freqüentes de fornecimento de energia elétrica no Município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Além de causar previsíveis transtornos à população em geral, tais interrupções, pela freqüência alcançada, vêm determinando sérios e graves prejuízos diários à Cooperativa Agropecuária Consolata Ltda., que necessita de energia elétrica intermitente para desenvolvimento de seus trabalhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoní Júnior, D.D. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a construção de um Posto de Saúde na cidade de Braganey.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se Braganey de município recém-instalado, com todos os encargos que daí advém, e por isso a participação dessa Pasta no alcance da estrutura de saúde e bem-estar social reclamada pela população se torna imprescindível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Doutor Francisco Simeão Rodrigues, em que solicita providências no sentido do aparelhamento da Agência do DETEPAR de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A pedido do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu, todos os órgãos estaduais naquele município formularam relatórios donde constam o quadro funcional, as atividades desenvolvidas, as condições materiais para execução dos programas de Governo, entre outros dados.

O resultado foi auspicioso mas não deixou de revelar deficiências de monta na prestação de serviços públicos mantidos pelo Estado do Paraná.

Particularmente, o DETEPAR, criado na atual administração do Governo do Estado, apresenta debilidades tanto no plano material quanto no de recursos e quadros humanos. Neste sentido, o Gerente do DETEPAR em Foz do Iguaçu formulou ao partido o que agora passamos a encaminhar a essa Pasta, no concernente e recursos materiais e recursos humanos, como segue:

MATERIAIS: Veículo, móveis, utensílios e instalação de terminal telefônico;

HUMANOS: Contratação do gerente Jorge Szczypior, já no exercício de suas atividades, contratação de secretária executiva, de Coordenador de curso e de auxiliar de serviços gerais.

Considerando que Foz apresenta um dos mais altos níveis de desemprego do Paraná, cerca de quinze mil, propomos que esta Pasta dote aquele órgão dos mecanismos necessários para o desenvolvimento de sério trabalho social e político no combate ao desemprego e à recessão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Luiz Cordoni Junior, e ao Excelentíssimo Sr. Diretor Superintendente da Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR, em que solicita providências no sentido do aparelhamento do CETREMI, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A pedido do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu, todos os órgãos estaduais naquele município formularam relatórios donde constam o quadro funcional, as atividades desenvolvidas, as condições materiais para execução dos programas de Governo, entre outros dados.

O resultado foi auspicioso mas não deixou de revelar deficiências graves na prestação de serviços públicos mantidos pelo Estado do Paraná.

Em particular na área do Serviço Social que essa Pasta, desenvolve, pudemos constatar o que segue para o que solicitamos medidas urgentes no sentido de sua resolução:

1º Na gestão anterior o CETREMI contava com onze (11) funcionários tendo, na atual gestão, sido reduzido quatro (04);

2º Quando da solicitação de contratação de uma Assistente Social, o Conselho Deliberativo alegou que para que isto ocorresse seria necessária a dispensa de mais um funcionário!

3º Dado o agravamento do problema social na região de Foz do Iguaçu, à frente mais de quinze mil desempregados como resultado da desativação do canteiro de ITAIPU e os mais de 300 mil brasileiros radicados no Paraguai, que diariamente cruzam a fronteira, cresce, também, o contingente de menores abandonados e carentes. Em função disso, e pela própria inexistência de serviços do Instituto de Assistência ao Menor, o CETREMI tem estado às voltas com o problema das crianças, sem que isto esteja em seu programa de assistência, donde o documento apresentado pelo Gerente do CETREMI propor do mesmo modo que o fizemos junto ao

Presidente do IAM, a instalação de Escritório do IAM;

4. O documento propõe, outrossim, a criação de Escritório ou CETAS regional da PROMOPAR, na área do 9.º Distrito Sanitário.

Diante do exposto, consideramos absolutamente indispensável a contratação da Assistente Social referida (o Diretório Municipal do PMDB e os Vereadores já processaram a indicação da companheira Seila Costa Silveira) e providências no sentido de fazer frente às injustiças sociais gritantes que tomaram Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Luiz Cordoni Júnior, e ao Excelentíssimo Sr. Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, em que expõe a situação do 9.º Distrito Sanitário de Foz do Iguaçu e pede providências.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A principal constatação extraída do relatório apresentado pelo médico chefe do 9.º Distrito Sanitário, Doutor Nelson da C. Mendes, consiste em que o 10.º Distrito Sanitário, sediado em Cascavel, centralizou atribuições outrora de sua competência.

Para o 10.º Distrito Sanitário transferiram técnicos, equipamentos (microscópios, mesas, estantes, ventiladores) etc. Segundo o documento anexo, a programação é processada tendo em conta apenas os brasileiros residentes em Foz do Iguaçu, enquanto a demanda é desta população somada a mais de trezentos mil brasileiros residentes no Paraguai.

O médico chefe do 9.º Distrito Sanitário denuncia, ainda, que a precariedade dos serviços médicos arcamos com a "importação" da raiva canina, felina e humana, além do "Aedes aegyptis".

Acrescente-se o fato de Foz do Iguaçu apresentar mais de quinze mil desempregados, tem-se aproximadamente a conta das necessidades de Foz do Iguaçu.

Diante do exposto, juntamo-nos ao solicitado pelo médico chefe do 9.º Distrito Sanitário, que, pela justeza de propostas e larga experiência no setor de saúde, pode contribuir na resolução dos graves problemas nas áreas afetadas da Secretaria de Estado da Saúde:

1. contratação de técnicos, segundo matriz proposta pela SESB/FSCMR, tanto para a equipe distrital como para os Centros de Saúde jurisdicionados ao 9.º Distrito Sanitário. O documento aludido solicita a contratação de sessenta e três funcionários, dando bem a idéia do estado de abandono daquele Distrito Sanitário. Propõe-se, igualmente, a concessão de abono ou obtenção junto a ITAIPU de cedência de residências na Vila A;
2. construção dos Centros de Saúde de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, em função de estarem funcionando em residências adaptadas;
3. Em Santa Helena, após ouvido o Diretório do PMDB do Município, que se encontra desativado e onde funciona, atualmente, a Inspetoria de Ensino;
4. instalação nos Centros de Saúde de equipamentos imprescindíveis ao funcionamento, como máquinas de escrever, mesas, fichários, geladeiras, PABX e outros equipamentos de laboratório de análises clínicas, de gabinete odontológico, além dos de enfermagem e médicos;

5. dois veículos e uma ambulância;
6. em São Miguel do Iguacu ainda não se efetivaram as mudanças propostas pelo PMDB local e coloca-se a necessidade de levantamento da situação daí resultante, pois suas atividades deixam muito a desejar;
7. recursos materiais para combustível, materiais de consumo, reparos, diárias, etc.;
8. aumento do número de leitos para o Programa de Saúde Mental, em convênio com o Hospital São Marcos de Cascavel;
9. o Distrito Sanitário vem funcionando, acanhada e precariamente, no Centro de Saúde II de Foz do Iguaçu. Urge locá-lo em condições mais satisfatórias;
10. realização de Cursos para Agentes "A" e "B", pois os novos funcionários não estão habilitados para o exercício das funções. Reciclagem para os demais técnicos;
11. ampliação e consolidação da área do 9.º Distrito Sanitário, com a inclusão de Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Céu Azul e Vera Cruz. Os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Guaíra, por margem o reservatório de Itaipu, passarão do 10.º e 12.º Distrito Sanitário para o 9.º Distrito Sanitário, conforme a proposta. Os municípios de Céu Azul e Vera Cruz, por uma questão de racionalização;

Esperamos que as propostas aqui apresentadas mereçam a consideração da Secretaria de Estado da Saúde e vinculadas, garantindo, deste modo, a execução das políticas tão brilhantemente apontadas pela direção da Pasta da Saúde em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a criação da Coordenadoria especial de atendimento à imprensa do interior do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A informação é fundamental na formação da opinião pública diante dos problemas e decisões do Governo.

Diante disso solicitamos a criação de uma Coordenadoria especial de atendimento à imprensa do interior do Paraná, junto à Secretaria de Comunicação do Governo, a ser criada.

Tal coordenadoria seria de fundamental importância já que, através dela, muitos dos problemas enfrentados pelo setor (como o acesso aos acontecimentos do Governo) seriam solucionados. Esta coordenadoria serviria de apoio a todos os órgãos de comunicação do interior que, pela própria característica, tem dificuldades de acompanhar de perto as decisões do Governo. Com isso, falhas involuntárias cometidas pelo setor de imprensa do interior seriam supridas e o público paranaense do interior melhor informado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor DENIS ARNEIRO, Deputado Federal pelo PMDB-RJ, enviando-lhe manifestação de apoio ao projeto de lei que apresentou à Câmara Federal, proibindo a exportação de milho, que somente será permitida quando a produção for comprovadamente superior à demanda interna, e que determina a proibição da importação de trigo, com a obrigatoriedade de substituição do produto por milho e derivados, nos Estados que não sejam produtores.

A proposição estabelece, ainda, que o trigo, produzido no País, só poderá ser industrializado e comercializado, sob qualquer forma, no Estado em que tenha sido plantado, e que os infratores serão punidos com multas que variam de 100 a 500 mil cruzeiros e, ainda, sujeitos à apreensão do produto, no caso de reincidências.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Secretários da Agricultura e da Indústria e Comércio do Paraná, solicitando-lhes a realização de estudos visando conseguir financiamento para reforma de moinhos coloniais, no Estado do Paraná, através do BADEP, BRDE e BANESTADO, a exemplo do que o Governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, está fazendo.

A intenção é que o Excelentíssimo Senhor Governador determine à Secretaria da Agricultura a execução de um programa de incremento à produção de milho, trigo e arroz, destinados ao consumo do próprio produtor e não apenas à venda.

Há necessidade de que haja crédito acessível, bem como que fossem proporcionados incentivos fiscais a tais estabelecimentos.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial aos Excelentíssimos Presidentes do PDT-Partido Democrático Trabalhista, do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e do PT - Partido dos Trabalhadores, sugerindo a realização de um programa a ser veiculado em cadeia nacional de rádio e televisão, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos no seu Artigo 169, Inciso 3.º, evidenciando a real necessidade do restabelecimento imediato das eleições diretas para Presidência da República, com votação da Emenda DANTE DE OLIVEIRA, marcada para o dia 25 de abril.

Mais do que nunca é imprescindível a ampliação do debate político, como forma de buscar saídas que estejam efetivamente voltadas aos interesses democráticos do conjunto do povo brasileiro.

Neste sentido, sugiro a organização em cadeia nacional, uma semana antes da votação da emenda, um programa destinado aos respectivos partidos políticos, onde se reafirme o compromisso em defender o restabelecimento das eleições diretas.

É inegável que somente com o retorno de tal pleito é que se pode acreditar no ressurgimento de um País soberano, onde a participação popular, em todos os níveis, inaugure um processo histórico da construção de um novo Brasil.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a Comissão de Educação promovoa, juntamente com representantes da Secretaria da Educação e do Magistério, debate sobre a revisão do currículo escolar.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

Na Mensagem governamental enviada a Esta Casa de Leis há uma advertência de que "o País necessita de uma verdadeira educação popular". Este posicionamento é oportuno e o exemplo deveria partir do Paraná tendo em vista a complexidade de seus problemas sócio-econômicos. É tempo de se tomar decisões pois a gravidade dos problemas é do conhecimento de todos.

O que mais nos preocupa é que os reflexos do atual modelo e da situação do ensino no Paraná, a exemplo da realidade desse setor no país, se interligam com problemas sócio-econômicos. Basta lembrar que o Censo de 1980 revelava que 80 das pessoas que recebiam rendimentos de até um salário mínimo mensal, tinham até quatro anos de escolaridade.

A evasão escolar, principalmente na área rural, é assustadora bem como o índice de repetições. Os reflexos do ensino primário se refletem em todo o contexto educacional no Estado. Assim vemos apenas três e meio por cento da população paranaense com curso de nível superior.

Alertar que a situação é crítica e que evolui negativamente não vai trazer soluções.

Há necessidade de se repensar no modelo do ensino em nosso Estado, principalmente para implantar um currículo escolar compatível com a nossa realidade. Não podemos esperar que todas as decisões partam de Brasília. É preciso criatividade e coragem para romper com os padrões tradicionais. No Paraná dinâmico, onde os problemas sócio-econômicos se avolumam, não há mais lugar para um ensino elitizado, tendo em vista, principalmente, a precariedade da situação econômica de grande parte da população. E acima de tudo não podemos continuar com um modelo que não dá mais esperanças de um futuro melhor para os nossos filhos. É utópico pensar que todos chegarão à universidade, pois a realidade aí está a comprovar tais fatos.

E, o ensino, principalmente do primeiro e segundo graus, ainda, é voltado quase que essencialmente para encaminhar o aluno para o curso superior esquecendo-se que a maioria esmagadora não consegue chegar nem à metade do caminho.

A questão educacional, para nós, é de responsabilidade de todos e tem que ser vista acima dos partidos. Por isso o apelo que hoje fazemos é que o Governo do Estado determine que sejam procedidos estudos visando a reformulação do ensino paranaense, principalmente do primeiro grau.

E, nós nos propomos a fornecer subsídios para mudar essa desalentadora realidade que aí está.

Os erros do currículo escolar, não só no Paraná, como no Brasil, começam com o modelo que foi importado de países europeus. Inclusive não se atentou para as peculiaridades brasileiras, inclusive com a fixação do calendário de férias.

Inicialmente gostaríamos de nos ater aos problemas do ensino na zona agrícola. O Paraná tem a sua economia

calcada na agricultura e grande parte de sua população, conseqüentemente, sobrevive das lides agrícolas. O ensino, no entanto, tem o mesmo padrão existente nos centros urbanizados. Enquanto isto, a evasão escolar é assustadora. A repetência no primeiro ano do primário é um fato comprovado. Existem alunos que ficam até quatro anos na primeira série. Não podemos concordar que o erro esteja na criança. Há necessidade de um currículo diferenciado, dentro da realidade de cada região, embora se preservando a igualdade de direitos para todos. É inconcebível que num Estado agrícola, cursos profissionalizantes, principalmente voltados para a prática rural, não sejam incentivados. Não é preciso se aprofundar muito para se chegar à conclusões desse quadro negativo. Todos sabemos que durante os períodos de colheita os filhos dos agricultores são arregimentados para auxiliar nessa tarefa. Podemos lembrar os casos das colheitas de algodão ou de café que exigem grande demanda de mão-de-obra.

Evidentemente os alunos, nesses casos, deixam os bancos escolares em detrimento de sua educação. No Paraná já se tentou, pioneiramente, corrigir, essa distorção. Foi implantado o calendário escolar agrícola, onde as férias coincidem com os períodos de trabalho mais intenso na agricultura. É um modelo válido. Quando de sua implantação começou a apresentar resultados animadores. Essa experiência poderá ser reestudada e certamente vai corrigir uma série de distorções nas escolas do meio rural.

Outro fator preponderante é a pesquisa para saber a demanda de mão-de-obra. Durante o governo passado se iniciou um amplo programa de incentivo à piscicultura entre os proprietários agrícolas do Oeste do Estado. Ao mesmo tempo se implantou, pioneiramente, no País, um curso de técnico em piscicultura. Esse curso funciona paralelamente ao ensino de segundo grau. Dessa forma, os que iniciaram o curso já, praticamente, tinham assegurado o seu emprego. E o mais importante do que conseguir um estudo com emprego assegurado é que esses alunos podem optar por continuar estudando, e se for o caso, chegar à universidade.

São modelos assim os necessários, simples, mas que trazem soluções e não exigem altos investimentos financeiros. O curso de técnico em piscicultura chamou atenção de outros Estados que enviaram alunos para estudar no Paraná. Isto por ser um curso pioneiro. No Brasil não existia similar. Apenas o de, engenharia de pesca, mas faltava o elo de ligação, ou seja a formação dos técnicos, tal fato bem demonstra a realidade do nosso ensino. Vivemos ainda uma realidade de extremos; num Estado agrícola temos uma infundável legião de bóias-frias e de outro lado os engenheiros agrônomos. Enquanto isto há carência de técnicos nesse setor, deixando uma lacuna vulnerável.

Portanto, soluções existem a curto prazo e viáveis dentro do contexto, mesmo de crise. O que não se pode admitir é o acomodamento de uma geração sem futuro enquanto os problemas sociais e econômicos do Paraná se avolumam.

Portanto, propomos que a Comissão de Educação desta Casa, juntamente com a Secretaria de Educação e representantes do Magistério, promovam debates visando encontrar soluções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao

Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança do Estado, solicitando o reequipamento da Delegacia de Ubatã.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Ubatã, importante município de nosso Estado, está necessitando de reequipamento completo, dado que os que lá existem já se tornaram obsoletos para atender o povo não só do município, mas da região circunvizinha.

Necessário se faz urgentemente que se reequipe aquela delegacia para que a mesma possa atender efetivamente aos fins a que se destina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial do Excelentíssimo Senhor Presidente do ITC - Instituto de Terras e Cartografia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos devidos quanto à viabilidade de se proceder a implantação e orientação técnica para a criação de peixes no Município de Mamborê.

Nos últimos anos, de forma cada vez mais acelerada, o homem, através de suas atitudes, tem extraído as riquezas naturais sem ter as devidas preocupações com critérios que garantam a não extinção do conjunto de tais potenciais.

Especialmente se tem evidenciado o quadro crítico do solo, das vegetações e dos mananciais hídricos. É sabido que nos dias de hoje torna-se imprescindível que se coloque no plano prático ações que possam resultar na preservação e recuperação do meio ambiente.

A este respeito, dentre as inúmeras políticas de preservação, destaca-se a piscicultura, a arte de se criar e multiplicar peixes, cujos benefícios vão desde a sobrevivência de várias espécies, até a utilização do produto como alimentação sadia e barata, além de contribuir como indispensável papel na recuperação dos rios.

Em face de tais colocações, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Agricultura, juntamente com o ITC, intensifique e desenvolva novos apoios à piscicultura, não apenas para Mamborê, mas também para os demais municípios da região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco falso (braço sul), interligando os Municípios de Vera Cruz do Oeste e Matelândia, através dos Distritos de Vila Esmeralda e Ramilândia.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Procurando sensibilizar Vossa Excelência para a necessária e impostergável construção dessa obra tão almejada, é que vimos perante essa Pasta fazendo eco com aquelas comunidades que vêem na ponte, o início da redenção econômica daquela parte da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade da implantação de asfaltamento para interligar as cidades de Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí, num percurso de cerca de 14 Km.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A implantação da pavimentação asfáltica para interligar os Municípios de Santa Izabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo é antiga reivindicação regional.

O pedido ora formulado consta nos registros da Secretaria dos Transportes, das datas de governos anteriores, assim como nos Anais desta Casa.

Documento nesse sentido, apresentamos ainda nos idos de 1979, quando pleiteávamos também a ligação com Planaltina do Paraná.

Executada esta última ligação - Planaltina do Paraná / Santa Izabel do Ivaí, restava a continuidade dos trabalhos para atingir Santa Cruz do Monte Castelo para completar a malha rodoviária projetada pelo Governo Canet naquela importante região de exploração agropecuária.

Desta forma, Senhor Secretário, resta agora apenas o atendimento ao objetivo em tela, que satisfará as ansiedades dos três municípios maiores produtores de arroz irrigado do Estado: Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí, além de auxiliar o fluxo do tráfego das produções do Estado de Mato Grosso do Sul, via Porto Caiuá, até os grandes centros de comercialização paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes, no sentido de que seja realizado estudo quanto à possibilidade de efetuar a criação e instalação de um núcleo de manutenção do DER, no Município de Ubatã.

Ubatã, bem como a região, são constituídos de diversas ligações, tanto asfáltica como de leito natural, existentes em razão do fluxo muito grande de veículos, especialmente da zona rural.

De iniciativa do Dr. Carlos Alves, Digníssimo chefe da CIRETRAN, onde este afirma a real necessidade de dotar aquele município de um órgão desta natureza, uma vez que com a existência do mesmo, uma assistência mais acentuada poderá se verificar no setor rodoviário.

Em face do exposto, espera-se uma avaliação dessa Secretaria de Estado dos Transportes para o que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ter ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado da necessidade de ser convocada uma Comissão

Especial para a elaboração de estudos referentes às possibilidades constitucionais, dado as necessidades sociais, de se isentar da alíquota de ICM os valores diferenciados entre a venda à vista e a prazo, promovida pelos estabelecimentos comerciais sem auxílio de instituições financeiras.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Encontrar instrumentos de política econômica e fiscal adequados ao funcionamento de uma sociedade socialmente mais justa e economicamente mais progressista, é dever e obrigação de todo governo dito democrático, bem como buscar soluções para corrigir injusta disparidade de tratamento tributário, insita à estrutura do ICM.

Esta política do ICM, entre vários matizes, possui um que é centrado na assimetria das vendas a prazo em prestações periódicas, na intermediação das instituições financeiras de um lado, e de outro, pela participação do comerciante varejista.

No curso, desses anos, várias propostas já foram elaboradas, em convênio entre Estados, estipulando reduções na base cálculo do ICM correspondente aos mencionados acréscimos, cobrados diretamente pelo vendedor. Foram oferecidos esboços de lei ampliando a área de incidência do imposto sobre operações financeiras (IOF), este para abranger também as vendas mercantis financeiras pelos próprios estabelecimentos vendedores, em troca de não incidência de ICM sobre os acréscimos financeiros imputados, nessas operações mercantis e financeiras.

Como tais estudos nunca foram formalizados, as empresas comerciais - especialmente as grandes - foram incorporando ao respectivo agrupamento econômico organizacional, sociedades de crédito, financiamento e investimento, com o objetivo, entre outros, de promover a evitação da incidência desse tributo sobre os referidos acréscimos, atendendo, não só aos financiamentos das compras em suas próprias lojas comerciais, como também em outras, sem vínculo de interdependência.

Tais circunstâncias vêm agora agravando as empresas comerciais de menor porte, que não podem adquirir e incorporar instituições financeiras, mas que continuam vendendo, por conta própria e a prazo, em prestações, mercadorias de reduzido valor, geralmente a consumidores de baixa renda.

Já como precedente desta sensibilização, vamos encontrar o Decreto nº 20.732, de 07 de dezembro de 1983, de produção do Executivo catarinense, buscando solução justa para amenizar tais distorções, como o aplauso de todo o empresariado nacional.

Na verdade, estando hoje o maior volume dos acréscimos financeiros fora da incidência do ICM, porque são cobrados diretamente, pelas instituições financeiras (veículos, eletrodomésticos, etc), insignificante seria a perda de receita que decorreria da exclusão desses acréscimos no cálculo do tributo nas vendas a prazo, atendidas com recursos próprios dos comerciantes varejistas, favorecendo o pequeno comerciante.

Por outro lado, num mercado bem competitivo, como o nosso, a indistinta aplicação da base de cálculo equivalente ao preço à vista da mercadoria, resultaria automática a redução no valor das compras pelo consumidor que, por sua vez, aplicaria essa resultante melhora de poder aquisitivo na obtenção de outras mercadorias. Como a capacidade de consumo do brasileiro

está próxima de atingir alto grau de saturação, a equalização de tratamento tributário, entre as vendas financiadas por instituição financeira e pelos comerciantes, constituiria uma alavanca na reativação dos negócios.

Como, na atual conjuntura, o financiamento das vendas a prazo com recursos oriundos do próprio capital da empresa comercial vendedora, sem a intervenção de instituição financeira (do mesmo grupo econômico ou que operam em convênio com as lojas), é, praticamente, residual, nenhum sério prejuízo adviria para as financeiras, hoje extremamente pressionadas pela demanda dos escassos e caros dinheiros de aluguel.

Acreditamos que a supressão do "discriminem", através da apontada igualdade de tratamento tributário é imperativo na hora presente, quando se busca, ingentemente, o concurso de instrumentos tanto de política anti-inflacionária, como para a retomada do desenvolvimento econômico.

É importante que a comissão a ser formada para estudo da matéria, conte com a participação de um representante da Federação do Comércio Varejista do Paraná, de vez que é esta, é o órgão da sociedade melhor conhecedor da problemática questionada e, portanto, o que pode apresentar e argumentar as decisões mais favoráveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a instalação de subdivisão policial em Ubatã.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A segurança do povo deve ser prioridade absoluta, e em Ubatã essa prioridade não pode ser observada dado que lá somente 5 policiais prestam serviço, e ainda, acresça-se que Ubatã está jurisdicionado à sub Divisão policial de Campo Mourão, distante do mesmo cerca de 80 Km.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a designação de Juiz para a Comarca de Ubatã.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Ubatã é uma das mais importantes de nosso Estado e hoje passa por séria crise, pois, para lá tem sido designado Juizes Substitutos, o que tem atravancado o desenvolvimento dos trabalhos da mesma. Hoje, centenas de processos estão paralizados por esse motivo, daí a nossa solicitação para que se designe definitivamente um Juiz para aquela comarca, o que irá resolver os problemas existentes na mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação

oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, a ser comunicado ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da SANEPAR — Saneamento do Paraná, através da realização de estudos, visando a execução de obras de ampliação da rede de abastecimento de água na municipalidade de Ubatã.

Conta hoje Ubatã com uma população superior a 13 mil residentes no perímetro urbano, sendo que grande parte deste contingente não dispõe de distribuição de água e esgoto pela SANEPAR.

Tal conjuntura, vem fazendo com que os moradores daquele município, desenvolvam manifestações imbuídas no propósito de que haja a execução de obras que condicionem uma reorientação no sistema, colocando-o à altura do porte de Ubatã.

A Administração Municipal, segundo o Ex.^{mo} Sr. Raimundo Soares Nascimento, ressalta que já executou com recursos oriundos dos cofres municipais, a extensão, assim como o emprego de materiais, 16 km de ligação, onde também contou com expressivo apoio do conjunto daquela coletividade.

Espera-se por parte dessa Pasta, que em conjunto com a SANEPAR, avaliem a possibilidade de se ampliar tal rede, com a liberação de recursos orçamentários, assim como respaldo técnico.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que a Secretaria da Agricultura de nosso Estado, e suas empresas vinculadas, vão desfechar no Paraná uma intensa campanha de conscientização sobre o perigo da poluição ambiental;

CONSIDERANDO que é preocupação do Governo do Estado preservar áreas verdes existentes em nosso Estado para que as mesmas contribuam para um ambiente mais sadio e, conseqüentemente, menos poluído;

CONSIDERANDO que os ambientes preservados, hoje estão isentos de poluição, tanto é verdade que o Parque Barigüi de Curitiba já é rota de aves migratórias;

CONSIDERANDO que, normalmente, o que mais provoca poluição ambiental são indústrias que apenas se importam com o lucro incontido, nem que isso traga riscos à saúde humana e a destruição dos ecossistemas;

CONSIDERANDO que é nosso dever organizar-se para a defesa de nossa saúde e do meio ambiente, para evitarmos episódios lamentáveis no futuro;

CONSIDERANDO que, agredindo a fauna, a flora, o ar, as águas, o homem está decretando o seu próprio fim. A natureza vive sem o homem, mas o homem precisa dela para sobreviver,

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Dr. Neilton Miguel Friedrich, DD. Secretário de Estado do Interior, para que S. Ex.^a determine ao órgão competente daquela Pasta para que entre em contato com a empresa I. RIEDI LTDA., instalada no Município de Paitina, a fim de que a mesma, dentro das modernas técnicas, elimine ou diminua o índice de poluição que vem provocando dentro do perímetro urbano daquele município, causando sérios problemas para sua população.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, solicitação de providências

junto à Secretaria de Estado da Educação, no sentido de instalação de ensino do 2.^o Grau, no Jardim Novo Bandeirantes, em Cambé - PR.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Novo Bandeirantes, no Município de Cambé, é um dos bairros mais populosos da cidade. E, pela própria situação geográfica, distante 10 km do Núcleo Central necessita com urgência de providências desta Secretaria, quanto à instalação do 2.^o Grau. A população, através da Associação de Bairros e do Vereador José Osvaldir Mansan, desde há muito lutam por esta conquista.

Acompanhamos de perto o problema e achamos justa a reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo} Sr. Diretor Presidente da COPEL — Companhia de Eletrificação, através do Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se autorizar a criação e instalação imediata de uma Subestação da COPEL no Município de Juranda.

De iniciativa do Ex.^{mo} Sr. Diemes Amadei, Chefe do Executivo Municipal de Juranda, este afirma que hoje toda aquela região, envolvendo o perímetro urbano e zona rural, está desprovida de um atendimento mais condizente com sua realidade sócio-econômica. Além disto, a responsabilidade de atendimento daquela referida área está a cargo dos técnicos existentes na cidade de Ubatã, que por muitas vezes tem demorado para realizar atendimentos que se fazem necessários quando da existência de problemas.

Em razão da exposição de motivos, espera-se que sejam tomadas medidas que possibilitem a criação de uma Subestação, pois com a mesma será possível prever a elevação do nível de atendimento da população de Juranda, no que se refere à energia elétrica.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a designação de um Delegado Especial para desenvolver as investigações da morte violenta do jovem HUMBERTO ALEXANDRE CALDART, encontrado morto na manhã de 20 do corrente, em um milharal no Município de Mariópolis, a dez quilômetros de Pato Branco, e no sentido de que se tomem providências enérgicas a fim de acabar com a onda de violência que assola a região Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Não mais se pode assistir passivamente a onda de violência que se registra em nosso Estado, especialmente na região Sudoeste, onde se tem registrado vários casos brutais.

Não podem o aparato policial e o poder de polícia serem inertes para conter essa onda de violência, que intranquiliza toda a população paranaense, causando um clima traumatizante.

Urge ao Estado tomar as providências necessárias para assegurar tranquilidade à população, deslindando os casos e os encaminhando à Justiça para a punição dos culpados.

É urgente e imprescindível que todos os esforços sejam empregados para se evitar a repetição de tais fatos, que põem em desespero as famílias do Paraná, como é o caso agora desta que, tradicional na região sudoeste, é tão duramente atingida com o bárbaro assassinato do jovem Humberto Alexandre Caldart.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado do Interior, em que solicita providências da SANEPAR no atendimento de propostas formuladas pelo Supervisor do Sistema de Abastecimento de Água de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A pedido do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu, todos os órgãos estaduais naquele município formularam relatórios contendo as principais deficiências na prestação dos serviços públicos e propostas para a sua resolução.

Neste sentido, tomamos a iniciativa de encaminhar à Secretaria de Estado do Interior, para posterior encaminhamento da Companhia de Saneamento do Paraná, as propostas formuladas pelo Supervisor do Sistema de Abastecimento de Água de Foz do Iguaçu, como segue:

1. Admissão de funcionários de acordo com a previsão orçamentária do programa de 1984;
2. Adequação da estrutura do Sistema-Área Comercial para viabilizar absorção dos serviços prestados por empreiteiros, como leitura de hidrômetros e entrega de contas, corte e religação de água;
3. Expansão de redes de água na Vila Paraguaia, Portal da Foz do Jardim Copacabana;
4. Estudos para a futura ampliação do Sistema de Captação e Tratamento, que hoje funciona no limite de sua capacidade, que é de 25.000 metros cúbicos/dia;
5. Agilização de medidas que visem a recuperação e manutenção da Bacia de Captação, prevista no programa de manutenção de mananciais.

Considerando que as propostas visam assegurar os níveis de qualidade de serviços prestados, reduzir custos, expandir o número de usuários, prevenir a necessidade de expansão da rede e propiciar garantias sempre maiores de segurança à população, julgamos ser da mais alta relevância as medidas ora colocadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo} Sr. Diretor Presidente do DETRAN do Paraná,

através do Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Segurança, no sentido de que seja analisado a viabilidade de se autorizar a destinação de um veículo para a 25.^a CIRETRAN — Circunscrição Regional de Trânsito, localizado no Município de Goioerê.

A CIRETRAN de Goioerê tem encontrado dificuldades no atendimento ao público, em face de não contar com um veículo, assim como de mais pessoal, para a prestação de serviços em sua área, cuja abrangência inclui também os Municípios de Boa Esperança, Janiópolis e Moreira Salles.

Atualmente, para evitar maiores problemas, aquele órgão tem desenvolvido suas atividades graças à utilização de veículo particular, sendo que nem isto pode-se por muitas vezes se assegurar. Além do mais, é imperativo que se desenvolva uma avaliação que possibilite uma reestruturação da CIRETRAN como um todo, a fim de condicionar o porte das cidades anteriormente mencionadas.

Neste sentido, ante as razões expostas, espera-se por parte desta Secretaria de Estado a tomada de medidas que se dirijam no sentido de eliminar os problemas ora relatados, conforme reivindicação do Chefe da 25.^a CIRETRAN, o Sr. Lívio José de Almeida.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Prof. Antônio Delfim Netto, ao Ex.^{mo} Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Ernane Galvêas e ao Ex.^{mo} Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Celso Afonso Pastore, com envio de cópias ao Presidente da SANEPAR, aos Presidentes das Associações dos Municípios das Microrregiões do Estado e ao Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, em que pede a revogação da Resolução 831.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Ex.^{mos} Srs. Ministros da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministro de Estado da Fazenda e Presidente do Banco Central, com envio de cópias às personalidades que a emenda especifica, no qual solicita a revogação da Resolução 831, do Banco Central.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Resolução 831 paralisou, desde o ano passado, vultosos recursos financeiros que o Banco Nacional de Habitação deveria destinar a obras de saneamento e de infra-estrutura habitacional.

O entendimento majoritário das forças municipalistas é o de que estes recursos, hoje ociosos, são vitais para elevar a qualidade de vida do povo e diminuir a mortalidade infantil no País. E a ninguém nesta República é dado ignorar esta realidade, onde, por imposição do Fundo Monetário Nacional, submete-se o interesse superior da Nação de direito à vida e ao bem-estar.

A Resolução, ao restringir o volume de empréstimos que os bancos podem destinar às empresas estatais, entre as quais os paranaenses incluem a SANEPAR —

Empresa de Saneamento do Paraná, impossibilita o próprio Governo Federal de cumprir as metas estabelecidas no Programa Nacional de Saneamento, que exigirão empréstimos da ordem de 11 bilhões de dólares entre 1981 e 1990.

De modo muito especial, a Resolução aludida atinge o Setor saúde pública, já exaurido pela escassez de recursos oficiais. Dados do IBGE dão conta de que, em 1982, só 77,2% da população urbana dispunha de água tratada e apenas 27,4% de serviços de esgotos.

No Paraná, a situação é ainda mais grave, pois é praticamente absoluta a inexistência de sistema de esgotos no interior do Estado, elemento perverso que o Governo do Estado pretende superar. Esta medida financeira obstaculiza frontalmente este propósito, daí a necessidade de sua revogação ou, no mínimo, a introdução de modificações capazes de excluir a área da saúde pública de suas disposições.

Este é um brado da gente do Paraná. Que o Governo esteja sensível para interpretá-lo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Doutor Djaci Falcão, em que solicita urgência no julgamento do Recurso Ordinário nº 1452/83 e do incidente de execução de sentença, dos quais é réu o jornalista Juvêncio Mazzarollo

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A tradição democrática dos Ministros do Supremo Tribunal Federal fazem crer em desfecho favorável ao pleito de liberdade desenvolvido pelo jornalista e professor paranaense Juvêncio Mazzarollo há já dezoito meses.

O presente requerimento, dirigido ao Eminentíssimo Relator do Recurso Ordinário nº 1452/83, Doutor Ministro Djaci Falcão, visa referenciar o Supremo Tribunal Federal dos bons antecedentes e espírito patriótico do injustamente preso Juvêncio Mazzarollo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, sugerindo doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano do Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pérola conta com grande população, sem recursos até de locomoção dependem do atendimento do Posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa da Reportagem intitulada MISÉRIA TRANSFORMA

HOMENS EM RATOS - O lixo nosso de cada dia, datada de 16/03/1984, com envio de parabenizações aos jornalistas Roseli de Souza Valério e Roberto Corradini, da Equipe JE.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A reportagem aludida traduz de modo irretorquível a falência do modelo econômico instalado pelo regime dos ricos, dos generais e dos monopólios.

Focalizando um ponto no mar de sofrimentos, perseguições e exploração a que está submetida a maioria do povo, a Equipe do "Jornal do Estado" trouxe à luz da consciência do Estado do Paraná o fenômeno sócio-político da miséria, da fome e da morte.

É bem verdade que o Brasil e seu povo nunca foi rico. As dificuldades sempre estiveram presentes desde a colonização do País. Cumpre destacar, entretanto, que pobreza é elemento diverso da miséria. Com a última o homem perde a esperança, a dignidade. Morre o seu espírito. Na pobreza, não. Há fé, luta e esperança.

Creio, deve ser espírito da Bancada a que pretendo e, quiçá, de homens de boa vontade do partido do Governo. Que seja consignado nos Anais desta Casa o retrato de sub-homens. Um retrato que exige mudança. Superação. Enfrentamento. E os parabéns à Equipe do JE, pelo trabalho de revelância pública e serviços prestados à causa da libertação popular-nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do artigo publicado "Folha de São Paulo" do dia 21 de março de 1984, na seção (opinião, pág. 3) sob o título "Significado Político das Eleições Diretas", escrito pelo sociólogo e professor Catedrático do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e atual docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, no uso das atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que sejam transcritos nos Anais desta Assembléia os artigos intitulados "Richa e o Terrorismo Fiscal" e "Uma Perversa Política Fiscal", ambos de autoria do advogado Renato Requião e publicados no jornal "O Estado do Paraná", nas edições de 26/2/84 e 04/3/84, respectivamente.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma análise doutrinária da política fiscal posta em prática na administração José Calil Richa. Os conceitos emitidos nesses artigos retratam de forma cristalina o terrorismo fiscal implantado em nosso Estado sob a égide do Sr. Erasmo Garanhão, Secretário das Finanças, que submeteu a procedimentos arbitrários principalmente a microempresa paranaense. O autor é renomado advogado no foro do nosso Estado e tem se dedicado à pesquisa, análise e doutrina dos assuntos fiscais e suas repercussões sociais. Com brilhantismo e profundidade soube analisar aspectos das "Diretrizes de um Programa de Governo" do PMDB. Com inteligência

soube transmitir à opinião pública um período assinalado pelo autoritarismo de governantes pertencentes ao PMDB, condenado pelo povo paranaense e que precisa ficar registrado na história desta Assembléia Legislativa, cujos integrantes sempre se rebelaram contra o arbítrio, como importante subsídio para as gerações futuras que farão o julgamento histórico dos administradores públicos paranaenses. O advogado Renato Requião, ao estudar a política fiscal adotada pelo regime do PMDB no Paraná, por intermédio do seu governador José Calil Richa e do Secretário das Finanças Erasmo Garanhão, fornece importantes referências sobre a perversa política fiscal a que foi submetido o empresariado do Paraná, como bem acentua ao declarar que "é manifestação de arbítrio a implantação de uma fiscalização exacerbada, esta sim sinônimo de terrorismo fiscal".

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para indicar os Senhores Deputados do Partido Democrático Social - PDS que irão compor a COMISSÃO ESPECIAL QUE ESTUDA A VIABILIZAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL:

Titular: Deputado IVAN GUBERT

Suplente: Deputado EZEQUIAS LOSSO

Nesta oportunidade, reitero ao ilustre Presidente as expressões de minha estima e do mais elevado apreço.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para indicar os Deputados do Partido Democrático Social-PDS, que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa:

Titulares

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

- Dep. Nelson Buffara
- Dep. Gilberto Carvalho
- Dep. Ezequias Losso
- Dep. Augusto Carneiro
- Dep. Ivan Gubert
- Dep. Basílio Zanusso

Suplentes

- Dep. Luiz Alberto Martins de Oliveira
- Dep. Jorge Maia Filho
- Dep. Quielse Crisóstomo
- Dep. Tércio Albuquerque
- Dep. Erondy Silvério
- Dep. Odeni Mongruel

Titulares

COMISSÃO DE FINANÇAS:

- Dep. Gabriel Manoel
- Dep. Quielse Crisóstomo
- Dep. Ezequias Losso

Suplentes

- Dep. Antonio Belinati
- Dep. Tércio Albuquerque
- Dep. Jorge Maia Filho

Titulares

COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

- Dep. Fuad Nacli
- Dep. Erondy Silvério
- Dep. Gabriel Manoel

Suplentes

- Dep. Antonio Belinati
- Dep. Ezequias Losso
- Dep. Donato Gulín

Titulares

COMISSÃO DE AGRICULTURA:

- Dep. Edgard Pimentel
- Dep. Basílio Zanusso
- Dep. Augusto Carneiro

Suplentes

- Dep. Wilson Fortes
- Dep. Erondy Silvério
- Dep. Tércio Albuquerque

Titulares

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

- Dep. Péricles Pacheco
- Dep. Donato Gulín
- Dep. Erondy Silvério

Suplentes

- Dep. Gilberto Carvalho
- Dep. Edgard Pimentel
- Dep. Fuad Nacli

Titulares

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

- Dep. Ivan Gubert
- Dep. Leônidas Chaves
- Dep. Donato Gulín

Suplentes

- Dep. Tuguio Setogutte
- Dep. Odeni Mongruel
- Dep. Nelson Buffara

Titulares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO:

- Dep. Odeni Mongruel
- Dep. Ezequias Losso
- Dep. Antonio Belinati

Suplentes

- Dep. Tuguio Setogutte
- Dep. Ivan Gubert
- Dep. Edgard Pimentel

Titulares

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

- Dep. Wilson Fortes
- Dep. Leônidas Chaves
- Dep. Tércio Albuquerque

Suplentes

- Dep. Basílio Zanusso
- Dep. Augusto Carneiro
- Dep. Donato Gulín

Titulares

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

- Dep. Tércio Albuquerque
- Dep. Nelson Buffara
- Dep. Ivan Gubert

Suplentes

- Dep. Péricles Pacheco
- Dep. Quielse Crisóstomo
- Dep. Odeni Mongruel

Titulares

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

- Dep. Tuguio Setogutte
- Dep. Quielse Crisóstomo

Dep. Basílio Zanusso

Suplentes

Dep. Antonio Belinati

Dep. Leônidas Chaves

Dep. Ivan Gubert.

Titulares**COMISSÃO DE REDAÇÃO:**

Dep. Fuad Nacli

Dep. Gilberto Carvalho

Dep. Jorge Maia Filho

Suplentes

Dep. Leônidas Chaves

Dep. Tércio Albuquerque

Dep. Erondy Silvério

Titulares**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:**

Dep. Wilson Fortes

Dep. Quielse Crisóstomo

Dep. Erondy Silvério

Suplentes

Dep. Tuguio Setogutte

Dep. Augusto Carneiro

Dep. Jorge Maia Filho

Titulares**COMISSÃO DE TURISMO:**

Dep. Nelson Buffara

Dep. Donato Gulin

Dep. Tércio Albuquerque

Suplentes

Dep. Wilson Fortes

Dep. Gilberto Carvalho

Dep. Edgard Pimentel

Titulares**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS:**

Dep. Odeni Mongruel

Dep. Gabriel Manoel

Dep. Edgard Pimentel

Suplentes

Dep. Augusto Carneiro

Dep. Ezequias Losso

Dep. Wilson Fortes

Titulares**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:**

Dep. Edgard Pimentel

Dep. Tuguio Setogutte

Dep. Quielse Crisóstomo

Suplentes

Dep. Odeni Mongruel

Dep. Nelson Buffara

Dep. Péricles Pacheco

Titulares**COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES:**

Dep. Ezequias Losso

Dep. Odeni Mongruel

Dep. Jorge Maia Filho

Suplentes

Dep. Gilberto Carvalho

Dep. Fuad Nacli

Titulares**COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR:**

Dep. Gilberto Carvalho

Dep. Jorge Maia Filho

Dep. Antonio Belinati

Suplentes

Dep. Nelson Buffara

Dep. Leônidas Chaves

Dep. Gabriel Manoel

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência as expressões de minha estima e elevada consideração.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — o Art. 5º, da lei complementar nº 12, de 17 de novembro de 1981, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 5º — A transferência territorial de que trata esta Lei não poderá ser feita no ano das eleições municipais”.

Art. 2º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Presentemente, a transferência de área de um para outro município, disciplinada pela Lei Complementar nº 12, de 17 de novembro de 1981, está limitada ao período de dezoito e seis meses anteriores à eleição municipal.

Ocorre que, à época de sua elaboração, a lei federal instituidora desse prazo vinculava a essa restrição temporal todas as alterações territoriais.

Todavia, com a devolução ao Estado da competência para dispor sobre a matéria, operada pela aludida lei Complementar Federal nº 39, de 10 de dezembro de 1980, não há porque cercear o livre exercício da faculdade consubstanciada na lei Complementar Estadual nº 12, de 17 de novembro de 1981.

Pelo contrário, ela deve ser estimulada a se exercer a todo o tempo, exceto no ano de realização do pleito eleitoral local, para não perturbar o desempenho do processo eletivo.

Estes são os dois objetivos de ordem pública municipal que persegue este projeto de lei Complementar.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 21/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade que se pretende declarar de utilidade pública, está em efetivo funcionamento e tem por finalidade congregar os moradores da Vila Nossa Senhora da Paz, em torno de seus problemas fundamentais, proporcionando a seus associados, condições adequadas para plena realização das funções básicas para sua melhor sobrevivência.

Entendemos que a associação em questão preenche os requisitos essenciais exigidos pela lei reguladora da matéria, razão pois que, apresentamos esta proposição, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 22/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Coronel Confúcio Pamplona.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O Coronel Confúcio Pamplona, oficial da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro, da Arma de Artilharia, ocupa atualmente o cargo de Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, onde vem contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da economia canavieira em nosso País e, em particular, em nosso Estado. Nascido em São Paulo, SP, em 31 de outubro de 1920, o Coronel Confúcio Pamplona ocupou diversas funções militares nos postos normais da carreira, tendo participado da Força Expedicionária Brasileira, na Campanha na Itália. Na Administração Pública, ocupou inúmeras funções, das quais, se destaca a de Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, em 1970. Desempenhou, também, várias atividades na iniciativa privada. Mas, é no atual cargo de Presidente do IAA que, o Coronel Confúcio Pamplona, vem se destacando, pela valiosa e decidida participação na Administração Pública, para o Brasil e para o nosso Paraná. Para melhor compreensão dos nobres Pares, anexamos ao presente projeto de lei, extenso "Curriculum Vitae" do homenageado.

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nome : CONFUCIO PAMPLONA
Data do Nascimento : 31 de outubro de 1920
Filiação : Confúcio Augusto Pamplona e,
Maria Aurora Botelho Pamplona
Estado Civil : Casado
Naturalidade : São Paulo - SP
Carteira de Identidade : IG 175.654 - Ministério do Exército
2.737.523 - I.F.P. emitida em
18/03/77
C.P.F. : 011.522.207-30
Título de Eleitor : Nº 35.001 - 5ª Zona - 152ª Seção
Passaporte : CB - 180.565 - 1982
DA - 007.253 - 1982 - M.R.E.

2. ESCOLARIDADE:

- Escolas Públicas Municipais - M.G. e R.J.
1927 - 1931
- Colégio Santo Inácio e Colégio Pedro II - Ginásial e Complementar de Engenharia - RJ
1932 - 1938
- Escola Militar de Realengo - RJ
1939 - 1942
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - Menção MB
1950
- Escola de Comando e Estado-Maior do Brasil - Menção MB - RJ
1952 - 1954
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos da América do Norte - E.U.A.
1959 - 1960
- Curso sobre Reforma Administrativa - F.G.V. - RJ
1965
- Curso Superior de Guerra - RJ
1966
- Diversos cursos e seminários de curta duração
1966
- Revisão da Escola Superior de Guerra
1981

3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO:

- Diversas em funções militares nos postos normais da carreira.
1942 - 1968
- Participante da Força Expedicionária Brasileira, na Campanha da Itália.
1944 - 1945
- Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (Administração e Topografia) Resende - RJ

1945 - 1947

- Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - Topografia e Técnica de Tiro - RJ

1952 - 1953

- Instrutor de Logística (Administração de pessoal e material) e Assessor da Doutrina Militar da Escola do Estado-Maior do Exército - RJ

1955 e 1960 - 1963

- Chefe de 2ª Subseção da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército - RJ

1963 - 1967

- Chefe de Seção do Estado-Maior do Exército - encarregado

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Diretor Executivo do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) na implementação de dois acordos com a USAID, no total de 160 milhões de dólares (Construção, formação de Recursos Humanos e Equipamentos para 400 unidades escolares)

1970

- Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura, envolvendo particularmente:

- o planejamento,
- a coordenação e a supervisão do plano educacional do País (dois planos setoriais de Educação e Cultura - 1972 - 1974 e 1975 - 1979, elaboração;
- elaboração e execução dos orçamentos plurianuais e anuais;
- implantação da reforma administrativa do M.E.C.;

- controle e avaliação do programa do Ministério - 1971 - 1974;

- programação financeira de todos os recursos do Ministério.

- Ministro Interino do M.E.C. por vários períodos.

- Coordenador de seis Encontros de Secretários Estaduais de Educação e Cultura.

- Coordenador de dois Encontros de Reitores das Universidades Públicas, abordando principalmente:

- planejamento, elaboração orçamentária, controle e avaliação dos planos universitários.

- Chefe da delegação brasileira no Encontro de Ministros de Educação promovido pela OEA, em Mar del Plata, cujo tema principal foi o planejamento do desenvolvimento científico e tecnológico dos países americanos.

- Coordenador da elaboração do Plano Setorial do MEC referente ao I Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

NA ADMINISTRAÇÃO PRIVADA

- PRODUTORES DE PESCADO S/A - PROPESA Superintendente Geral

1968 - 1969

- AGGS - INDÚSTRIAS GRÁFICAS S/A Superintendente Administrativo, abrangendo as áreas

de Recursos Humanos, administração de Pessoal, Administração de Material e Serviços Gerais - RJ

1974

- ITAPICURÚ S/A - EMPRENDIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

1º Vice-Presidente - Empresa "Holding" do grupo LTB, com responsabilidades específicas nas áreas de planejamento, recursos humanos, procedimentos administrativos e comunicação social, além da supervisão de empresas menores (ITAIM, ITATUR e EXPED) - RJ

1975

– AGGS – INDÚSTRIAS GRÁFICAS S/A
Diretor Superintendente Geral (capital de 102 milhões de cruzeiros) com três linhas operacionais:
– formulários contínuos, serviços gráficos para produção de guias e catálogos e serviços gráficos para outras obras, particularmente para exportação (2.200 empregados) – RJ.
1976 - 1978
Simultaneamente Superintendente da EXPED – Expansão Editorial Ltda., editora no ramo de livros didáticos, para-didáticos e culturais.
1976 - 1978
– TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A – TELEBRÁS
Vice-Presidente, abrangendo a direção e a coordenação dos sistemas de planejamento, orçamento informática e auditoria do Sistema TELEBRÁS (Holding)
1979
– TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO S/A – TELERJ
Vice-Presidente - idem quanto à TELERJ de março a agosto.
– TSS – TELECOMUNICAÇÕES SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA.
Sócio - Gerente
1980 - 1982
– EDITORA DE GUIAS LTB S/A
Membro do Conselho Consultivo
1980 - 1982
– MEMBRO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA:
DARUMA - Telecomunicações S/A
C.S.E. - Camargo Sistemas e Engenharia S/A
1980 - 1982

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

– Em 02 de agosto de 1982 - nomeado pelo Presidente da República Gal. João Figueiredo para exercer a função de confiança, código LT-DAS-101.5 de Presidente do INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – I.A.A.

VIAGENS AO EXTERIOR EM MISSÃO OFICIAL:

– 05 à 12/11/82 - Cidade do México - Participou da 17ª Reunião Plenária do Grupo de Países Latino Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACÉA). Chefe da Delegação
– 25/11 à 1/12/82 - Participou do encontro com Diretores Importadores de Açúcar da Rússia, em Viena - Áustria.

09 à 15/04/83 - Cidade do México - Participou da 18ª Reunião Plenária do Grupo de Países Latino Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACÉA).
Chefe da Delegação

Açúcar
Delegado

4. TÍTULOS:

– “Doutor Honoris Causa” pelas Universidades Federais dos Estados : ESPÍRITO SANTO e RIO GRANDE DO NORTE.
– Coronel da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro, da Arma de Artilharia.

5. CONDECORAÇÕES:

– Comendador das Ordens de Rio Branco (M.R.E.), do Mérito Militar (M.Ex.) do Mérito Naval (M.M.) e do Mérito Educativo (M.E.C.);
– Cruz de Combate de 1ª Classe (bravura individual em combate) :
Medalha de Campanha da Itália;

– Medalha de Guerra ;
– Medalha Santos Dumont;
– Medalha do Pacificador;
– Medalha de Serviços ao Exército;
– Medalha Marechal Hermes;
– Medalhas do Exército Universitário das Universidades Federais dos Estados;
CEARÁ – PARÁ – SERGIPE – PERNAMBUCO – RURAL DE PERNAMBUCO e MINAS GERAIS.
– Em 26/04/83 - Ordem do Mérito de Brasília - DF - no grau de Comendador.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1983.

PROJETO DE LEI Nº 23/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º – Os tributos, taxas e impostos recebidos pelo Estado somente poderão ser aumentados anualmente, e na base de 80% do INPC.

Art. 2º – Os preços e as tarifas dos serviços executados, sob concessão ou permissão do Estado somente poderão sofrer aumentos ou reajustes semestrais, e na base dos aumentos percentuais do INPC.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio: FIORI LUIZ, TADEU FRANÇA,
EDMAR LUIZ COSTA, FERRARI
JÚNIOR, ERONDY SILVÉRIO,
ERVIN BONKOSKI e TADEU LÚCIO
MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei entrará calcado nas propostas que o empresariado paranaense está encaminhando ao Governo Federal e Estadual, com a finalidade de colaborar e estabelecer uma solução viável aos sérios problemas da economia brasileira.

Com a implantação de uma política mais adequada a realidade, tanto no setor público como no setor privado, por certo poderá estabelecer um parâmetro que auxiliará o próprio Estado no combate à inflação desenfreada que se acentua cada vez mais em nosso País.

Nestas condições é que estamos propondo o presente plano de lei que por certo irá merecer o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 24/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador, com sede e foro no Município de Roncador no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Sr. Miguel Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador, visa o presente projeto de lei reconhecer o trabalho de alto cunho social que a entidade vem desenvolvendo, seja na proteção e representação dos interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias, ou na manutenção de serviços de assistência para seus associados.

Sendo o Município de Roncador essencialmente agrícola com mais de dois terços de sua população residindo na área rural do município, tal medida viria contribuir muito para uma melhoria das condições já existentes, bem como para a criação de novos benefícios para seus associados.

Entre as atividades do Sindicato poderíamos citar e de colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relaciona com as atividades da categoria profissional que representam, inclusive celebrando convenções e constratos de trabalho. Como entidade integrada na comunidade, portanto participando de todos os problemas que a afligem, vamos encontrar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador mantendo inclusive convênios com unidades hospitalares.

Diante do exposto, apela o presente Sindicato para a compreensão dos Nobres Parlamentares, possa ser o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador considerado de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos legais da lei nº 6994, como o comprova a documentação anexa.

PROJETO DE LEI Nº 25/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Serviço de Assistência Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, do Brasil - Lar Bom Samaritano", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

Os documentos em anexo, demonstram claramente que a entidade em questão reúne todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, reguladora da matéria relativa a Utilidade Pública.

O serviço assistencial em tela, tem por finalidade principal o atendimento às necessidades das crianças pobres, órfãs ou desamparadas, trabalhando sem fins lucrativos e sem fazer distinção de pessoas, credo religioso, nacionalidade ou cor, visando somente a beneficência àqueles que necessitam.

O alcance e amplitude dessa meta, entendemos dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento que estamos propondo, para a qual reivindicamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 26/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL - com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º - O estatuto da Fundação de Educação, Faculdade Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL - serão os mesmos, estabelecendo a natureza jurídica, regularidade tributária e previdenciária e demais requisitos legais constantes na Lei Municipal nº 885, de 20 de outubro de 1971 e alterada pela Lei Municipal nº 1088, de 20 de junho de 1974, registrada como Entidade de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social, conforme processo nº 248.779/76.

Art. 3º - As formalidades legais para efetivação da Fundação como entidade de Direito Público Estadual, serão estabelecidas através do Decreto Governamental

a ser baixado 120 dias, após a publicação desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O nosso projeto de lei, está sustentado na efetica contribuição que Cascavel oferece no setor sócio-econômico ao Paraná e ao Brasil.

Ninguém desconhece que Cascavel como cidade polo da região oeste apresentou e apresenta um elevado índice de desenvolvimento também no setor Cultural e Educacional e o seu potencial desenvolvimentista requer que o ensino superior praticado pela faculdade - FECIVEL - esteja firmado em bases sólidas que permita consolidar o progresso no porvir.

Outrossim, a nossa proposta representa um prêmio que deve ser oferecido pelo Estado ao laborioso povo que em poucas décadas transformou Cascavel e a região oeste do Paraná num inegável modelo de civilização que engrandece toda a sociedade paranaense em seus diversos seguimentos.

Através do Parecer nº 191/82, o Conselho Estadual de Educação, reconhece a FECIVEL apta a se transformar em Universidade do Oeste, com novas opções de cursos superiores à classe estudantil da região que terá, assim, a melhor alternativa para a obtenção de seus diplomas sem se deslocarem para outros centros.

Estes são alguns dos argumentos que justificam plenamente a transformação da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECIVEL - em Fundação Estadual.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O Sr. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra as visitas dos Vereadores Neivo Beraldin, de Curitiba e Pedro Milke, do Município de Pien, como também, do Senador Álvaro Dias.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Acir Mezzadri. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana. (Pausa)

Também ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, inscrito.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A classe política de Umuarama viu-se agredida pela ação irresponsável do diretor da Faculdade de Direito de Umuarama, Nabor Moraes Silva Neto, que se aproveitando da cerimônia de colação de grau que presidia diante da mais representativa platéia umuaramense, externou suas potencialidades de homem malicioso em suas ações sempre eivadas de seus caprichos recheados de ligações irrazoáveis. Nessa oportunidade, ao compor a Mesa de Honra, destacou convite ao cidadão Nilton Barbosa, na condição de representante da classe política da Região de Umuarama, quando esse cidadão lá não reside, tampouco faz parte dos diretórios políticos de Umuarama, Senhor Presidente e Senhores Deputados: aí reside o ato maldoso e orientado de Nabor Moraes Silva Neto. Ele reside em Umuarama há muitos anos, é bastante sabedor

de que a região conta com dois Deputados Estaduais: Dr. Tuguio Setogutte e Nelson Guimarães Vasconcellos; conhece todos os dirigentes dos partidos políticos de Umuarama, conhecendo a maioria dos seus componentes. Perante esta Casa Legislativa deixo o esclarecimento de que tanto o PDS como o PMDB de Umuarama fizeram publicar nos jornais da região, manifesto de repúdio à inusitada atitude do diretor da Faculdade de Direito de Umuarama, Nabor Moraes Silva Neto, taxando-a de brincadeira de mau gosto e ofensiva a classe política de Umuarama.

Igual registro dessa repulsiva atuação do diretor da Faculdade, faço junto com o nobre Deputado Tuguio Setogutte através do requerimento apresentado à Casa, como manifesto de repúdio ao ato praticado pelo Diretor Nabor Moraes Silva Neto."

É isto que tínhamos a registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência, o Sr. Deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Srs Deputados. Conforme registra a ata, a sessão do dia 19 de março abriu a presença de cinquenta e oito Srs. Deputados. E todos estes Srs. Deputados, ao votarem requerimento de minha autoria, tomaram uma atitude inédita no País, que foi a atitude de "fechar" com as eleições diretas para a Presidência da República.

Desta tribuna passo a ler o requerimento aprovado por unanimidade para que os Anais desta Casa registrem esta manifestação pioneira da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O requerimento é o seguinte: (Lê):
Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a aflitiva situação em que se debate o povo brasileiro, angustiado por monumental crise econômica, moral e institucional a que foi conduzido à revelia de sua vontade e sem que lhe fosse dado o direito de opinar na escolha de um governo que, mercê de uma política financeira desastrosa, encaminhou este País para a insolvência moral e financeira, e considerando que, dos pronunciamentos dos ditos "presidenciáveis", se constata, indistigável ansia de se manter no poder um mesmo grupo que, não mais encontrando, apoio na vontade popular, se vale de argumentos casuísticos para burlar o mais legítimo anseio da população brasileira por eleições diretas;

Considerando que, sem o respeito da manifestação popular, acuado por todos os lados e de cujo bojo pendem inexplicáveis e injustificadas acusações de corrupção e malversação do bem público, um Governo que perpetue o atual estado de coisas não tem a menor possibilidade de exigir do povo os sacrifícios que serão necessários à recuperação do País;

Considerando finalmente, que nenhum candidato a candidato, que por aí está, apresentou um projeto ou uma proposta concreta, que assegure o povo brasileiro a certeza de que este condenado estilo de governar será substituído por um modelo político que realmente atende às aspirações nacionais de austeridade, segurança e justiça social, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado aos representantes de todos os Partidos Políticos nas duas Casas do Congresso Nacional, o mais

veemente apelo no sentido de que o dia 25 de abril deste ano marque o início da redenção nacional, com aprovação, inicialmente pela Câmara e, depois, pelo Senado, da emenda constitucional que restabelece as eleições diretas em todos os níveis de governo.

Os olhares e os corações de todo o povo brasileiro estarão voltados para o Legislativo Federal e a sua aprovação, sem casuísmos e sem biônicos, se fará notar na oportunidade em que, através de eleições livres e diretas, os brasileiros saberão distinguir aqueles que, acima das pressões de interesses particulares, souberam nesta hora de grandeza nacional, representar e defender os verdadeiros interesses do Brasil.

Talvez, algum observador cético ou desavisado possa interpretar que a aprovação do PDS a esta moção se deveria a um cochilo de sua Liderança, no entanto, eu quero acreditar que não por um cochilo, o PDS votou essa moção, mas votou porque nesse momento, acima dos interesses partidários, se identificou com a Nação e votou realmente com o coração.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Enquanto o Ministro da Agricultura, Nestor Jost, promete que vai lutar, junto aos Ministros da área econômica, para que sejam liberados mais recursos a serem aplicados na agropecuária, vemos que os agricultores não se dão por satisfeitos. Muito há ainda a se fazer, para que a pecuária seja viável. A simples liberação de Empréstimos do Governo Federal - EGF - não passa de um paliativo, que com seus altos juros irá beneficiar somente os grandes agricultores.

Na sexta-feira, dia 16, uma comitiva de cooperativistas e agropecuaristas esteve com o Ministro Nestor Jost, na companhia do Governador José Richa e seu Secretário da Agricultura. O que foi que eles pediram? Apenas a liberação de verbas para financiamento. Esta é apenas uma das medidas para salvar a produção agrícola, talvez mais urgente. Mas não vai resolver o problema da capitalização própria, principalmente no caso do pequeno agricultor.

Por isso vamos pedir, se inclua na lista de exigências, seja do Governo Federal, estadual, ou municipal, medidas que revertam o processo de abandono da terra e do êxodo rural.

O reconhecimento por parte das autoridades, que há um custo do plantio, superior aos previstos pelos Valores Básicos do Custeio VBC e pelas Aquisições do Governo Federal - AGF, é de importância vital para a Agricultura. A Comissão de Financiamento da Produção, deve adotar medidas a fim de corrigir os preços mínimos, completamente fora da realidade.

Notem, como exemplo, o caso da soja. As cotações da Bolsa de Chicago apresentam um valor em torno de Cr\$ 22.000,00 a saca de 60 Kg. para entrega em maio. No entanto, a CFP mantém um preço mínimo de Cr\$ 7.242,00 pela mesma saca. Isto se constitui em um bom motivo para que os especuladores mantenham o preço do mercado produtor paranaense aviltadamente baixo. Ainda na semana passada, o produto era vendido entre Cr\$ 17.000,00 a Cr\$ 19.000,00 a saca.

Mais grave é o que ocorre com o aviltamento total do custo de produção. A FECOTRIGO - Federação

das Cooperativas de Trigo e Soja, do Rio Grande do Sul, através de relatórios, constatou que, nesta safra, o custo geral de produção deverá estar a Cr\$ 16.392,00 a saca. Preços muito superiores ao garantido pelo Governo. Aqui no Paraná, tanto na Secretaria da Agricultura como a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), estão ainda realizando estudos para determinar o custo de produção da soja, mas podem adiantar que ficara em torno de Cr\$ 15.000,00 a saca.

Em face disso, voltamos a apelar ao Ministro da Agricultura: "Mude a política de seu Ministério. Ela está destruindo o agricultor. É necessário garantir bons preços para a lavoura, que haja incentivo à atividade agrícola, que se diminua o lucro exorbitante do atravessador e que o produto chegue ao mercado com preços acessíveis à população."

Obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registramos, nesta tarde, a solicitação que estamos encaminhando, após entendimentos, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, a respeito da criação de uma coordenadoria especial de atendimentos aos jornais, ou melhor dizendo, a Imprensa, do interior do Paraná junto a futura Secretaria de Comunicação, ou mesmo a atual.

A justificativa desta iniciativa, que não é de autoria nossa, exclusivamente, mas sim, como um reclamo da Associação Paranaense de Jornais do Interior, que através de vários seus diretores, nos têm insistentemente procurando e justificando um anseio que já é antigo para quem o Governo do Estado crie essa Coordenadoria ou um setor especial de atendimento às suas necessidades de comunicação e trabalho.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nossa intenção é também, nesta tarde, ao solicitarmos a transcrição nos Anais da Assembléia, o texto do Professor Florestan Fernandes, publicado na data de ontem, na página três da Folha de São Paulo sob o título de "Significado Político das Eleições Diretas".

É sobre esse, com esse intuito de contribuir para o aprofundamento do debate em torno do momento político que estamos vivendo.

O Professor Florestan Fernandes, conhecido de toda a intelectualidade brasileira, professor universitário que milita no campo de Sociologia, há muitos anos, vem contribuindo periodicamente para o debate e encaminhamento das questões políticas nacionais.

Assim é que, nesse artigo, gostaríamos de destacar a análise sociológica que ele introduz nesse debate, contribuindo dessa forma para que além das análises ou dos argumentos de superfície que, em geral, se restringe o debate das eleições diretas, nós todos brasileiros, paranaenses, com o representantes ou não, possamos entender a gravidade do quadro político ou social e as tremendas repercussões que advieram de um eventual decisão contrária ao encaminhamento com sucesso das eleições diretas como campanha do momento.

O Professor Florestan Fernandes no seu curto artigo, analisa a composição da sociedade brasileira; analisa e identifica os setores sociais mais interessados nessa mudança do quadro político e alerta os setores ainda dominantes do ponto de vista econômico e social. Aqueles segmentos desses setores que resistem à bandeira

das eleições diretas sobre as repercussões que poderiam advir dessa sua sensibilidade.

Nós temos certeza que através da leitura e da análise com que textos e documentos dessa ordem podem trazer a nós representantes e demais setores de liderança do Paraná, contribuiriam caso levados na devida conta e muito para que reforçássemos a nossa unidade em termos de luta democrática e nosso entendimento em termos de setores políticos extra-partidários.

Era só, Sr. Presidente, a solicitação do registro na transcrição dos Anais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiati, inscrito.

O SR. PAULO FURIATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação inteira se volta para a grande mobilização nacional que visa restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

Ainda ontem, no Rio de Janeiro, duzentos mil pessoas saíram às ruas, para exigir o direito de votar para Presidente da República.

Em que pese, alguns incrédulos neste país, que não teremos eleições diretas, o povo brasileiro acredita que a Emenda Dante de Oliveira será votada pelo Congresso Nacional.

Ninguém deste País, seja da Situação ou da Oposição, tem o direito de negociar no Palácio do Governo, ou de negociar com homens do Governo, qualquer situação antes de votação da Emenda Dante de Oliveira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo brasileiro quando vai aos comícios, quando sai às ruas não está delegando a ninguém, mas a ninguém mesmo, de nenhum partido, o poder de negociar a Emenda Dante de Oliveira.

O povo brasileiro quando sai de suas casas, quando vai ao comício, quando carrega a faixa, e quando exige a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, não está delegando a partido algum, qualquer tipo de negociação, porque o reestabelecimento das eleições para diretas para Presidente da República, não é uma bandeira do PMDB, do PDT, do PT, ou do PTB e mesmo dos Deputados do PDS a favor das diretas; o reestabelecimento das eleições diretas para Presidente da República é uma bandeira do povo.

E qualquer cidadão, nesta Pátria, que trate de um assunto diferente daquele que o povo está delegando nos comícios por este País afora, está negociando o couro do próprio povo brasileiro.

E nós não podemos admitir que, num momento importante como este, quem quer que seja, venha negociar alternativas fora daquela que o povo está exigindo.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós temos que evitar a picaretagem, nós temos que evitar as negociações e as negociatas, nós temos que acreditar, porque o povo está acreditando!

Está estampada nos grandes jornais nacionais a grande passeata, no Rio de Janeiro, neste dia 21, onde duzentos mil pessoas foram às ruas exigir o direito do voto.

E, até o dia 25 de abril, ninguém, mas ninguém mesmo neste País, tem direito de conversar qualquer

coisa diferente da grande vontade da Nação que é o pleno reestabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, já, de forma imediata, conclusiva para que possamos iniciar a reconstrução de um País afundado por um Governo que não sabe mais o que faz, de um Governo que está emperdenido, que está inclusive se perdendo dentro das estruturas, e não consegue mais, nem gerenciar as suas próprias contradições internas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. DEPUTADO ALENCAR FURTADO: (Lê):

"Dia 20 último, foi o dia do trabalhador Garçon". Todo dia é dia de luta. De sacrifício. De trabalho, quase sempre mal remunerado. A criminalidade cresce junto com a ociosidade. A insegurança, de braços dados com a fome e o desemprego, ronda os lares, campos e cidades.

A Nação, desgovernada, massacra o trabalhador, para ajoelhar-se submissa, ante o "Bezerro de ouro" moderno, chamado FMI, numa adoração impatrioticamente pagã.

"Com o suor do teu rosto, comerás o pão". Dizia Deus a Adão, no princípio dos tempos.

Hoje, os tempos são outros. Talvez, Deus, se diretamente falasse hoje aos homens, modernizasse o seu anátema e dissesse: "Com o suor do teu rosto, trabalhador, alimentarás os ricos e passarás fome".

Sim. O povo realmente passa fome: de alimentos, de justiça, de salário justo, de oportunidade de trabalho, de saber, de ascensão social. O povo passa fome de crença nos homens públicos e já começa a sentir fome de esperança, produto hoje escasso, nas suas mentes e nos seus corações.

A fé, perdida. Os Sonhos esboroados. A árvore da desilusão multiplicando os seus frutos, transformam o trabalhador brasileiro, no fuzilado-guilhotinado do dólar, tirano, déspota, assassino, da era moderna.

Todo dia, é dia de trabalho. Todo dia, é dia do trabalhador.

Neste dia, 20 de março, se comemora o "Dia dos Garçons", a quem rendo o preito de admiração e reconhecimento pelo muito que fazem por todos nós.

No teu dia, garçom amigo, dizer o que? Falar de que? Da tua paciência em ouvir, muitas vezes, pedidos absurdos ou exigências grosseiras? Falar da tua dedicação e esforço para atender da melhor maneira possível, clientes por vezes mais exigentes que a "Rainha da Inglaterra"? Falar da tua amizade para com os velhos clientes ou da tua gentileza com todos? Da tua compreensão para com os "Chatos"? Falar do teu trabalho estafante, nem sempre bem remunerado?

O que dizer, irmão de luta, companheiro de sonhos? Quando nós sabemos que a luta é uma só; que a exploração, o engodo e a mentira, o embuste e a traição são irmãos gêmeos a dificultar os teus passos, e impedir o teu progresso?

Eu desejo apenas clamar, no teu dia, trabalhador garçom a todos os trabalhadores e em especial os do Paraná a não se renderem, não se entregarem, não esmorecerem. Ao contrário, lutarem, protestarem, reivindicarem o seu direito de salário justo, de

sindicato forte e livre. O seu direito de participação efetiva nos destinos da Nação. O seu direito de uma vida condigna junto aos seus familiares e amigos, vendo a família bem vestida e alimentada.

Trabalhador, a Nação está à deriva para criar o bem-estar de todos nós. Todavia, tem bons timoneiros para permitir que meia dúzia roube o povo e a Nação, impunemente. Tem bons timoneiros para subjugar e humilhar o Brasil frente ao FMI. Tem bons timoneiros para comer do bom e do melhor, inclusive internacionalmente, enquanto o povo realmente passa fome.

Rendo a minha homenagem aos garçons, a todos eles, sejam dos restaurantes granfinos até os dos mais humildes botecos; aos dos grandes hotéis até os das pequenas lanchonetes.

E, simbolizando, desejo personificar, em um autodidata da profissão, a homenagem que faço a todos.

E escolhi um garçon de um bar e restaurante, conhecido de todos, por "Bife sujo": o garçom Pedro Pakuszewski, para quem solicito deste Poder, voto de louvor, em homenagem aos trabalhadores garçons do meu Paraná".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) -No Grande Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há mais de um ano, assumiu o governo do Paraná, o Sr. José Richa, e com ele muitas esperanças por melhores dias.

A sociedade paranaense constituída por todas as classes, esperava e continua a esperar mudanças no comportamento administrativo do Estado do Paraná. Dizia nos palanques públicos o PMDB, que o Governo seria participativo, que iria ouvir a sociedade paranaense, da Capital ao mais longínquo município do interior do Estado.

Que as corrupções tão faladas pela Oposição seriam de uma vez por todas acabadas e punidos todos aqueles que malversassem o dinheiro público. E nós estamos há mais de um ano, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com uma nova administração implantada no Estado do Paraná. Nada mais nada menos do que perseguições políticas, quando paranaenses preparados para as funções públicas foram demitidos dos seus cargos por pertencerem a uma outra sigla partidária e os mais perseguidos pedessistas.

Se não bastassem apenas as perseguições, que doeram, que calaram fundo na família daqueles que perdem o direito da sua sobrevivência em sociedade.

Começaram com outro sistema de perseguir, e desta vez, todas as pequenas e médias empresas do Paraná através do arrocho fiscal superlotando os cofres públicos do nosso Estado, para para gastar em que? Economizar ou gastar no "shwmícios" que nós temos feito denúncias, e muitos maldosos tentando modificar minhas palavras, denunciaram-me contra as eleições diretas. Que mentira, que barbarismo, o PDS nunca foi contra as eleições diretas.

Nesta bancada, na Legislatura passada e nesta, os nossos pronunciamentos sempre foram pedindo retorno das eleições nos municípios de área de Segurança Nacional nas Capitais de Estados brasileiros.

E que espere uma oportunidade correta, para também darmos o direito ao povo de votar para a Presidência da República.

Falava o PMDB, que jamais aceitaria nomeações porque é sistema espúrio. A primeira Prefeitura divagou, graças a Deus minha cidade Foz do Iguaçu, correram os peemedebistas para assumir o Executivo Municipal, para eles não é espúrio, para nós, no pensamento deles, é um remédio que não cura, que nos torna mais doentio perante à sociedade brasileira.

Quanto à emenda, no Congresso Nacional, que pediu retorno das eleições diretas nas Capitais de Estado, onde encontravam-se os pregoeiros da democracia, do voto direto, da participação do povo no Governo, é justo que se diga e que se dê aplausos a um Deputado do PMDB paranaense, Sr. Deputado José Tavares, porque ví seu grito, seu apelo, pelas eleições diretas, e os demais? Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a corrupção foi o mais condenável. E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu peço de público e neste momento, um esclarecimento por parte do Governo do Estado, de fato que já é público e notório, comentários de ruas, de gabinetes, que na Reflorestadora BANESTADO, possivelmente, e este possivelmente tem que ser esclarecido, há corrupção barbaramente, Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Desaparecimento de até de condicionadores de ar, à venda por preço menor de que o compatível no comércio, hoje, de bovinos e de ovinos. Solicito este esclarecimento do Governador José Richa.

Entendo e todos nós entendemos que o BANESTADO não tem dono, possui eventuais administradores; este Banco nos é caro, este Banco é do povo paranaense, e este povo tem que receber os esclarecimentos devidos do que acontece na BANESTADO

Reflorestadora. Ainda mais, peço um segundo esclarecimento, se foi demitido o Diretor Técnico da Empresa, ou se o mesmo passou a prestar serviços na SANEPAR à disposição, e recebendo, ainda, seus vencimentos pelo Banco do Estado, "o Banco de todos nós".

Onde está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu colega de Assembléia Legislativa, Deputado combatível, Fiori Luiz, que na Legislatura passada, ocupava e ocupa sempre veemente, a tribuna, para acusar a diretoria do BANESTADO insinuando até que o balanço do BANESTADO fora fechado usando a conta denominada "crédito - liquidação". Nunca provou. Falou muito. E eu não venho ainda provar, porque eu quero, primeiro, esclarecimentos de Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado. Aliás, eu não! O povo inteiro, que é dono deste Banco.

Queremos esclarecimentos de tudo que está acontecendo na Reflorestadora BANESTADO.

E, antes de prosseguir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de conceder, com muito prazer, o aparte a mim solicitando pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Agradeço, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, e vejo que, ainda o Paraná, existem homens de fibra, da tempera de Vossa Excelência, ao fazer não uma denúncia, mas ao fazer um alerta ao povo do Paraná; faz-me lembrar dois adágios populares: o primeiro é o seguinte, Sr. Deputado Tércio Albuquerque: "Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". É o que está acontecendo com o Governo José Richa.

Os homens, hoje, tornaram-se vaquinhas de presépio; tornaram-se os primeiros fregueses da roupa de tergal do "senta-levanta"; os submissos de hoje, que nos acusam, são mais submissos do que nós, porque nós, de vez em quando, graças a Deus, nunca tivemos um Garanhão na Secretaria das Finanças, e de vez

em quando, arrepiávamos o pelo com os Secretários que, se fossem às ruas, não teriam cinco votos.

Nós do PDS, graças a Deus, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, da tempera de Vossa Excelência nunca nos subjugamos; nunca nós falamos uma coisa ontem, porque aí estão os Anais da Casa, para, hoje, ficarmos no "senta-levanta", sob a coordenação do onipotente José Richa, e de seu mestre, Delfim Netto do Paraná, Erasmo Garanhão.

Onde está, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, a coragem dos homens do PMDB, que vinham aqui, que foram aos palanques, a dizer ao povo do Paraná, que seria, Sr. Deputado, uma democracia participativa. Porque nós temos uma mensagem a dizer, de mais um adágio popular: "Covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta". Já se entregaram, já se dividiram, já se esfaleceram.

A mentira, Sr. Deputado, tem a perna curta. E eu admiro Deputados como como Vossa Excelência, e queria ter os vinte e dois Deputados de minha bancada, esta coragem, e nos trinta e quatro Deputados com a devida vênia, a coragem de discenir, Sr. Deputado, a verdade da mentira.

Chegou a hora, da verdade, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, e saiba Vossa Excelência mais um adágio popular: "Se arrependimento matasse,..." nós teríamos mortos já quantos e quantos eleitores que votaram ingenuamente neste Governo que aí está, neste Governo que traz verba do Governo Federal e que tripudia, aqui, sobre os nossos Prefeitos. Coage Deputado, exonera Deputado, ele faz tudo, chama Prefeitos no Governo, no seu Palácio, por intermédio do Sr. Erasmo Garanhão, o Delfim Netto paranaense, e é porisso que eu digo a Vossa Excelência, vamos combater, nem que para isso custe talvez o nosso mandato. Mas vamos dizer a verdade quando Vossa Excelência está dizendo a verdade Tércio Albuquerque. Meus parabéns, tenho orgulho de pertencer à Bancada do PDS, quando vejo homens da sua tempera assomar à tribuna e dizer a verdade meridiana, para chacoalhar um pouquinho este marasmo da Bancada do PMDB que, muitas vezes, coagida, muitas vezes repartida e dividida não tem a coragem de vir a público e dizer que erraram. Não têm a coragem de dizer que erraram, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, porque errar é humano e perdoar é divino.

Então, é uma mensagem de alerta, amanhã, ou eles se entregam para o Sr. Delfim Netto paranaense ou então, eles estão liquidados politicamente.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Agradeço ao meu nobre companheiro de Bancada, Sr. Deputado Gabriel Manoel, que vem com suas vibrantes palavras nos incentivar, cada vez mais, na caminhada oposicionista do Paraná. Porque o povo assim nos delegou esta função.

Queremos, com humildade, mas acima de tudo com coragem, denunciar as falhas do Governo e, sempre que possível, construtivamente, como neste momento faço. Pedindo esclarecimentos, pedindo respostas, não a mim, sim, mas ao povo inteiro do Paraná que tem o BANESTADO como um dos seus mais legítimos patrimônios e nós assim o entendemos e apoiamos o nosso povo. Antes de dar o aparte aos Srs. Deputados de minha Bancada, eu gostaria de conceder, com muito prazer, ao Sr. Deputado Ferrari Júnior, do PMDB de Maringá.

O Sr. Ferrari Júnior - Muito obrigado, Sr. Deputado

Tércio Albuquerque. Quando Vossa Excelência fala sobre o BANESTADO, dois aspectos chamam a minha atenção. O primeiro que eu entendo e já propus a esta Casa, que o BANESTADO não deveria ser como é e como sempre foi - subordinado - à uma Secretaria de Estado, seja ela, qual for. Eu acho que o BANESTADO é muito forte, muito grande, são muitas empresas pujantes e importantes para ficarem subordinadas a uma Secretaria de Estado. Deveria o Banco do Estado do Paraná, a Presidência do Banco do Estado do Paraná, na minha opinião, ser independente, ser um órgão subordinado diretamente ao Governo do Estado do Paraná como é, hoje embora somente na prática porque no papel é diferente, um órgão financeiro do Estado que vai muito bem.

O segundo aspecto nobre Deputado Tércio, Albuquerque faz Vossa Excelência é a denúncia que estaria havendo corrupção dentro de algum setor do Banco do Estado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Não. BANESTADO

Reflorestadora, é bom que se diga o Setor.

O Sr. Ferrari Júnior - Banestado Reflorestadora. Eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência, respeitosamente como faço sempre, que produzisse um documento e permitisse a esse Deputado que o acompanhasse nesse mesmo documento, pedindo informações à BANESTADO Reflorestadora. Porque é uma denúncia muito séria, é uma denúncia muito pesada e que não pode ficar no vazio. Nós do PMDB não vamos, absolutamente, ouvir, denúncias de corrupção e ficarmos calados como se estivéssemos propensos a encobrir qualquer tipo de desonestidade. Digo em nome, acredito, da Bancada do PMDB, porque conheço a tempera de cada um dos companheiros.

A Bancada o apoiará e votará favoravelmente ao seu requerimento, para que a verdade surja, para que possamos efetivamente, saber, se o ilustre Deputado Tércio Albuquerque tem razão em nos trazer esta denúncia.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Agradeço ao Nobre companheiro Deputado Ferrari Júnior e digo-lhe, meu caro companheiro, que na próxima semana, já que hoje é a última Sessão, farei por escrito um pedido de informações, não dirigido à BANESTADO Reflorestadora...

O Sr. Ferrari Júnior - Ao Governador do Estado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - e sim a Sua Excelência, ao Governador do Estado.

O Sr. Ferrari Júnior - Conte com voto deste Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - E já conto com o vosso apoio e, acredito, de grande número de sua Bancada.

O Sr. Ferrari Júnior - Também acredito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Gostaria de permitir o aparte, neste momento, ao Deputado Augusto Carneiro, logo após ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Augusto Carneiro - Caro Deputado Tércio Albuquerque, que ocupa esta tribuna. Solicitei este aparte para me parabenizar com Vossa Excelência, porque Vossa Excelência, com a coragem que lhe é peculiar, mas ao mesmo tempo, com a seriedade que também lhe é peculiar, apresenta um fato de importância para opinião pública e para resguardar a austeridade tão apregoada pelo Governo do Estado do Paraná.

Se, verdadeiramente, o Governador José Richa pretender defender esse tipo de governo austero, terá que ter cuidado e tempo necessário para discernir e esclarecer todas as dúvidas que possam ser levantadas de malversação do dinheiro público. E Vossa Excelência, na tribuna de hoje, aponta um fato - e diz o órgão -, sem, contudo, ter provas escritas para poder exigir, logo de primeiro plano, esclarecimento a respeito do assunto. No entanto, Vossa Excelência mesmo afirma que fará nos primeiros dias da próxima semana um requerimento pedindo justificativas ao Governo, a quem cabe a responsabilidade de todos os atos atinentes ao mesmo Governo responder por estes atos.

Então, eu me parabenizo com Vossa Excelência e reafirmo mais que já tinha ouvido falar na "boca pequena", como se diz, de que realmente estes fatos estavam acontecendo: é com vendas escusas de materiais pertencentes à BANESTADO - Reflorestadora e outros assuntos que eu sei que Vossa Excelência colocará no requerimento.

Por isso, cabe a nós, homens que pretendemos ter responsabilidade e pretendemos cuidar com zelo e amor da coisa pública, levantar esses fatos para o esclarecimento do mesmo público. Por isso, Vossa Excelência, de antemão, tem o meu apoio nesta tese que Vossa Excelência apresenta e tará no requerimento - porque espero que o Governador José Richa seja o primeiro interessado, não a nossa bancada, mas o próprio Governo o primeiro interessado a esclarecer os fatos duvidosos que acontecer neste Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço a sua participação, Senhor Deputado Augusto Carneiro.

Honra muito este pálido pronunciamento, as palavras de Vossa Excelência por ser considerado em nossa região como um dos políticos mais sérios e mais respeitados daquela nossa longínqua região do Estado paranaense.

Muito obrigado, Senhor Deputado Augusto Carneiro. Fica registrado o seu aparte, embelezando - repito - as páldas palavras deste humilde Parlamentar.

Antes de conceder o aparte aos Senhores Deputados Odeni Mongruel e Luiz Alberto Oliveira ...

O Sr. Sérgio Spada - Permite-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Fica registrado, meu nobre companheiro.

Eu gostaria de fazer um apelo veemente à imprensa paranaense, corajosa imprensa do nosso Estado pelas matérias, tanto de âmbito governamental, quanto das Oposições, esclarecendo à população paranaense dos atos corretos e das verdadeiras corrupções que acontecem em nosso Estado. Tenho certeza que a exemplo da imprensa nacional que teve a coragem de denunciar o Banco de Crédito Cooperativista - BNCC -, fará também a imprensa paranaense para nos ajudar a esclarecer ao povo do Paraná o que está acontecendo na BANESTADO - Reflorestadora.

Vossa Excelência tem o aparte, Deputado Odeni Mongruel. Gostaria que fosse um pouco breve que eu gostaria de ouvir o Senhor Deputado Sérgio Spada, após o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Odeni Mongruel - Agradeço a concessão do aparte.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Vossa Excelência pode continuar, não precisa ser muito breve, porque o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira concede-me alguns minutos do horário da Liderança.

O Sr. Odeni Mongruel - Agradeço a Vossa Excelência e gostaria também de somar as manifestações de nossos companheiros de bancada e, de certa forma, o Deputado Ferrari Júnior, da Bancada do PMDB que prontamente se dispôs a envidar esforços para que a iniciativa provocada por Vossa Excelência realmente aconteça e traga os esclarecimentos necessários, a fim de que o Governo, se for o caso, acerte a sua direção. Tome a sua posição e, no exercício de sua responsabilidade, saiba corrigir os desmandos eventualmente ocorridos.

Mas, o que me chama a atenção, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, é a sua disposição, a sua firmeza de caráter, o cumprimento de seu papel de Vice-Líder da Bancada do PDS que, na tarde de hoje, levanta um caso da maior gravidade.

Vossa Excelência dá o testemunho inequívoco de que é preciso, em determinados momentos, desequilibrar esta simbiose que deveria ser perfeita no Poder Legislativo, entre a capacidade elaborativa de leis e o exercício de fiscalização.

Ora, legislar é muito nobre. Todos gostam. Todos sentem-se bem ao desempenhar esta função. O sentido de colegiado aperfeiçoa, melhora, atualiza e também dignifica a elaboração da lei. Mas vivemos num emaranhado de leis. As leis existem em grandes proporções, em grandes quantidades e, em momentos como este, é preciso mais do que nunca, que se desequilibre esta associação, em favor de uma atividade que, se não tem as características do ato de legislar, é de fundamental importância, é indispensável. Refiro-me à fiscalização.

Vossa Excelência vai à tribuna e assume este papel desagradável, difícil, enérgico de, com o seu brado, provocar uma ação fiscalizadora. Principalmente neste momento que vivemos neste País, onde a concentração excessiva de poder, a nível de Executivo, faz com que o Poder Legislativo seja mais atuante no campo da fiscalização. Não é possível entregar-se aos Executivos toda a gama de poderes que possui. Porque, muitas vezes, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, parece-me que aí está um ponto muito importante e que vem ao encontro talvez das suas colocações, quando denuncia a ocorrência de irregularidades junto à BANESTADO Reflorestadora.

É esta condição de ilhamento em que fica o Chefe do Poder Executivo, ele detém o Poder mas, na grande maioria das vezes, a ele não chegam as informações necessárias a respeito das ocorrências, na estrutura do Governo, seja na Administração indireta. E, com isto, na medida em que fica tolhido o Sr. Governador e as irregularidades vão crescendo e as coisas vão transbordando junto à opinião pública, ao conhecimento da sociedade em geral, vem o descrédito em cima do homem político. E sabe Vossa Excelência como todos os companheiros aqui sabem, político é o homem do Legislativo. É o Vereador, o Deputado, não é o Prefeito, não é o Governador, nem Ministros, nem Chefe do Poder Executivo Federal.

Esta, na linguagem popular, é a pecha que recai sobre os homens que exercem, no Parlamento, as suas funções. Este aspecto que Vossa Excelência hoje observa, tenho absoluta convicção, sensibiliza os nobres companheiros do PDS, sensibiliza os nossos irmãos do Poder Legislativo que integram a Bancada da Situação, do PMDB desta Casa.

Não tenho a menor dúvida que as iniciativas que serão tomadas, como Vossa Excelência colocou,

já a partir de segunda-feira, com o apoio do Líder de plantão do PMDB e com o somatório dos esforços e da manifestação de interesse dos nossos companheiros de bancada, estaremos aí contribuindo para que o Poder Executivo Estadual verifique se ocorreu alguma irregularidade. E em assim se constatando, isto não tenha ocorrido a nível da entidade citada. Se aconteceu, o Governo terá as informações. Todo o poder já possui para promover adequação necessária, redimindo esse setor da administração estadual das críticas que o momento lhes são impostas.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço a sua participação Deputado Odeni Mongruel, pelas suas inteligentes palavras, suas corretas colocações, que vêm, sem dúvida nenhuma, dar um colorido melhor ao nosso pronunciamento.

Muito obrigado pela sua participação, fica o registro que Vossa Excelência entende que, fiscalizar é um ato difícil, mas é um ato nobre e é isso que nós devemos fazer.

Peço permissão ao Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, para conceder antes o aparte ao nobre Deputado Sérgio Spada, Deputado companheiro de região aqui nesta Casa.

O Sr. Sérgio Spada - Eu agradeço sua bondade nobre Deputado e percebemos que no seu pronunciamento quando levanta denúncias com relação à BANESTADO Reflorestadora, um ato de mais alta relevância e que nós através da nossa liderança nos comprometemos em trazer esclarecido aqui a esta Casa este fato, se realmente ele está ocorrendo e realmente ele não se dá nas proporções que Vossa Excelência assim o está colocando.

Mas como vosso pronunciamento foi muito amplo, muito genérico gostaria daqui rapidamente fazer uma defesa do nosso Secretário de Finanças Sr. Erasmo Garanhão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Que não o acusei até agora. Não falei nem o nome dele.

O Sr. Sérgio Spada - Foi falado durante alocução de Vossa Excelência e de companheiros vossos.

O Sr. Erasmo Garanhão assumiu a Secretaria de Finanças e realmente moralizou essa Secretaria, foi inclusive indicado por jornais e por economistas famosos neste nosso Brasil, inclusive por Joelmir Betim, como um dos melhores Secretários de Finanças deste nosso Brasil.

Recuperou economicamente este Estado e como todo mundo sabe, estava falido, fez com que o Estado arrecadasse dinheiro para pagar o 13º para funcionalismo público, para que o Governo do Estado pudesse repassar aos Prefeitos, também do PDS que pagavam até o ano passado o salário integral dos professores que lecionam em estabelecimentos do Estado nos municípios.

Foi o Secretário que conseguiu o menor índice de evasão do ICM do Estado, sabemos também que existe um descontentamento por parte de comerciantes e empresários, porém nobre Deputado esse tributo não foi nada mais do que o justo, o que acontece é que até então os governos anteriores do partido de Vossa Excelência, o que havia era um verdadeiro desleixo na parte que toca a arrecadação do Estado, o está sendo feito com isenção e com justiça a arrecadação dos impostos do Estado e o único imposto criado e aliás não foi criado, majorado no Estado foi o ICM, que nós teremos amanhã uma reunião com o Sr. Governador do Estado para discutir a aplicação do excedente de

Cr\$ 14.000.000.000,00 que foi arrecadado com o aumento da alíquota de 16 para 17%, dinheiro que será destinado nobre Deputado a obras de eminente alcance social, portanto esse dinheiro que os empresários estão pagando a mais, será imediatamente revertido em benefício do povo do Estado do Paraná.

O BANESTADO como todo mundo sabe também é uma instituição que passa por dificuldades terríveis e essa é uma herança maldita que nós estamos recebendo do partido de Vossa Excelência que governou o Estado durante vinte longos anos, principalmente na última gestão do Sr. Jucundino Furtado quando presidente, no ano eleitoral criou centenas de agências BANESTADO em todas as cidades do Estado do Paraná para fazer aí a sua campanha política eleitoreira e a do seu partido, inclusive trinta e nove agências do BANESTADO hoje são deficitárias e foram criadas pelo Sr. Jucundino Furtado, e é por isso que o BANESTADO se encontra em situação tão difícil. Mais de mil cargos, inclusive burlando a própria legislação trabalhista bancária, foram criados pelo Sr. Jucundino Furtado, tudo para colocar ali, elementos do PDS, parentes, para assim ampliar o eleitorado do PDS para 1982.

Melhor, Sr. Deputado e Srs. Deputados do PDS, termos um Garanhão na Secretaria de Finanças, do que termos um Celso Pastore, homem do partido de Vossa Excelência que teve a coragem de vir a uma televisão e dizer que mutuário que não conseguisse pagar a prestação do BNH, com os reajustes impostos pelo FMI e pelo Senhor Delfim Netto, que desse um tiro no ouvido; melhor termos um Secretário Garanhão aqui no Paraná, que vem falar com o povo e não comete tal besteira, a de que cometeu o Ministro do Planejamento do Partido de Vossa Excelência, que após Emenda Passos Porto, devolveria um "x" aos municípios do Fundo de Participação e também aos Estados. Que voltaram atrás; e que hoje, descaradamente veio à televisão, respondendo a pergunta do repórter que dizia que os prefeitos já haviam se comprometido comesse dinheiro, e ele respondeu, que não teria outra coisa a fazer a não ser pedir desculpas a prefeitos e Governadores de Estados.

Nobre Deputado, eu acho importante denúncias como essa que Vossa Excelência traz; mas importante também não esquecer que esse nosso Brasil passa pelas dificuldades que passa, devido a uma ditadura de vinte anos que se perpetuou praticamente no nosso Brasil, com o apoio do partido de Vossas Excelências. Muito obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Sérgio Spada. Um aparte longo, em que Vossa Excelência não se ateve apenas à minha denúncia, ao meu pedido de esclarecimento. Vossa Excelência foi mais além. Vossa Excelência procurou envolver outros setores e exclusivamente do Governo Federal. Vossa Excelência esquece, talvez esteja um pouco mal informado, me perdoe a expressão. Que o Dr. Erasmo Garanhão, ao assumir a Pasta das Finanças de nosso Estado, fez dois elogios ao Governo passado: primeiro deles, considerando como um dos melhores Secretários de Estado, o Dr. Edson Guimarães, homem correto, Deputado Sérgio Spada, o ex-Secretário das Finanças. Homem que trabalhou honestamente na Secretaria das Finanças; recebeu o elogio do Dr. Erasmo Garanhão, que Vossa Excelência tenta jogar fama num homem que no passado ajudou a construir com seriedade o nosso Paraná.

Vossa Excelência também sabe que o próprio Governo ou porta vozes do seu Governo, deixou bem claro, que o Estado do Paraná quer, quando eles assumiram era, um dos Estados melhores no País, em situação econômica e financeira; foi um suporte muito grande, um astro excepcional, ainda para o indivíduo, que o Governo de Vossa Excelência, ou seja, o Governador José Richa, em um ano apenas de Governo, Deputado Sérgio Spada, já endividou mais o Paraná, do que todas as outras administrações que Vossa Excelência se refere, juntas.

No dólar, aquele maldito dólar que Vossas Excelências, tanto criticavam, usaram os mesmos dólares, para endividar o Estado em um ano de Governo, mais do que todos os outros governadores juntos.

Vossa Excelência referiu-se, à administração do BANESTADO de Jucundino Furtado que o mesmo implantou no interior do nosso Estado, centenas de agências. Não foram centenas, foram dezenas de agências para atender, porque, o BANESTADO, Deputado Sérgio Spada, não é uma organização particular que visa apenas somente lucros.

O BANESTADO é acima de tudo uma instituição de crédito financeiro oficial que tem que ir aos mais longe lugares de nosso Estado, distritos, povoados, incentivar o desenvolvimento dos pequenos comerciantes e da nossa agricultura.

Portanto, Vossa Excelência em dizer que o BANESTADO tem dezenas de agências que dão prejuízo no Paraná.

Podem essas agências não trazer lucros exorbitantes no que se refere às finanças.

Mas, trazem lucros excepcionais no desenvolvimento das pequenas cidades paranaenses, dos povoados e dos pequenos distritos.

Se este Deputado chegasse um dia a ser Presidente do BANESTADO, não ficaria um só povoado que não tivesse uma agência do Banco do Estado, um pequeno posto de atendimento à população.

Este Banco foi criado para ajudar o desenvolvimento. Não para enriquecer os cofres do Estado ou os que administram o Banco.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento). Ainda que rapidamente, para que o Deputado Nelson Buffara possa usar o restante do tempo da liderança, eu gostaria ao congratular-me com Vossa Excelência dizer que entre tantos apartes que Vossa Excelência recebeu nesse abalizado pronunciamento desta tarde, há dois que se distinguem da Bancada do PMDB. O do Deputado Ferrari Jr., aparte curto, mas que demonstra a disposição do Vice-Líder do Governo, em esclarecer o rumoroso caso da BANESTADO Reflorestadora.

E, outro aparte, do Deputado Sérgio Spada, um longo aparte, mas inconsistente. Não sabendo ou não podendo defender o que está ocorrendo na BANESTADO Reflorestadora, passa a Sua Excelência a confundir na linguagem popular "alhos com bugalhos" e comete o disparate de dizer que o ICM é pago pelo empresário.

Ora, quem paga na verdade, o custo do imposto de ICM, de circulação de mercadorias, é a população que está sofrendo com medida do PMDB. Está vendo o produto que ele leva à mesa mais caro, por culpa do PMDB.

E longo e inconsistente, porque, quando fala dos longos vinte anos de desmandos, esquece-se Sua Excelência que foi Presidente do BANESTADO, o seu companheiro de partido o biônico Affonso Camargo.

O Ex-Governador Jayme Canet, que eu pessoalmente tenho respeito pela sua figura, e creio que o Deputado Sérgio Spada pratica um ato de injustiça contra o Ex-Governador Jayme Canet. E mais ainda nobre Deputado. Quem foi o Presidente do BANESTADO que mais agências criou, que mais empregos deu no BANESTADO? O Deputado Federal, companheiro do Deputado Sérgio Spada, Celso Saboia.

Eu lamento que o Deputado Sérgio Spada, afoito como é, desconhecendo a estrutura política administrativa e a estrutura do BANESTADO, procure justificar os erros cometidos pelo atual Governo, jogando a culpa no passado, Sua Excelência que se preocupe com o telhado de vidro do seu partido, antes de atacar o nosso partido, o PDS.

Ainda mais nobre Deputado, Vossa Excelência realmente cumpre com a sua missão.

A missão de parlamentar, realmente, não é tecer laços a um ex-funcionário da Secretária da Receita Federal, do Governo Federal, a um ex-tecnocrata importado de Brasília, o Sr. Erasmo Garanhão, aquele que subtraiu um bem do patrimônio público para levar à sua casa, no caso o telefone, mas é exatamente denunciar as atitudes que Vossa Excelência sabe, como o povo do Paraná sabe, à boca pequena que são irregulares na BANESTADO Reflorestadora? É preciso que o Governo José Richa esclareça ao Poder Legislativo que tem a missão constitucional, como disse muito bem o Deputado Odeni Mongruel em fiscalizar os atos governamentais, esclareça se houve uma comissão de sindicância no BANESTADO, e por que razão o Dr. Paulo, o Diretor Técnico da BANESTADO Reflorestadora saiu do BANESTADO e continua como funcionário?

Será que é por que ele é sócio de um filho de um Senador do PMDB?

Será que é por que ele está à disposição da SANEPAR para acomodar uma situação?

Ou não existe isso?

E o Dr. Paulo é homem honrado e houve uma jogada política entre o PT e o PMDB, no BANESTADO?

Estes esclarecimentos devem ser trazidos ao conhecimento da opinião pública, e não se pode admitir nesta Casa que se tente justificar o erro e a incompetência do Governo Peemedebista, acusando o Governo Federal, pois que, muitos homens que hoje posam de mocinhos perante a opinião pública do País, foram os grandes responsáveis, os maiores usufrutuários do regime de exceção dos últimos anos.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência e a certeza de que a Bancada do PDS sem ódio, e sem medo irá exercer a missão que a urna lhe delegou, de fazer a Oposição, até para construir a moralidade administrativa do Governo do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Deputado Luiz

Alberto, agradeço a Vossa Excelência os esclarecimentos trazidos em seu curto mais prestigioso aparte.

Realmente Vossa Excelência fundamentou o seu aparte embasado na verdade e nos acontecimentos desses últimos 12 meses no nosso Estado.

Agradeço a Vossa Excelência a permissão que me deu de usar alguns minutos do horário da liderança e nesse momento ao deixar a tribuna em um minuto eu peço que o Governo esclareça o fato e que a imprensa corajosa do Paraná, não se cale, faça a exemplo da Imprensa Nacional, que tem denunciado com veemência

os erros do Governo Federal.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE —(Nestor Baptista) - Ainda no horário da liderança do PDS, por 10 minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA- Senhor Presidente

Senhores Deputados. "Na Mensagem Governamental enviada a esta Casa de Leis há uma advertência de que "o País necessita de uma verdadeira educação popular." Este posicionamento é oportuno e o exemplo deveria partir do Paraná tendo em vista a complexidade de seus problemas sócio-econômicos. É tempo de se tomar decisões pois a gravidade dos problemas é do conhecimento de todos.

O que mais nos preocupa é que os reflexos do atual modelo e da situação do ensino do Paraná, a exemplo da realidade desse setor no País, se interligam com os problemas sócio-econômicos. Basta lembrar que o Censo de 1980 revelava que 80% das pessoas que recebiam rendimentos até um salário mínimo mensal tinham até quatro anos de escolaridade.

A evasão escolar, principalmente na área rural, é assustadora bem como o índice de repetição. Os reflexos do ensino primário se refletem em todo o contexto educacional no Estado. Assim vemos apenas três e meio por cento da população paranaense com curso de nível superior.

Alertar que a situação é crítica e que evolui negativamente não vai trazer soluções.

Há necessidade de se repensar o modelo do ensino em nosso Estado, principalmente para implantar um currículo escolar, compatível com a nossa realidade. Não podemos esperar que todas as decisões partam de Brasília, é preciso criatividade e coragem para romper com os padrões tradicionais. No Paraná dinâmico, onde os problemas sócio-econômicos se avolumam, não há mais lugar para um ensino elitizado, tendo em vista, principalmente, a precariedade da situação econômica de grande parte da população. E acima de tudo não podemos continuar com um modelo que não dá mais esperanças de um futuro melhor para os nossos filhos. É utópico pensar que todos chegarão à universidade, pois a realidade aí está a comprovar tais fatos. E, o ensino, principalmente do primeiro e segundo grau, ainda, é voltado quase que essencialmente para encaminhar o aluno para o curso superior esquecendo-se que a maioria esmagadora não consegue chegar nem à metade do caminho.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A questão educacional, para nós, é de responsabilidade de todos e tem que ser vista acima dos partidos. Por isso o apelo que hoje fazemos é que o Governo do Estado determine que sejam procedidos estudos visando a reformulação do ensino paranaense, principalmente do primeiro grau.

E, nós propomos a fornecer subsídios para mudar essa desalentadora realidade que aí está

Os erros do currículo escolar, não só no Paraná, como no Brasil, começam com o modelo que foi importante de países europeus. Inclusive não se atentou para as peculiaridades brasileiras, inclusive com a fixação do calendário de férias.

Inicialmente gostaríamos de nos ater aos problemas do ensino na zona agrícola. O Paraná tem sua economia calcada na agricultura e grande de sua população, conseqüente, sobrevive das lides agrícolas. O ensino,

no entanto, tem o mesmo padrão existente nos centros urbanizados.

Enquanto isto, a evasão escolar é assustadora. A repetência no primeiro ano do primário é um fato comprovado. Existem alunos que ficam até quatro anos na primeira série. Não podemos concordar que o erro esteja na criança. Há necessidade de um currículo diferenciado, dentro da realidade de cada região, embora se preservando a igualdade de direitos para todos. É inconcebível que num Estado agrícola cursos profissionalizantes, principalmente voltados para a prática rural, não sejam incentivados. Não é preciso se aprofundar muito para se chegar a conclusões desse quadro negativo. Todos sabemos que durante os períodos de colheita os filhos dos agricultores são arregimentados para auxiliar nessa tarefa. Podemos lembrar os casos das colheitas de algodão ou de café que exigem grande demanda de mão-de-obra. Evidentemente os alunos, nesses casos, deixam os bancos escolares em detrimento de sua educação. No Paraná já se tentou, pioneiramente, corrigir, essa distorção. Foi implantado o calendário escolar agrícola, onde as férias coincidiam com os períodos de trabalho mais intenso na agricultura. É um modelo válido. Quando de sua implantação começou a apresentar resultados animadores. Essa experiência poderá ser reestudada e certamente vai corrigir uma série de distorções nas escolas do meio rural.

Outro fator preponderante é a pesquisa para saber a demanda de mão-de-obra. Durante o governo passado se iniciou um amplo programa de incentivo à piscicultura entre os proprietários agrícolas do oeste do Estado. Ao mesmo tempo se implantou, pioneiramente, no País, um curso de técnico em piscicultura. Esse curso funciona paralelamente ao ensino de segundo grau. Dessa forma, os que iniciaram o curso já, praticamente, tinham assegurado o seu emprego. E o mais importante do que conseguir um estudo com emprego assegurado é que esses alunos podem optar por continuar estudando, e se fosse o caso, chegar à universidade.

São modelos assim os necessários, simples, mas que trazem soluções e não exigem altos investimentos financeiros. O curso técnico em piscicultura chamou a atenção de outros Estados que enviaram alunos para estudar no Paraná. Isto por ser um curso pioneiro. No Brasil não existia similar. Apenas o de engenharia de pesca, mas faltava o elo de ligação, ou seja a formação dos técnicos. Tal fato bem demonstra a realidade do nosso ensino. Vivemos ainda uma realidade de extremos; num Estado agrícola temos uma infundável legião de bóias-frias e de outro lado os engenheiros agrônomos. Enquanto isto há carência de técnicos nesse setor, deixando uma lacuna vulnerável.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Soluções existem a curto prazo e viáveis dentro do contexto, mesmo de crise. O que não se pode admitir é o acomodamento de uma geração sem futuro enquanto os problemas sociais e econômicos do Paraná se avolumam.

Portanto, Senhor Presidente, propomos que a Comissão de Educação desta Casa, juntamente com a Secretaria de Educação e representantes do magistério, promovam debates visando encontrar soluções.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Excelentíssimo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Agradeço, Deputado

Nelson Buffara a concessão do aparte e eu pedi para dizer a Vossa Excelência que essa preocupação da reformulação do ensino fundamental de primeiro e

segundo graus neste País é uma reivindicação antiga das diversas classes dos professores, não só do Paraná, mas, também do Brasil.

E aliás é também motivo de muita atenção por parte do partido a que pertenço, e trarei oportunamente a Vossa Excelência idéias que estão sendo debatidas em diversos Fóruns de Debates sobre o problema educacional neste País, e em especial aqui no Paraná, e mais especialmente em Curitiba.

Trarei a Vossa Excelência porque o que Vossa Excelência traz hoje a esta Casa é um assunto que está sendo debatido há muito tempo para derrubarmos de uma vez por todas essa “famigerada Lei 5692”, que veio distorcer todas as finalidades do ensino em nosso País.

Parabenizo Vossa Excelência, e gostaria de ter uma cópia do pronunciamento de Vossa Excelência, para que ele servisse de base inclusive para prestarmos como membro do PMDB nesta Casa, as informações que julgarmos convenientes trazer a Vossa Excelência e à Casa, no sentido das transformações que o Governo do Estado está pretendendo impor no sistema de ensino fundamental de primeiro e segundo graus atendendo às reivindicações das classes que labutam diretamente no problema educacional brasileiro.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. NELSON BUFFARA- Acho extremamente valiosa sua colaboração partindo de quem a faz, um Deputado ilustre, professor emérito, nível universitário, que com conhecimento de causa, com a capacidade que tem, me dá esse aparte colaborador.

Em seguida darei ao eminente Deputado Odeni Mongruel o aparte.

O Sr. Odeni Mongruel — Agradeço, Deputado, apenas para complementar.

A mim, que sou um homem ligado à área educacional, foi-me dado a sentir que o Sistema Educacional do Paraná, se não é o ideal, sempre foi entendido como um dos mais expressivos na Federação Brasileira, e muitas são as conquistas que o Paraná empreendeu nesse setor da maior magnitude, da maior importância. Mas Vossa Excelência traz realmente um testemunho que merece o acolhimento de tantos quantos tenham consciência da importância da educação.

Vivemos numa sociedade com mudanças muito aceleradas. É preciso mais do que nunca rever esse atendimento que estamos dispensando às nossas crianças, à juventude, que enfim assumirão o grau de compromisso de decidir o destino desta Pátria dentro em breve.

Sugeriria Deputado, e como membro da Comissão de Educação desta Casa, que nós que temos homens de grande expressão hoje no cenário nacional, egressos inclusive de trabalhos desenvolvidos na Educação do Paraná fossem consultados. Esta Assembléia poderia promover um encontro, para que ilustres professores, ex-Conselheiros do Conselho Federal da Educação e ex-Conselheiro do Conselho Estadual de Educação, ex-Secretários de Estado de renome nacional e internacional, inclusive, viessem a esta Casa, e conosco, Deputados de ambas as Bancadas, debatêssemos este assunto, que encaro seja da maior importância.

Meus parabéns. Senhor Deputado, e colocaria esta minha contribuição no sentido de que Vossa Excelência a acolha, inclua na sua manifestação, no seu testemunho, encomendando-se oportunamente a presença de tantos quantos já serviram e ainda servem à educação

do Paraná e do Brasil, para que venham aqui discutir conosco a respeito desse assunto da maior relevância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Presidência

concede ao Sr. Deputado Nelson Buffara mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. NELSON BUFFARA - Vou dar o meu discurso por lido, apenas quero aproveitar este minuto que Vossa Excelência me concedeu para propôr que a Comissão de Educação desta Casa, juntamente com a Secretaria de Educação tenha representantes no magistério, promova debates visando encontrar soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No horário da liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior por quinze minutos.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados.

O Deputado Tércio Albuquerque, durante um grande período e em muitos apartes, pretendeu ou insinuou, que estaria havendo corrupção na BANESTADO Reflorestadora, uma das empresas do conglomerado BANESTADO. Eu não vou fazer a defesa do BANESTADO, não vou me preocupar nesta oportunidade em prestar nenhuma defesa, mesmo porque alguns dirigentes do BANESTADO, especialmente o seu Presidente não dão muita "pelota" para os Deputados, especialmente os Deputados do PMDB. Então ele que se arda! Fiz uso da palavra em aparte concedido pelo Deputado Tércio Albuquerque e deixei de dizer algo. Quero dizer, nesta oportunidade, que quando eu observei que votarei favoravelmente ao seu requerimento de Pedido de Informações, eu deveria ter dito, e digo agora, que tenho a mais absoluta certeza que o Governador do Estado o Sr. José Richa vai, imediatamente, após tomar conhecimento deste documento, por todos os meios ao seu alcance, tentar levantar a verdade. E se houve, se for um fato o que o Deputado Tércio Albuquerque nos trouxe, o Governador do Estado do Paraná, não tenho dúvidas, tomará imediata e sérias providências, pois o conheço bem. E um dos mais sérios homens públicos desta Nação. Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos realizando um estudo, a respeito dessa verdadeira novela de terror em que se converteu o famigerado Sistema Financeiro de Habitação.

Instituído pelo governo, imposto ao País em 1964, o governo do PDS, o sistema que aqui referimos foi concebido, com os vícios autoritários que caracterizam o regime que aí está, para proporcionar moradia condigna às populações carentes, e dar uma injeção de óleo canforado em nossa cambaleante de construção civil.

De fato, Sr. Deputado, essa é uma indústria genuinamente nacional. É o setor que emprega maiores contingentes de mão de obra não qualificada, revestindo-se assim de um relevante aspecto social e econômico, que em nosso entendimento até justificariam um tratamento privilegiado por parte das autoridades monetárias, com abertura de linhas especiais de crédito, a juros favorecidos.

A indústria civil, além de 100% verde-amarela, tem um elevado poder multiplicador, impulsionando o desenvolvimento de outros setores a ela relacionados, como as indústrias fabricantes de materiais de construção, ferro, esquadrias, vidros, tintas e vernizes, material

elétrico, aglomerados de madeira, componentes hidráulicos e sanitários e vai por aí a fora.

Significa dizer, Srs. Deputados, que se prosperar a indústria da construção civil, toda a economia se tornará mais dinâmica. Haverá mais emprego para milhões de chefes de família em melhores condições para a edificação de uma sociedade mais humana e mais solidária.

Ocorre, Sr. Presidente, que o famigerado sistema financeiro de habitação tem sido alimentado, basicamente, com recursos subtraídos, ao longo desses 20 anos de ditadura, do Fundo de Garantia por tempo de serviço. Quer dizer, o Governo arrecada esse dinheiro que é retirado dos trabalhadores, compulsoriamente, e o administra, através de dezenas de planos da casa própria. Porém, tem administrado com manifesta incompetência, coisa tradicional do Governo do PDS, gastando milhões de cruzeiros em obras supérfluas, assinando convênios com Prefeituras, muitas vezes por critérios meramente políticos, construindo sedes suntuosas para as agências do BNH, que são luxuosamente decoradas e mobiliadas. Isto sem falar nos desvios de verbas, e os jornais estão cansados de noticiar esses escândalos, que envolvem diretamente o Ministro do Interior, Sr. Mario Andreazza, através de favorecimentos ilícitos e imorais aos "grupos Delfins" da vida.

Por falar em Ministro Mario Andreazza, neste Brasil ocorrem coisas do "arco da velha", e a cúpula do Governo nacional transformou o Partido Oficial, o PDS, num verdadeiro "saco de gatos". Eu servi, com muito orgulho, na Academia Militar das Agulhas Negras. E eu aprendi lá, que o soldado faz continência ao cabo, o cabo ao 3º sargento, o 3º sargento, ao 2º, etc; daí nós vamos, então, até o General de Exército. Este é o maior. Esta é a autoridade máxima.

Neste País e neste Governo imposto, e neste Colégio Eleitoral espúrio que tem aí, nós vamos mudar as coisas no Brasil. Se Mário Andreazza for eleito Presidente da República, nós vamos ter, nobres Senhores Deputados, General fazendo continência a Coronel. Vejam aonde é que nós chegamos, e o que é que virou esta situação!

Falávamos sobre o sistema nacional de habitação, e é exatamente por isso, que o Sistema Nacional de Habitação não conseguiu resolver o crônico problema do déficit de moradias.

Pelo contrário, se antes de 1964, havia populações morando em condições subumanas, depois de 1964, este problema se agravou de forma assustadora.

O Banco Nacional de Habitação perdeu os seus objetivos sociais, de atendimento às populações carentes, para operar segundo os critérios que sempre nortearam os bancos comerciais voltados, exclusivamente, para a obtenção de lucros rápidos e fáceis.

É o Governo do PDS que quer transvertir-se de Oposição.

Em consequência, vemos que o valor das casas financiadas pelo BNH e das prestações, crescem como bolas de neve, levando milhões de pais de família ao desespero, sem contar os milhares de inadimplentes, representados por pessoas que não têm condições de honrar os compromissos assumidos.

Como o Brasil é hoje dirigido pelos banqueiros internacionais, que colocaram o princípio da correção monetária integral acima da constituição e acima do bem e do mal, os jornais vinham informando que o próximo reajuste das prestações do BNH seria superior a 180%.

Com esse aumento absurdo, ocorreria no exato momento em que o Governo leva às últimas consequências a política de arrocho salarial, limitando os reajustes do salário mínimo a 80% do máximo, é fácil concluir que um clamor popular iria se levantar em todos os Estados Brasileiros, protestando contra os arquitetos do caos, representados pelos atuais ministros da área econômica, defendidos, via de regra, pelos Parlamentares do PDS.

Ocorre, Srs Deputados, que um desses ministros é o Coronel Mário Andreazza, um dos presidenciáveis, ou, melhor dizendo, um dos "presidiáveis", na feliz expressão do Deputado Fiori Luís, nosso companheiro de Bancada.

Sentindo que o aumento exagerado das prestações do BNH poderia prejudicar a sua candidatura perante o Colégio Eleitoral, o Ministro do Interior decidiu adotar uma nova sistemática, reduzindo o aumento daquelas prestações para 109%.

O que nós queremos dizer, e não entrando no mérito do que vai acontecer com esta alteração, é que seria maravilhoso para este País, se nós tivéssemos, efetivamente, Deputados Federais e Senadores do PDS, compromissados com a Nação Brasileira, e dessem ao povo brasileiro o que o povo brasileiro está pedindo: eleições diretas! A coisa mudaria, Senhores!

Aqui está um exemplo bem claro de que mudaria. Bastou uma pesquisa de opinião pública mostrar ao Brasil que Mário Andreazza, por exemplo, Ministro do Interior, não tem popularidade; mostrou que o povo brasileiro não aceita, ele passou a defender o povo brasileiro.

O Governo do PDS passou a defender o povo brasileiro, pelo menos tenta defender. E assim nós tivemos uma alteração do quadro do sistema financeiro habitacional. Depois, os Srs. falam ainda em eleições indiretas. Vem o Sr. Presidente da República, General João Figueiredo, dizer que só aceita eleições diretas para o sucessor e justamente ele, Srs. do PDS, hoje transvestidos de oposicionistas, justamente ele que jurou solenemente: "Fazer deste País uma democracia." Ah! Se nós tivéssemos eleições diretas neste País, que bom seria!

Se o clamor do PMDB fosse ouvido, se o clamor das Oposições fosse ouvido, o povo brasileiro seria "mais". Com certeza, não teríamos jornalistas na cadeia! E não teríamos também ladrões circulando tranquilamente, por corredores oficiais.

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência não citou o que já é uma presunção geral. Se sair eleições indiretas através desse Colégio Eleitoral ilegítimo, quem ganha a eleição é Paulo Salim Maluf. Tranquilamente! Paulo Maluf vai "malufar" mais uma eleição. Já "malufou" a de São Paulo, quando tirou do páreo Laudo Natel. É esse homem que criou a PAULIPETRO em São Paulo, que causou bilhões de cruzeiros em prejuízo para o povo paulista e o povo brasileiro, despona, lamentavelmente, comocandidato mais provável para ganhar a eleição através do pleito indireto, através desse Colégio Eleitoral.

Paulo Maluf que não sabe fazer outra coisa a não ser dar presente, aliciar, inclusive os convencionais do PDS que compõe esse Colégio Eleitoral. Paulo Maluf que desgraçou São Paulo, irá desgraçar também o Brasil inteiro.

O Sr. Gabriel Manoel - Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

O Deputado, afoito, diz que o Sr. Paulo Maluf deu presente, mas para mim não deu e eu vou votar nele, Deputado. Ele está atacando os convencionais do PDS e também o Colégio Eleitoral do PMDB que vai votar no Paulo Maluf. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) - Com a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu dizia se nós tivéssemos eleições diretas, se não fosse ocorrer o que talvez ocorra com o ilustre Deputado Gabriel Manoel - votando nesse ou naquele candidato, o candidato de preferência do Deputado é problema dele - nós não teríamos Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Celso Pastore, com o descaramento, a desfaçatez, a falta de hombridade, para chegar às emissoras de televisão, e quando indagado do que ocorreria ou do que vai ocorrer com o mutuário, o pobre mutuário do sistema habitacional do PDS, diz que o mutuário "deveria dar um tiro na cabeça."

Mas eu não culpo tanto ao Sr. Celso Pastore, tão criticado hoje. Ele aprendeu com o seu "mestre", o próprio Sr. Presidente da República. Se ele ganhasse um salário-mínimo como milhões de brasileiros ganham, ele daria um "tiro no coco".

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado, permite-me um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Se o Presidente da República aconselha aos assalariados dar um "tiro no coco", é evidente que o seu seguidor e o seu aluno aconselhe ao cidadão que tem a sua casa popular, por mais humilde que seja que dê também um "tiro no coco".

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu tenho quinze minutos Excelência. Meu tempo está chegando ao final, senão eu lhe concederei o aparte com muita honra.

O Sr. Gabriel Manoel - Meio segundo...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Com muito prazer.

O Sr. Gabriel Manoel - Encantado. Vossa Excelência pode me dar o aparte agora, Deputado?

(Assentimento)-

Acho que Vossa Excelência está sendo injusto porque Paulo Maluf não coaduna com esse sistema que está aí, como nós também fazemos críticas severas a Pastore, a Delfim Netto, a Garanhão e aos homens que estão massacrando o Paraná e o Brasil. Vossa Excelência está sendo injusto e incoerente, porque é que tem medo de Paulo Maluf? Por que é que tem medo das eleições? Por que? As eleições diretas, os "showmícios" como diz o célebre Deputado Tércio Albuquerque estão aí na rua. Vossa Excelência peca num ponto e falta com a verdade, Deputado. Permita que eu diga isto por causa da nossa amizade. Não tem nada a ver Pastore com Maluf; não tem nada "alhos com bugalhos"; Maluf é um homem que está contra este sistema, como nós estamos também. E Vossa Excelência, injustamente, joga e me faz lembrar um provérbio quando se "depena uma galinha na rua, e depois vamos catar as penas", Senhor Deputado. Vossa Excelência está sendo injusto, incoerente, e perdoe-me por favor; os meus cabelos encanecidos sentem Deputado, vendo um jovem brilhante como Vossa Excelência a dizer inverdades. Nós também não estamos satisfeitos com o Pastore, com o Delfim Netto e com os Galvêas.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, meu tempo foi esgotado, e eu gostaria de indagar do Líder, se foi prorrogado o meu tempo. (Confirmado).

O Sr. Gabriel Manoel - Se Vossa Excelência não me deu o aparte, eu agradeço, Deputado, a verdade dói, Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência está faltando com a verdade.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado, Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Olha, o Maluf será Presidente da República, Vossa Excelência queira ou não queira, Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Vossa Excelência diz tudo isso em nome de "nossa amizade", e eu respeito. Eu digo em nome de nossa amizade também: o duro é ver cabelos embranquecidos e Vossa Excelência quase não tem cabelos, Excelência, daí a dificuldade.

Mas Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. Nós estamos dizendo que, no nosso modo de entender, seria maravilhoso para esse País se nós tivéssemos diretas, porque o Governo Federal, porque o Governo do Senhor Presidente Figueiredo por certo passaria a ter um respeito maior com a população brasileira, e o povo brasileiro passaria a ter aquilo que é seu. Poderia haver justiça como tentou se fazer no problema ligado ao sistema habitacional. E se nós tivéssemos, Excelência, eleições diretas, não teríamos mordomias de governantes, verdadeiras mordomias de governantes, com ministro usando o dinheiro do povo, usando avião do povo, voando por esse Brasil afora fazendo campanha política. Eu me refiro, evidentemente, ao Ministro do Interior. Nós não teríamos isso, Excelência, e não teríamos também, enquanto ocorre isso, não teríamos o povo mais humilde buscando alimento em depósito de lixo, pois é o que ocorre nesse Brasil, e ninguém consegue desmentir, ninguém consegue tapar o "sol com a peneira". É um fato lamentável. Para onde é que nós estamos caminhando? Há erros. Está tudo errado. O PDS transformou esse País num "saco de gatos" e insiste em manter esta política, quando toda a Nação Brasileira, repito, insiste por eleições, quer eleger o seu Presidente, quer votar no mandatário máximo da República Brasileira, e os homens não deixam; meia dúzia de homens não deixam. Não o culpo, Excelência, não culpo o meu colega Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Eu culpo os Senhores Deputados Federais e Senadores que têm a incumbência de votar. Não será o Deputado Estadual que terá a incumbência e o poder de mudar a Lei, não será o Deputado Estadual e sim o Deputado Federal.

Não estou culpando o meu colega da Bancada do PDS. Tenho respeito por aqueles meus companheiros. Eu dizia, já um dia desses que nós votamos, nós, da Bancada do PMDB, votamos para Prefeito de Curitiba, nós escolhemos o Prefeito de Curitiba, porque a lei assim determina, mas a lei de quem? Da Bancada Estadual do PMDB, da Bancada Estadual do PDS? Não! Lei do Sistema, que é mantida e sustentada pelos Senhores Deputados Federais e Senadores do PDS. Esta é a grande realidade.

Ocorreu em Foz do Iguaçu, dizia o Deputado Tércio Albuquerque, eleição para Prefeito. O Prefeito foi nomeado. É a Lei, a Lei diz assim, tem que ocorrer, tem que acontecer. Mas os homens que deveriam mudar a lei, curvam-se. Estes sim são "vaquinhas de

presepio" do sistema.

Um sistema que está aniquilando a Nação Brasileira, que está matando o povo brasileiro. Estes são sim os verdadeiros responsáveis pela situação por que passa o País.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Queira Deus que os homens que têm a incumbência de mudar o estado de coisas do País, dos homens que foram votados, foram escolhidos pelo povo para nos representar no Congresso Nacional...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência a gentileza em conceder-me o aparte e gostaria de dizer, em primeiro lugar, que pessoalmente sou favorável à eleições diretas já para Presidente da República. Fruto do voto popular, nunca tive medo de urna e sempre a disputei. Nunca exerci, como Secretário Geral de seu Partido, cargos de favor ou de nomeação. Como é o caso do Senador biônico do Paraná, Afonso Camargo.

Mas Vossa Excelência coloca bem o assunto quando diz "não havendo" eleição direta. Vossa Excelência mesmo hoje admite hoje a possibilidade das emendas que restabelecem eleição direta serem derrotadas no Congresso Nacional. Ora, se Vossa Excelência entende esta possibilidade, Vossa Excelência pode concordar comigo que a campanha desenvolvida da forma como que vem sendo desenvolvida, especialmente pelos partidos de Oposição, que são minoritários Colégio Eleitoral, minoritários numa eleição que elegeu os Governadores do PMDB, portanto eleição legítima, na verdade representam uma grande farsa para a vida política nacional. Se pudermos concordar com o ideal, com a pregação em favor das eleições, não podemos esquecer que está sendo apresentada, à Nação Brasileira, como grande forma de solução dos problemas nacionais, as eleições, quando Vossa Excelência reconhece que elas podem não vir.

A par disto gostaria de fazer apenas mais uma colocação. Quando Vossa Excelência fala na fome, na desgraça do povo brasileiro, Vossa Excelência não desconhece que os grandes Estados da Nação Brasileira, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, estão sendo dirigidos por homens do PMDB. Será que a responsabilidade é apenas do Governo Federal? Ou os Srs. já têm um ano no Governo e não conseguiram resolver os graves problemas sociais do povo brasileiro? Agradeço a gentileza de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Concluo o aparte do eminente Líder da Bancada do PDS. Como no final fica difícil um debate, gostaria de em outra oportunidade tratar deste assunto, porque o Deputado Luiz Alberto Oliveira raciocina rápido e é de uma inteligência rara, o que valoriza indiscutivelmente o aparte. (Vozes superpostas dos Deputados Ferrari Júnior e Luiz Alberto Oliveira).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Gentileza de Vossa Excelência. Também Vossa Excelência tem um raciocínio rápido e brilhante.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Seria bom se este Deputado utilizasse o seu raciocínio, a sua inteligência, a sua boa vontade, para tentar mudar este estado de coisas e nos ajudar a derrubar este estado de coisas; ajudar-nos a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, este País seria bem diferente com a ajuda do Ilustre Deputado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos oito minutos restantes.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Declinamos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.

Anunciamos a presença, nesta Casa de Leis, do Prefeito do Município de Altamira do Paraná, Senhor Evaldo Rak, bem como do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Reimar Traple.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial que estuda a viabilização da Caixa Econômica Estadual. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 189/83, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que denomina “MOACIR JÚLIO SILVESTRI, a Rovodia PR-170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D’Areia). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 130/82, de autoria do ex-Deputado José Domingos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a “FREI MIGUEL MARIA BOTACCIN”. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 26/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a “FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO MOURÃO — FUNDESCAM, Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 52/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que dá denominação a PR-457, no trecho entre Nova Esperança a São Carlos do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 76/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e OUTROS, que altera dispositivos nos artigos nºs 44, 59 e 75, incisos I, XVII e XXXIV, da Lei Complementar nº 2, de 18/06/73, conforme especifica. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 126/83, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública o “CENTRO ESPÍRITA PAZ, AMOR E LUZ”, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 142/83, de autoria do Senhor deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a “OBRA DE SÃO JOSÉ”, com sede e foro no Município de Alto Piquiri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 193/83, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO e OUTROS, que declara de utilidade pública a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ”, com sede e foro na cidade de Assaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 193/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ”, com sede na Cidade de Assaí-Pr., à Rua Manoel Ribas nº 989.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) HOMERO OGUIDO.

Apoio:

Tadeu França, Amélia Hruschka e Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

A “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ”, com sede e foro na Cidade de Assaí-PR., constitui uma sociedade civil, com fins de promover maior aproximação entre as famílias dos sócios do Rotary Club de Assaí, objetivando cooperar e auxiliar sociedades filantrópicas ou obras de assistência social ou educativas, principalmente às que se dedicam à proteção da infância e formação moral e cívica da juventude.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 193/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Homero Oguido, o presente plano de lei, enseja declarar de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Assaí, com sede e foro no município que lhe empresta o nome.

Da análise da documentação que acompanha o processo, verifica-se que a entidade a que se quer beneficiar vem prestando inestimáveis serviços no campo de assistência social, em Assaí.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, uma vez que a matéria não fere qualquer dispositivo da Carta Magna Estadual e tendo cumprido as normas estabelecidas pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR -
Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO - Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/83, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE CIANORTE - ACEC", com sede e foro no Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 197/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE CIANORTE - "ACEC", com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço está perfeitamente adequada aos preceitos da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Os documentos em anexo demonstram-no.

Assim sendo, esperamos que os ilustres Pares com assento nesta Casa, acolham esta nossa pretensão, dando-nos seu apoio e posteriormente sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 197/83

PARECER

De autoria do Senhor Deputado Dirceu S. Manfrinato, o presente Projeto de Lei nº 197/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva de Cianorte "ACEC", com sede e foro no Município de Cianorte.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como, pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça sua tramitação normal por esta Casa. Isto posto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/83, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 198/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, entidade que ora pretendemos seja declarada de utilidade pública, vem trabalhando em benefício e proteção dos gráficos de nosso Estado há mais de quarenta anos, representando-os perante às autoridades e demais associações, no sentido da solidariedade profissional e dos interesses nacionais.

A documentação anexa, comprova que a entidade em apreço preenche os requisitos exigidos pela lei que regula a matéria de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 198/83

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Ailton Cordeiro, o presente plano de lei, tendo como objetivo declarar de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente;

IVAN GUBERT - Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/83, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MANOEL RIBAS - APMI", com sede e foro no Município de Manoel Ribas, sede no Município Comarca de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 205/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Manoel Ribas - APMI -, com sede no Município de Manoel Ribas e foro na Comarca de Ivaiporã.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Manoel Ribas, sociedade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.^o 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Tem promovido a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, zelando pela saúde, o bem-estar e a necessidade da criança e da gestante, especialmente, desde sua fundação, em 30 de julho de 1978.

Sempre atendeu à comunidade de Manoel Ribas, objetivando servir desinteressadamente, de forma geral e indiscriminada, caracterizando assim, sua feição filantrópica.

A documentação em anexo, cuja remessa pelo Prefeito Municipal Valentim Darcin demonstra a importância da APMI e comprova a existência dos requisitos exigidos pela Lei de n.^o 6994/78, de forma a declarar de utilidade pública a referida entidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.^o 205/83

PARECER

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Manoel Ribas — APMI —, com sede no Município de Manoel Ribas e foro na Comarca de Ivaiporã.

A entidade que se quer beneficiar preenche os requisitos de legislação atinente à matéria, estando em condições de ser aprovada.

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente;

ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 208/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO CELEPAR”, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.^o 208/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a “FUNDAÇÃO CELEPAR”, com sede em Curitiba, Estado do Paraná à Rua Mateus Leme, n.^o 1561.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a “FUNDAÇÃO CELEPAR”, congrega a totalidade dos funcionários da Companhia de Processamento de Dados do Paraná — CELEPAR —, contando atualmente com aproximadamente seiscentos funcionários, e tendo em vista os relevantes auxílios que presta à classe funcional desse Órgão, sob diversas formas, bem como desde sua criação tem procurado

aprimorar o bom relacionamento entre os colegas de trabalho, com o objetivo primordial de engrandecer o espírito de união existente, e nesse sentido dedica-se ao exercício pleno na realização de diversas atividades sociais, culturais e esportivas.

Pelos motivos acima citados, julgamos oportuna tal proposição, considerando uma maior abrangência para as atividades que são proporcionadas por essa Fundação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.^o 208/83

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem como escopo, declarar de utilidade pública a FUNDAÇÃO CELEPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Examinado anteriormente por esta Comissão, constatou-se a omissão de alguns itens exigidos pela Lei n.^o 6994, de 10 de janeiro de 1978, opinando-se na ocasião para que a matéria fosse convertida em diligência, a fim de serem cumpridas tais omissões.

Atendendo, agora, aos requisitos em sua totalidade, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Alcântara, ocorrido no dia 22 de março do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Trentini, ocorrido no dia 16 de março do corrente ano, no Município de Marumbi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Humberto Alexandre Caldart, do Município de Pato Branco. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Antônio Domiciano, ocorrido no dia 17 de março do corrente ano, no Município de São Carlos do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Derossi Carneiro, ocorrido no Município de Clevelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Lauro Scheder, ocorrido no dia 21 de março do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antenor Moreira Bonfim, Vereador no Município de Borrazópolis, ocorrido no dia 19 de março do corrente

ano. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Humberto Alexandre Caldart, do Município de Pato Branco. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela nomeação do Senhor engenheiro Hamilton Vilela Magalhães, para o cargo de Diretor do Planejamento do D.N.E.R. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental n.º 67/84, que dispõe sobre uma pensão mensal e a João Roque Dallabona. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 16/84, que objetiva instituir, também no Paraná, a verba de representação para os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretários da Agricultura e da Indústria e Comércio, encarecendo conseguir financiamento para reforma de moinhos coloniais do Estado, através do BADEP, BRDE e BANESTADO. — Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que mande proceder a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Presidência defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a leitura do Deputado Ferrari Júnior.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê o requerimento)

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, encantado. E eu agradeço ao espelhar-se no Governo do PDS do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está em votação o requerimento que acaba de ser lido. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Denisar Arneiro, Deputado Federal pelo PMDB-RJ., manifestando apoio ao projeto de lei apresentado na Câmara Federal, proibindo a exportação do milho e importação do trigo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção de prédio para o funcionamento da Agência de Rendas Estaduais, no Município de São Jorge do Patrocínio. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcello, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor

Secretário da Administração, encarecendo a doação de um veículo tipo ambulância para o Município de Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de ensino de 2.º grau no Jardim Novo Bandeirantes, no Município de Cambé. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, visando a criação de um posto do correio no Distrito de Boubônia, no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de materiais, bem como o apoio às futuras realizações esportivas no Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para abrigar a Delegacia de Polícia do Município de Pranchita. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a criação e instalação de um núcleo de Manutenção do DER, no Município de Ubatã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Interior, encarecendo recursos financeiro a serem aplicados na conclusão e reparos gerais do centro Social Urbano, localizado no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de Sessão anterior, encarecendo a isenção da incidência do ICM na diferença entre o preço de venda à vista e a prazo, promovida pelos estabelecimentos comerciais sem auxílio de instituições financeiras. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica interligando os Municípios de Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Izabel do Ivaí. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção de prédio para o funcionamento de agência de Rendas Estaduais no Município de Douradina. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando

voto de louvor a Corporações da Polícia Militar do Estado e Corpo de Bombeiros, pelo desempenho e assistência prestados durante a denominada "Operação Praias", executada no litoral paranaense. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Associação Paranaense de Ensino e Cultura, no Município de Umuarama, manifestando repúdio contra o Diretor da Faculdade de Direito daquele município, pelo fato de ter convidado Nilton Barbosa para compor a mesa de honra da solenidade de colação de grau daquela Entidade. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano do Município de Altônia. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor da Corretora Banestado S/A. pelo destaque com que acaba de classificá-la em 1º lugar no "ranking" nacional como a mais bem sucedida instituição nacional no setor. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para a instalação da Delegacia de Polícia, no Município de Braganey. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, dos artigos intitulados "Richa e o Terrorismo Fiscal" e "Uma Perversa Política Fiscal", publicados no Jornal "O Estado do Paraná". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária de Educação, encarecendo a doação de um ônibus à FECIVEL - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Município de Cascavel. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco falso (braço sul), interligando os Municípios de Vera Cruz do Oeste e Matelândia, através dos Distritos de Vila Esmeralda e Ramilândia. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de um Posto de Saúde, no Município de Braganey. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela passagem de seu 21º aniversário de fundação. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando

o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo o reequipamento da Delegacia de Polícia do Município de Ubitatã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a toda a classe de garçons, pela comemoração, no dia 20 de março, do dia que lhe é dedicado. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo providências no sentido do aparelhamento da agência da DETEPAR do Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do centenário do Município de Campina Grande do Sul. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que comemorará dia 25 de março próximo, 13 anos de funcionamento da TELEPAZ. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine ao órgão competente daquela Pasta, para que entre em contato com a Empresa IRIEDI LTDA., instalada no Município de Palotina, a fim de que a mesma elimine ou diminua o índice de poluição que vem provocando dentro do perímetro urbano daquele município. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social e Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, em que expõe a situação do 9º Distrito Sanitário do Município de Foz do Iguaçu, e pede providências. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Significado Político das Diretas", publicado no Jornal "A Folha de São Paulo". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação da Coordenadoria Especial de Atendimento à Imprensa do Interior do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da reportagem intitulada "MISÉRIA TRANSFORMA HOMENS EM RATOS" "o lixo nosso de cada dia", publicada no Diário da Capital "Jornal do Estado". - Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Adia-se a

discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Jornal "O Estado do Paraná", pela iniciativa daquele órgão de imprensa em publicar, a partir do dia 18 de março do corrente ano, o suplemento denominado "Jornal Imobiliário". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, encarecendo urgência no julgamento do Recurso Ordinário nº 1452/83 e do incidente de execução de sentença, dos quais é réu o jornalista Juvêncio Mazzarollo. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação e orientação técnica para a criação de peixes, no Município de Mamborê. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministro de Estado da Fazenda e Presidente do Banco Central, com envio de cópias aos Srs. Presidentes da SANEPAR, das Associações dos Municípios das Micro-regiões do Estado e da Associação dos Municípios do Paraná, em que pede a revogação da Resolução nº 831. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à SANEPAR, o atendimento de propostas formuladas pelo Supervisor do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de uma subestação daquela Companhia, no Município de Juranda. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidentes do PDT, PMDB, PTB e PT, sugerindo a realização de um programa em cadeia nacional de rádio e televisão, evidenciando a real necessidade do restabelecimento imediato das eleições para a Presidência da República. Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE-(Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo a destinação de um veículo para a 25ª CIRETRAN, no Município de Goioerê.

Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo urgência no pagamento da indenização das desapropriações pela construção da PR-281, no Município de São João. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a designação de um delegado especial para desenvolver as investigações em torno da morte violenta do jovem Humberto Alexandre Caldart. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando que a Comissão de Educação promova, juntamente com representantes da Secretaria da Educação e do Magistério, debate sobre a revisão do currículo escolar. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo prioridade à criação do Quadro Funcional do Delegado Leigo ou Delegado "Calça-Curta", alcunha pela qual é geralmente reconhecido nas pequenas comunas do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Saúde e Diretor Superintendente da PROMOPAR, encarecendo providências no sentido do aparelhamento do CETREM do Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a instalação de uma subdivisão policial, no Município de Ubatã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja designado um Juiz para a Comarca de Ubatã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, encarecendo solução ao problema de interrupções frequentes de fornecimento de energia elétrica no Município de Cafelândia. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o encasalhamento da estrada que interliga Braganey com seus Distritos de Somália e Porto Vera Cruz. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação do ensino de 2º grau na Escola Estadual Wenceslau Braz, no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. **Aprovado.** Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano do Município de Pérola.- Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilson Sguarezi, Osvaldo Alencar Furtado e Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ildelfonso Mannes, ocorrido no Município de Paranavaí.- Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à SANEPAR, visando estudos quanto a execução de obras de ampliação da rede de abastecimento de água no Município de Ubatã.- Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

O Sr. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem)

Sr. Presidente; se não me falha a memória, ficou preestabelecido entre a Mesa da nossa Casa e as Lideranças dos Partidos que representam o povo do Paraná, que os requerimentos de autoria dos Srs. Deputados, dada a entrada na Mesa, seriam distribuídos cópias dos mesmos às Lideranças tanto do PMDB, quanto do PDS.

Parece-me, ou Vossa Excelência não está cumprindo com este acordo ou as Lideranças dos Partidos políticos estão nos boicotando porque nós não estamos tomando conhecimento, previamente; estamos votando diversos requerimentos, Sr. Presidente, nesta Casa, sem termos conhecimento do teor inteiro do mesmo. Eu gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse se está sendo distribuído, para nós termos um diálogo com as Lideranças, especialmente com o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. Creio eu, que o Deputado tem cumprido com seu papel e não tem recebido o que ficou preestabelecido entre um acordo entre a Mesa e as Lideranças da Casa.

Muito obrigado, e espero o esclarecimento de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Presidência

informa a Vossa Excelência que não cabe a ela fazer a referida distribuição. Os requerimentos que se encontram sobre a Mesa foram observados, tanto pela Liderança do Partido de Vossa Excelência Deputado Luiz Alberto Oliveira, quanto pelo Vice-Líder, de plantão, o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, do PMDB. Quer me parecer, cabe, portanto, a essa Liderança, informar os seus liderados.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Um pouco constrangido, eu aceito o esclarecimento de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Deputado

Tércio Albuquerque fez referência a um entendimento mantido entre a Presidência do Poder e as duas Lideranças, no sentido de que os Deputados, quando apresentassem requerimento à Mesa, o fizessem em três vias para que as Lideranças partidárias pudessem,

antecipadamente, tomar conhecimento e ciência dos requerimentos que seriam votados após, na Ordem do Dia. Entretanto, esse procedimento não vem sendo cumprido, nem pelos Deputados, nem pela Mesa da Assembléia Legislativa. Como houve um acordo de cavalheiros entre a Presidência do Poder e as duas Lideranças, eu julgo que assiste razão ao requerimento verbal do Deputado Tércio Albuquerque no sentido de que a Mesa diligencie junto as suas Assessorias Técnicas no sentido de que possa dar cumprimento ao que foi estabelecido, verbalmente, entre as Lideranças e a Presidência do Poder.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência reitera, portanto, às Lideranças do PDS, através do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, e do PMDB, o Sr. Deputado Nilson Sguarezi, que reorientem os seus liderados para que esse acordo seja cumprido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, Extraordinária, para logo após.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1984.

“RICHA E O TERRORISMO FISCAL”

Renato Requião.

Foi quando aquele atuante parlamentar em inflamado libelo contra o “Instrumento de Injustiças - O Imposto de Renda”, asseverou com muita propriedade: “é o problema da perversa política fiscal” que norteia, dirige e mantém a máquina arrecadadora do Estado, todo-poderoso, quando se trata de ir contra determinadas categorias profissionais e sociais, mas tão condescendente quando se trata de outras categorias”. E completou: “o problema básico em toda esta polêmica é, pois, essa cruel política fiscal, que pune quem trabalha e produz e beneficia quem especula, quem vive de juros, exaurindo inescrupulosamente a própria seiva que os alimenta”.

Ao menos avisado leitor, mormente os micro, pequenos e médios empresários paranaenses, é oportuno esclarecer não tratar-se de discurso recente do Líder do PDS na Assembléia Legislativa contra a caolha, indiscriminada e preconceituosa política fiscal adotada pelos órgãos da Receita Estadual, sob a égide do Sr. Erasmo Garanhão, do governo do Sr. José Richa. As palavras são mesmo do então Senador da República, em discurso proferido no Senado Federal, a 24 de março de 1982, quando criticava com muito acerto, aliás, os ímpetos da fiscalização federal quando esta tentava ESCALPELAR seus pares da odontologia e da medicina.

Hoje, vinte e quatro meses após a fala do então brilhante Senador José Richa, milhares de pequenos empresários do Paraná, assistem, estarecidos, a postura exacerbada dos órgãos fiscalizadores da Receita Estadual no desenvolvimento da campanha contra a sonegação de impostos, com a adoção de procedimentos arbitrários na generalização, perante a opinião pública, de que “basta ser capitalista para ser sonegado”, em expressão muito própria de certos barbudinhos que, entretanto, não pode nem deve ser a filosofia norteadora de uma sadia política fiscal.

Quem for hoje à Receita Estadual (e este articulista

é testemunha disto) encontrará em todo os órgãos da fiscalização, do simples fiscal até o mais graduados dos funcionários (a começar pelo Sr. Secretário de Finanças) o mesmo espírito: o mais importante é autuar. Não importa quem seja. Se bom ou mau empresário. Pequeno, médio ou grande. Com ou sem tradição de trabalho, como empresário ou contribuinte. Nada conta. O importante é aumentar a arrecadação aos níveis megalomaniacos prefixados (com ou sem critérios) pela Fazenda.

Não se deve criticar a ação fiscal em si que não está errada (e isto já dizia Richa em seu discurso no Senado). O que está errado é a política fiscal que a norteia (e isto também constava da praxeada fala do então senador, hoje governador). Mas, lamentavelmente, o quadro que se definiu no âmbito da fiscalização estadual é justamente o esboçado por Richa, há vinte e quatro meses, no Senado, que foi como que uma antevisão do que ocorreria, noje, no seu governo.

A definição de políticas de governo, em todas as áreas (e a da Fazenda Pública não foge a regra) deve ser norteada em função da globalidade dos fatores da conjuntura econômica, política e social do País na atualidade. E neste passo convém, especificamente, relevar como fatores prioritários de estabilização sócio-econômica as condições de saúde das micro, pequenas e médias empresas e sua interferência nos níveis de emprego. Seria falta de completo descortino do administrador não ponderar acerca da descapitalização das unidades econômicas e suas implicações no problema do desemprego. São duas coisas intercorrentes. E aí deve, proficuamente, intervir o Estado para proteger a empresa. Para que esta possa produzir e manter estáveis os quadros de emprego. Para que, produzindo, tenha condições de pagar impostos a fim de que o próprio governo disponha de condições de governar. Até governar mal: o que é uma incongruência real nos dias que correm.

Dissemos que o Estado deve intervir na atividade econômica das empresas, de forma construtiva (profícua), a fim de que elas, em tendo saúde (liquidez), pouco indevidamente e rentabilidade) usufrua de condições para manter o assalariado no emprego e oferecer renda ao Estado, a fim de que ele possa desempenhar os seus públicos misteres. Mas, perguntavam o que o governo José Richa ofereceu, até agora, efetivamente, à imensa malha de milhares de micro, pequenos e médios empresários do Paraná? E se não ofereceu, concretamente, nada ao empresariado, com que condições morais se outorga a posição de acerbo "publicano" que investe, violenta e indiscriminadamente, contra justamente aqueles que são "a seiva que alimenta o próprio Estado" (a expressão é do sr. José Richa), os empresários e, também, os trabalhadores que labutam (enquanto os primeiros puderem mantê-los) nas suas empresas.

A situação de instabilidade dos trabalhadores do resulta da insegurança de quem lhes dá emprego, em último caso. O modelo concentrador e elitista adotado pelo governo federal (todos estão carecas de saber disto) está liquidando com o que resta da pequena e média empresa genuinamente nacional, seja a custa do expediente espúrio dos juros extorsivos (quando privilegia os banqueiros), seja a custa dos gravames fiscais e sociais exagerados ("remember" Finsocial, quando privilegia o Estado todo-poderoso) ou, ainda, seja através de favores "incentivos" e toda sorte de "achegos", oferecidos, dadivosamente, no plano administrativo e financeiro, via agentes financeiros, quando restringem as benesses do mercado a uns poucos tubarões (quando privilegia as multinacionais). Tudo repita-se, em detrimento das pequenas

e médias empresas nacionais, que contribuem com mais de 50% do produto nacional bruto e mais de 60% dos empregos no País.

Fala-se muito, desde dos idos de 64, sem Segurança Nacional e Desenvolvimento. Pouco se falou, entretanto, que sem a atividade produtiva das pequenas e médias empresas nacionais nunca se poderá ter nem segurança nem desenvolvimento. A história já matou o estatismo. Os barbudinhos não sabem que o marxismo já morreu também. Mesmo que não saibam, pelo menos relevem a realidade fática: são os milhares de pequenas unidades empresariais que sustentam, ainda, a economia do País funcionando. Os empregos e os impostos são gerados por elas, como forças vivas da Nação.

Não será com autuações indiscriminadas, orientadas por uma "perversa política fiscal", a nível estadual, que o Estado gerará riquezas ou estimulará as atividades produtivas a médio e longo prazos.

Se sonegação existe ela é mais produto de fatores conjunturais e, especificamente, da dissociação do binômio Estado/empresa e suas múltiplas manifestações no campo político, econômico e social, do que, simplesmente, a avareza pantagruélica do "capitalista", na visão curta dos adeptos dos chamado estado planejado.

É manifestação de arbítrio a implantação de uma fiscalização exacerbada, esta sim sinônimo de terrorismo fiscal.

Quando milhares de empréstimos, em todos os recantos do Paraná, acreditaram nas promessas do então profícuo senador José Richa, no sentido de promover o desenvolvimento do Estado, em ação conjunta e participativa, à base da cooperação, em antagonismo ao nepotismo e ao caciquismo então imperantes, por certo jamais sonhavam que o terrorismo fiscal seria um instrumento para atingir este desiderato.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Márcio Almeida, em sessão do dia 22 de março de 1984.

"SIGNIFICADO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES DIRETAS

Florestan Fernandes

Em uma sociedade dividida em classes, fundada nos princípios da competição e do conflito, nenhum processo de importância coletiva possui uma significação unívoca. Isso acontece naturalmente com o clamor pelas ELEIÇÕES DIRETAS-JÁ. As várias classes e estratos de classes possuem interesses materiais e políticos variáveis diante do sufrágio. Acresce que o golpe que conduziu à ditadura aboliu garantias legais e políticas das classes subalternas, especialmente, dos operários e dos trabalhadores agrícolas. O que a massa popular exige não é o "retorno ao passado", mas a supressão imediata do monopólio do poder pelas classes dominantes (ou por seus grupos estratégicos, civis e militares, que se apossaram do aparelho do Estado e o converteram em um regime político de forma autocrática).

Vendo-se o assunto dessa ampla perspectiva, não é difícil reconhecer que existe um objetivo generalizado, que atravessa as classes e que, se não as unifica, pelo menos coloca em questão uma forte tendência nacional. Eleições diretas significam, neste plano da Nação como "comunidade política" (na medida em que isso é compatível com o capitalismo), destituição da ditadura (ou do que sobra da ditadura) já! Toda a Nação está farta dos desmandos, imprudências, ineficiências, descalabros, violências e

corrupções que não foram historicamente engendradas pelo regime existente, porém, foram levados a um extremo inconcebível graças à irresponsabilidade política que ele fomenta. Voltamos a uma situação colonial ou neocolonial, pois só numa situação dessa pode florescer um ESTADO ANTINACIONAL tão daninho e perigoso.

Essa tendência geral possui, não obstante, uma intensidade variável. As classes não foram prejudicadas por igual pelo aparato estatal da ditadura. De outro lado, existem classes que se dissociam da ditadura, apesar de ainda carecerem dela, como um freio à luta política das "classes baixas" ou como um instrumento dócil de acumulação capitalista. Então, por que se dissociam e participam do clamor pelas "diretas"? Porque é óbvio que a ditadura está em seu leito de morte. Ela ameaça os antigos aliados e principais beneficiados civis, porque os arrastará em sua queda. Daí a necessidade de uma prudente "volta por cima" e a descoberta tardia de um ardor democrático epidérmico, que não engana ninguém, mas permite uma guinada à esquerda, no sentido de articular um consistente centro burguês e de buscar para ele novas oportunidades de assalto ao poder do Estado e ao comando da Nação.

Na polaridade oposta, dos operários, dos trabalhadores agrícolas e da massa dos destituídos, a tendência apontada surge em toda a sua pureza política, como um fato SOCIOLOGICAMENTE CLARO. Os que sempre foram bigorna, do período colonial até hoje, erguem-se finalmente para o embate político face-a-face. Para eles, a ditadura é uma aparência que não esconde as realidades profundas. Por isso, não entram na tendência geral por cálculo político ou por estratégia partidária". Estão cansados da opressão secular, das várias modalidades de exploração sem entrancas, dos "salvadores da Pátria" que levaram os de baixo a um beco sem saída e a Nação à ruína total. Não confiam na ditadura nem nas elites políticas das classes possuidoras. Querem um desnivelamento do poder, a maioria com voz e peso decisivos na condução da vida da Nação. DIRETAS JÁ quer dizer tanto "fim da ditadura", quanto um novo ponto de partida, no qual a maioria possa contar com as condições mínimas para organizar-se e atuar como um conjunto de forças sociais e políticas ativas e influentes.

Desse ângulo, há uma convergência entre classes opostas — não uma "união de classes". Como Marx e Engels afirmaram e Gramsci repetiu a propósito do fascismo, a aliança de classe é desnecessária onde se trata de combater e derrotar um inimigo comum. Derrubada a ditadura e eliminadas as estruturas que ela deixa montada de um Estado de Segurança Nacional (se é que isso irá suceder), os objetivos comuns se desvanecerão. O terreno fica preparado para o fluir das forças sociais e políticas novas, que estão irrompendo na cena histórica com impetuosidade. Elas não surgem como elementos compactos e unificados; ao contrário, revelam um alto potencial diferenciador e dispersivo. Não obstante, assim nascerá uma forma histórica específica de maioria, que não será a "maioria" meramente semântica dos donos do poder e, tampouco, uma "maioria" forjada através da ritualização das eleições e de representação política.

Se se passa desse plano geral para a morfologia e o confronto das classes, evidencia-se como a situação de interesses de cada classe condiciona a sua posição na luta política. A chamada grande burguesia no Brasil de nossos dias é uma conglomeração de interesses díspares, que se articulam econômica, social e politicamente porque, de outra maneira, praticariam o suicídio político. A incorporação

do Brasil às economias centrais cria balizas que não podem ser rompidas. As relações de produção e de mercado são comandadas pelos dinamismos daquelas economias e pelos padrões mundiais de dominação imperialista do capitalismo financeiro. No campo e na cidade a reprodução das relações de produção e de mercado, bem como da sociedade e do Estado obedece à estratégia dessa associação subordinada às economias centrais, à sua superpotência e à chamada "comunidade internacional de negócios". É nesse nível que o apoio às eleições diretas é mais ambíguo e a tentativa da "transição por dentro do regime" ou mediante uma "conciliação segura" se mostra mais forte. A ditadura foi funcional em medida desigual para as grandes corporações internacionais (ou multinacional), o capital bancário, a grande empresa nacional industrial, comercial ou agroindustrial e agrocomercial. As primeiras queriam apenas sufocar as "turbulências políticas" e drenar a mudança social revolucionária, garantindo se as premissas da transição rápida e dura para um novo modelo de desenvolvimento capitalista, de acumulação de capital e de exploração do trabalho. Os demais pretendiam objetivos paralelos mas, principalmente, tirar da cena política o espectro da "República Sindical" de uma ameaça irrefreável das massas trabalhadoras. Por isso, para as primeiras, a ditadura deixou de ser importante com maior rapidez que para os últimos. O capitalismo da periferia é essencialmente um CAPITALISMO POLÍTICO e a grande burguesia pode se dar ao luxo de uma retórica liberal, sem prescindir, porém, do uso do garrote corporificado por um Estado capitalista FORTE. Daí as oscilações do grande capital e as ambigüidades de nossa burguesia, que buscam o melhor dos dois mundos: não perder as vantagens asseguradas pela ditadura e conquistar, através de uma manobra audaciosa de negociação política (para a qual o esquema atual dos partidos é providencial e a ditadura ainda é funcional), uma "evolução política confiável".

As classes médias apresentam gradações que não podem ser condensadas em um pequeno balanço. O estrato mais alto, o da dita "nova classe média", acompanha o movimento político descrito no parágrafo anterior. Na sua maioria, ela abrange a alta burocracia do grande capital e do Estado ou grupos mais ou menos ralos de profissionais liberais que ainda logram salvar-se da degradação de "STATUS". Por isso, o seu cálculo político acompanha a racionalidade da grande burguesia, nos compromissos residuais, com a ditadura, nos arranjos políticos para lançar-se à transição de "modo seguro" e na retórica pseudoliberal de defesa da democracia. O estrato mais baixo, a antiga classe média tradicional, sofreu uma terrível perda de "status", um processo persistente, embora oscilante, de desnivelamento social, e tende a ser jogado em massa nos quadros da pequena burguesia. Esta, por sua vez, sofreu o impacto da modernização acelerada e da industrialização maciça de forma destrutiva: sente-se ameaçada, vê-se na contingência da proletarianização final e recorre a meios de luta política tipicamente de classe oprimida. Ocupa, pois, o centro da cena política como uma força social agressiva e ferida, radicalizando suas posições sociais e defendendo seus interesses sociais de classe com relativa virulência. Portanto, procede de um estrato de classe média e da pequena burguesia uma impulsão política democrática muito densa, dinâmica e intensa. Nesse campo estão os ideólogos da revolução dentro da ordem, da democracia como um valor absoluto; e os agitadores mais tenazes, que pretendem metamorfosear a

inquietação social em reforma política.

As classes trabalhadoras, graças à industrialização maciça e ao novo sindicalismo, possuem um vetor saído dos setores mais radicais e ativos dessa pequena burguesia. No pólo urbano, no entanto, a sua massa é constituída pelo exército dos peões do ABC e de outras cidades da Grande São Paulo, de Belo Horizonte etc. Pessoas que não foram socializadas plenamente nem como urbanitas nem como operários, mas que formam o grosso de um proletariado que começa a entrar na fase final de sua constituição completa como classe social e inicia concomitantemente a fase de luta contra a "supremacia burguesa" (ou seja, contra a dominação burguesa na fábrica, na sociedade civil e no Estado). A combinação indicada dos dois estratos confere aos trabalhadores urbanos uma presença política muito forte. Como a modernização capitalista das relações de produção e de troca no campo lançou na estratificação das classes sociais novos contingentes de trabalhadores aptos para a luta política organizada, a cena histórica apresentada feições marcadamente distintas das que prevaleciam vinte anos atrás. Houve uma mudança qualitativa na história que transcorreu no que, aos olhos da elite, poderia ser designado como "o mundo da arraia miúda", da "gentinha" — o "submundo da sociedade", enfim.

É nessa fronteira histórica de pobres e poletários que as ELEIÇÕES JÁ ganham contornos definidos de revolução democrática propriamente dita. Há uma gana terrível em "acabar com a ditadura" e em liquidar as torpezas nascidas visivelmente do grande capital. O que é essencial, todavia, é que a torrente histórica, de uma "democracia de maioria" se concentra nessa parte da sociedade civil, a qual nunca teve nem corpo nem voz como entidade política "sine qua non" para a existência da Nação e de um Estado efetivamente democrático. O que importa, para esses setores é a conquista de autonomia e de liberdade política de classe. Para eles, as eleições não são nem um fim em si nem um expediente político. Elas aproximam o povo da posse de meios organizados de luta política, ou seja, conferem aos trabalhadores o desabrochar de uma nova era, na qual eles ditarão por si mesmos o que querem coletivamente, seja na esfera do movimento operário e sindical, seja no plano das organizações partidárias e do conflito das classes, seja na área da influência sobre o Estado e de controle do poder político estatal. Portanto, não buscam apenas ultrapassar o isolamento e o esmagamento dentro da ordem; almejam conquistar sua independência como e enquanto classe e a liberdade de afirmar-se através da luta política entre as classes. Isso põe termo ao período de trevas aberto com a proclamação da República e agravado com a implantação da República institucional, a forma política mais exacerbada e deteriorada do "autoritarismo republicano" da história do Brasil moderno.

(Florestan Fernandes é sociólogo, ex-professor, catedrático do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e atual docente da Pontifícia Universidade Católica. É autor de vasta obra sociológica).

(Folha de São Paulo, 21/03/84).

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na sessão do dia 22 de março de 1984.

UMA PERVERSA POLÍTICA FISCAL

Renato Requião

"Infelizmente no Brasil os homens de governo,

principalmente na área financeira, não têm consciência do que seja empresa e da luta do empresário de pequeno porte. Estas empresas necessitam não só de linhas de crédito mas do apoio conjuntural à sua atividade, o que vai desde o acionamento dos mecanismos da incidência tributária, na área fazendária estadual e federal até a imprescindível orientação gerencial do empresário de "fundo de quintal", a fim de que se estruture em termos de unidade moderna, pela implantação de controle dentro de diapasões organogramáticos administrativamente adequados e sob prescrições norteadas pelas leis de regência contábil e mercantil".

Tornou-se oportuna a transcrição do que este articulista escreveu nestas páginas a 5 de agosto de 1979 (e, depois, em sequência de mais de trinta artigos), a fim de responder a preconceituosa afirmativa do Sr. Erasmo Garanhão, probo Secretário de Estado das Finanças do Paraná, na edição de 28 próximo passado, quando disse: "As críticas partem com frequência dos defensores da sonegação, dos que perderam seus privilégios", em temerária presunção que, reflete, perfeitamente, o ESPÍRITO DE PREVENÇÃO que orienta a política fiscalista posta em prática por esta pasta da administração estadual.

Da parte deste articulista, também empresário, a citação do primeiro parágrafo demonstra cabalmente ponto de vista cultivado há mais de cinco anos e que, assim, transcende no tempo às gestões dos dois últimos governos estaduais e, portanto, nada tem a ver de pessoal com o Sr. Secretário ou, muito menos, repita-se, com a ação fiscal em si que pode até estar certa, mas reflete, isto sim, intransigentemente, posicionamento doutrinário em antagonismo com a perversa política fiscal que desnatura postulados basilares do próprio programa do PMDB, bem assim das diretrizes do plano de Governo José Richa e, ainda, desfigura os fins precípuos dos órgãos fiscalizadores da Receita Estadual que deveriam ser, primeiro, orientadores dos contribuintes para, depois, caracterizarem-se como órgãos fiscalizadores ou detectadores de infrações fiscais e, portanto, autuadores.

De outra parte, salvo melhor entendimento, é sintomático que a atual agressividade fiscalista agrava ainda mais o crônico problema do separatismo entre o Estado e a empresa privada, mormente aos PMES, a par de inocular o desestímulo no meio empresarial que vê no governo um inimigo potencial que "só tira e nada oferece" quando, com uma profícua interveniência, poderia corrigir distorções conjunturais, que inibem o fortalecimento da pequena e média empresa, visando apoiá-las nos aspectos de linhas de crédito especiais através da BADEP, por exemplo, e, na área financeira (de descontos de duplicatas, capital de giro, etc.), através até do BANESTADO, ensejando capitalizá-las, em respaldo ao aumento de produção, como ainda no aprimoramento tecnológico ou na gestão empresarial. Isto tendo em conta que este extrato de empresas tem caráter peculiar no sistema econômico, posto que desempenham: a) significativa contribuição na geração do produto nacional e na absorção de grande contingente de mão-de-obra a baixo custo e com menores exigências de qualificação; b) capacidade de gerar empregos, quando nas atividades no Interior, como instrumento redutor das migrações para as grandes cidades; c) facilidades locacionais; d) "ipso facto", contribuição no processo de interiorização do desenvolvimento industrial; e) contribuição para distribuição espacial da renda, através da interiorização do empreendimento e da exigência de menor qualificação profissional; f) geração de tecnologias específicas; g) constituição, a médio e longo prazos, de uma classe genuinamente nacional que de pequenos empresários

poderao transformar-se em de grande porte; n) grande capacidade de atuar complementarmente nos empreendimentos de maior envergadura; l) gerações de produtos para um mercado definido e uma região específica, fugindo da sazonalidade, das crises econômicas (mesmo relativamente) e outros percalços das economias reflexas.

Não será, pois, através uma extemporânea política fiscal, com requintes de crueldade no desempenho fiscalista dos seus agentes, que o governo José Richa implantará as suas diretrizes intervencionistas em todo este processo propulsor da atividade produtiva das micro, pequena e médias empresas, para desempenhar o papel, principalmente, de coordenador permanente entre as diversas áreas da administração e a comunidade econômica paranaense, em atuação que, efetivamente, venha a delinear uma política de desenvolvimento para o Paraná.

Ao contrário, o que se observa é que, em última análise, este "fiscalismo" caolho não só conflita com os interesses e ideais acalentados pelos segmentos mais diferenciados da economia paranaense e que (ao contrário do que pensa o Sr. Secretário de Finanças) sempre deram sua parcela de trabalho produtivo, mas colide com as próprias diretrizes do Plano de Governo, em execução nas áreas da Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio, BADEP etc., o que retrata perante a opinião pública uma total falta de sintonia e integração administrativa, em termos de política de governo, voltada para o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Submetida a nação à censura oficial, durante mais de vinte anos, a opinião pública foi marginalizada do debate das idéias da política econômica, elaborada esta pelos alquimistas desta área e que apresentaram suas ó fórmulas prontas e acabadas impostas à Nação que as teve de acatar, sob o peso do arbítrio mantido pela espada. Pois bem: a oposição apresentou-se perante a Nação, nestas últimas eleições estaduais — e isto aconteceu aqui no Paraná, com um elenco de propostas e soluções, entre elas a reformulação da sistemática tributária, objetivando, entre outras coisas, diferenciar os encargos atribuídos à micro, pequena e média empresas privadas. E mais do que isto: desagráv-las da ação "perversa de uma política fiscal injusta que privilegia quem especula, quem vive de juros, beneficiando certas categorias profissionais em detrimento de outras", na corajosa pregação de José Richa, então no Senado. A oposição foi premiada com dois milhões de votos no Paraná, entre os quais milhares depequenos empresários que acreditaram e talvez ainda acreditem numa nova filosofia de governo, no sentido de "promover a reformulação nas formas de atuação das instituições do Estado, no sentido de apoiar e organizar as pequenas e médias empresas", em consonância do que dizem as "Diretrizes de um Programa de Governo" do PMDB que ainda assinala: "Neste ponto é fundamental a questão dos órgãos financiadores, os quais deverão reorientar sua política de concessão de crédito, no sentido de, através de um sistema regressivo de capitalização, apoiar as pequenas e médias empresas".

Lamentavelmente para o Parná é que a prevalência permanente de uma perversa política fiscal representará às avessas do que seria o processo natural no desempenho do Estado, um sistema regressivo de *descapitalização, via erário público, das pequenas empresas, o que se afigura sério obstáculo a que elas sejam amplamente reconhecidas como importantes fatores de progresso, estabilidade social e política.*

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1984
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Tuguio Setogutte.

Às dezessete horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Vortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 29 SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação)

Onze Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, Ordinária para segunda-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 130/82, 26/83 e 52/83 e Projeto de Lei Complementar nº 76/83 e de Lei nºs 126 e 142/83.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 193, 197, 198, 205 e 208/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 210, 211, 213 e 229/83.
Levanta-se a sessão.